Marly Rodrigues

O Brasil na década de 1910

3ª Edição

Revisada e ampliada para *download*

O Brasil na década de

1910

Editora Autora

Marly Rodrigues

Edição, Revisão e Preparação

M. Apparecida F. M. Bussolotti

Paginação

Renata Souza Tavares

3ª Edição

Os textos disponíveis para *download*
são edições revisadas e ampliadas
de publicações esgotadas.

São Paulo

2010

Todos os direitos reservados a

marly@mem.com.br

SUMÁRIO

1 A DÉCADA DE 1910 E O SÉCULO XX 5
Apenas um fato? 6
Uma expansão nunca vista 8
Quem irá comandar o mundo? 9
Palcos e personagens 12
Pão, Paz, Terra 15

2 CONSTRUINDO UM BRASIL MODERNO 20
A elite busca uma Nação 20
O ensino forma o cidadão 27
Em busca de um estilo 32

3 VÁRIOS CENÁRIOS, MÚLTIPLAS VIDAS 36
A indústria 38
Os novos personagens 41
Cultura, culturas urbanas 48
A condição feminina 57

4 OS BRAVOS FEITICEIROS 63
Século do progresso 65
Os Índios 67
Os rios de leite 70
Os 'quadros santos' 72
A Guerra Feia 75
Desejamos paz e amor 77

5 UMA GENTE VALOROSA 82
Um duro cotidiano 83
Se não está satisfeito... 86
A lei, ora a lei... 90
Os organizadores 94
Morrer de bala ou morrer de fome? 99
E a história continua... 106

CRONOLOGIA 112

GLOSSÁRIO 115

PARA SABER MAIS 117

1

A década de 1910 e o século XX

Hoje, no início do século XXI, convivemos com um acentuado sentimento de estarmos sempre no presente, tempo que, por justificar-se em si, dispensa o passado e, por atender ao imediato, anula o futuro. Hoje, ainda, mais que em qualquer outro período do século XX, a velocidade das transformações tem nos levado a interromper o contato com as experiências das gerações que nos precederam, como se não fôssemos seus herdeiros, e a estabelecer os elos com o passado por meio de espaços e objetos que o representam.

Entretanto, mesmo sem nos darmos conta, os acontecimentos que tiveram importância histórica, que transformaram a sociedade, mesclam-se às nossas lembranças particulares, para tecer a trama da memória que referencia nossa identidade pessoal, familiar ou de grupo. Nesse aspecto, o papel do historiador é importante, pois lhe cabe lembrar o que muitas vezes é colocado no esquecimento; cabe a ele buscar fragmentos do acontecido que tornem compreensíveis parcelas do passado e, além delas, as imagens que delas fomos levados a formar.

Este livro não reconstitui o que foi a década de 1910, mas apresenta uma das interpretações possíveis dela. Tendo por base documentos e estudos de diversos autores, o que se busca é compreender um período cujos limites não são os marcos cronológicos, mas o alcance das transformações nele ocorridas e que deram ensejo a novas formas de organizar a vida social.

Pretende-se, assim, que esses dez anos, aparentemente longínquos, se aproximem e ganhem sentido no tempo presente, com o qual, de maneiras diversas, todos nos identificamos.

Apenas um fato?

O assassinato do arquiduque Francisco Fernando, ocorrido em junho de 1914 é, em geral, apontado como o início do primeiro conflito envolvendo todos os países do mundo. Podemos porém, também considerar este fato o marco final do século XIX, período em que a criação de nações, a industrialização, a busca de mercados e a posse de territórios dentro e fora das fronteiras europeias conduziram ao aumento das rivalidades e a disputas entre as grandes potências. Enfim, essa morte pode ser tomada como referência do encerramento de uma próspera fase da construção do mundo burguês, durante a qual os homens acreditaram que a industrialização e os avanços científicos e tecnológicos a ela relacionados, haviam conduzido a humanidade a um progresso contínuo. Tal foi a sensação de progresso e bem-estar experimentado por certas parcelas da sociedade, entre 1875 e 1914, que este período, de acordo com uma visão romântica das classes mais abastadas, seria denominado *belle-époque.*

A ideia de progresso constante, embora encontrando opositores, permearia, desde então, o pensamento da sociedade ocidental, acompanhada de outra, a ideia de evolução. Ambas estavam relacionadas à máquina, objeto que ocupa um lugar de destaque no imaginário do século XX, como se pode verificar pela frequência com que foi utilizada para representar o mundo e explicar a natureza e a sociedade. Ainda hoje, acredita-se que a máquina, sem dúvida um elemento potencializador da capacidade de trabalho do homem, o conduzirá a um estado de satisfação, de prazeres e comodidades. Esta crença demonstra que continuamos envolvidos em uma das importantes discussões do século passado, a da relação entre o homem e a máquina, embora hoje em dia ela se desenvolva em torno da automação e da informática.

Além de vinculadas à máquina, as ideias de progresso e evolução envolvem a ideia de percepção do tempo como algo contínuo e cumulativo, isto

é, como uma sucessão de anos, de épocas, de fases, cuja soma resulta na melhoria do ser humano, da natureza e das sociedades. Como aponta Chaui,

> [...] evolução e progresso são a crença na superioridade do presente em relação ao passado e do futuro em relação ao presente.[1]

Este mesmo pensar nos faz ver a história como uma sequência de fatos ligados, linear e diretamente, entre si por relações de causa e efeito, sem que neles intervenham fatores como o acaso, o imponderável, o irracional e as rupturas.

Se, por exemplo, formos tentados a estabelecer relações diretas entre as contínuas lutas de etnias desenvolvidas no Leste Europeu na a década de 1990, e o fato de um século antes, seus povos terem sido absorvidos por nações europeias, certamente não estaremos compreendendo a atual situação dessa região, mas apenas observando um dos aspectos nela envolvidos. Para compreendê-la seria preciso analisar as razões particulares a cada grupo e as implicações políticas e culturais mais recentemente manifestas. De imediato, porém, essas lutas tornam evidente a recorrência, na atualidade, de um dos temas importantes do século passado, o da identidade nacional.

É, porém, inegável que o presente contém o passado, o que se evidencia na permanência de formas de pensar e no alcance de determinados fatos. As sociedades contemporâneas vivem, ainda, os efeitos das profundas transformações ocorridas durante a década de 1910, quando, pela primeira vez, os homens conheceram um conflito que envolveu o mundo todo e durou muito mais do que se podia supor à época: a *Grande Guerra. Hobsbawm*[2] observa que a humanidade sobreviveria a ela, embora o "grande edifício da civilização" desmoronasse. Para este estudioso, a guerra marca este século que

---

[1] CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995. p.256

[2] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos.* O breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.p.30

> [...] viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam.

Na mesma década, os homens conheceram a Revolução Socialista. Ao tomarem o poder na Rússia, em outubro de 1917, os bolcheviques concretizaram a possibilidade de organização de sociedades preconizadas pelas doutrinas socialistas, baseadas na igualdade, na propriedade coletiva dos meios de produção e na abolição do Estado. Até 1989, quando ocorreu a queda do muro de Berlim, para uma parcela da humanidade, a perspectiva de existência de sociedades cujo modelo opunha-se ao modelo capitalista, constituiu uma ameaça a ser sempre combatida.

Uma expansão nunca vista

A partir da década de 1870, a economia e a cultura capitalistas tenderam a se tornar mundiais. A revolução industrial alcançou novos países, dentro e fora da Europa− Rússia, Suécia, Holanda, Japão e Estados Unidos − enquanto o comércio, cada vez mais denso, atingiu regiões remotas, provocando intenso movimento de capitais, pessoas e mercadorias.

A produção industrial, iniciada com o uso do vapor, se renovava com base na eletricidade, na química, no motor a combustão e tornava-se dependente do fornecimento de matérias-primas, como o cobre, o estanho, a borracha e o petróleo, encontrados em grandes quantidades em regiões específicas do Globo. Consagrava-se, assim, uma divisão internacional de especializações entre países desenvolvidos, destinados à produção industrial, e não desenvolvidos, produtores de matérias-primas.

O período entre 1880 e 1914, sobre o qual os contemporâneos muito discutiram e escreveram, foi denominado de *imperialista*, uma vez que os países

industrializados procuravam compor impérios coloniais modernos, como forma de complementação de suas economias e de afirmação de seu poder internacional. Assistiu-se, neste período, ao crescimento da rivalidade entre as principais potências industrializadas − Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica, Itália, Holanda, Japão e Estados Unidos −, que submeteram grande parte do mundo a seu governo direto ou à sua dominação indireta, por meio de dependência econômica ou de acordos diplomáticos.

Assim, a África e o Pacífico foram completamente divididos, enquanto apenas parte do território asiático pôde manter-se fora da dominação europeia e japonesa. A América, em parte graças à Doutrina Monroe, manteve íntegra a maior parte de seu território, embora os Estados Unidos anexassem antigas possessões espanholas, em consequência da Guerra Hispano-Americana de 1898.

A crescente produção atendia a um mercado consumidor em constante expansão, para cuja criação e abastecimento, também, haviam contribuído a organização racional da distribuição; a padronização das mercadorias; a criação do sistema de vendas a prazo; e a publicidade. Esses fatores, por sua vez, seriam em parte responsáveis pela ampliação do setor de serviços, no âmbito público e privado. Os hábitos consumistas criavam-se e firmavam-se ao sabor da gama de produtos oferecidos, em geral novidades resultantes do avanço tecnológico. A fase que precedeu a Primeira Guerra Mundial colocou à disposição dos homens inúmeras possibilidades de comodidade, diversão e conforto que, aperfeiçoadas, integram o nosso cotidiano. Invenções como o telégrafo sem fio, o telefone, o fonógrafo, o cinema, o aspirador de pó, o fogão a gás, a bicicleta, o automóvel e a aspirina datam deste período.

Quem irá comandar o mundo?

O período que precedeu a Grande Guerra é também conhecido como o da "paz armada", uma vez que as grandes potências europeias procuravam

resolver suas disputas por meio da diplomacia, do que são exemplos as crises do Marrocos, em 1906 e 1911. Ao mesmo tempo, porém, como parte integrante do desenvolvimento econômico, proliferava, segundo a mais moderna tecnologia, a indústria bélica e ampliavam-se os exércitos nacionais. Hobsbawm[3] observa que, embora diante da crescente militarização da Europa, alguns analistas concluíssem ser possível a eclosão de um conflito mundial, persistia a confiança na eficácia do caminho diplomático para contorná-lo.

A Primeira Guerra Mundial foi resultado de uma situação em que se mesclaram fatores internos aos países envolvidos − como a manutenção da unidade da Alemanha − e a concorrência entre as grandes potências. Hobsbawm[4] observa a deterioração progressiva das relações internacionais, cada vez mais longe do controle das grandes nações, em especial após 1871, ano da unificação do Império Alemão e da formação de dois blocos rivais na Europa, encabeçados pela Alemanha e pela França, países irreconciliáveis depois que o último fora obrigado a ceder ao primeiro a Alsácia-Lorena.

O Império Alemão se aliaria ao multiétnico Império Austro-Húngaro. A Rússia, com grande influência nos Bálcãs, após a conquista da Bósnia-Herzegovina pelos austro-húngaros, em 1878, opôs-se a esta e aliou-se à França, à qual também juntou-se a Inglaterra. Estas nações se reconciliaram após a *Entente Cordiale*, de 1904, acordo segundo o qual a França desistia de reivindicar o Egito, área de domínio inglês, em troca do apoio da Grã-Bretanha às suas intenções de conquistar o Marrocos, pelo qual também a Alemanha se interessava.

A formação da Tríplice Entente − França, Inglaterra e Rússia − , em 1907, foi um indício do grau de concorrência alcançado pelo expansionismo das potências europeias. A desestabilização do equilíbrio internacional seria agravada pela revolução de 1905, na Rússia, que reduziu as possibilidades de

---

[3] HOBSBAWM, op.cit., 1995.
[4] HOBSBAWM, op. cit.,1995, p.431.

envolvimento deste país nas questões internacionais, e pela Revolução dos Jovens Turcos de cunho nacionalista, a qual, em 1908, transformou o Império Turco em um Estado Constitucional e repeliu a tutela estrangeira, anulando, assim, antigos tratados e acordos com as potências europeias.

As disputas de territórios envolvendo a Turquia, os países dos Bálcãs – Sérvia, Bulgária e Grécia –, o Império Austro-Húngaro, a Rússia, a Alemanha e a Inglaterra resultaram em duas Guerras Balcânicas, em 1912 e 1913. Pouco depois, deu-se o fato que se tornaria a catarse de toda tensão e descontentamento existente nos países europeus: o assassinato do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono austro-húngaro, em Sarajevo, capital da Bósnia, por um militante do movimento que pretendia a incorporação da Bósnia-Herzegovina à Sérvia.

A Sérvia, país independente, foi pressionada a aceitar formas de julgamento e castigo dos responsáveis, o que foi considerado como uma violação da soberania nacional, levando à mobilização do exército e ao rompimento de relações diplomáticas com o Império Austro-Húngaro.

A Alemanha assegurou seu apoio ao Império Austro-Húngaro que, em 28 de julho, declarou guerra à Sérvia, ato seguido da mobilização geral do exército da Rússia, potência que apoiava os sérvios. Depois da frustrada exigência de desmobilização dos russos e de neutralidade da França, a Alemanha mobilizou seu exército e declarou guerra a estes países. Em seguida, a Sérvia declarou guerra à Alemanha; o Império Austro-Húngaro à Rússia; a França e Inglaterra ao Império Austro-Húngaro. A Europa, com exceção de poucos países, estava envolvida na guerra, na qual também se integraram o Japão e os Estados Unidos, este em 1917, quando também o Brasil, por pertencer à área de influência norte-americana, declararia guerra à Alemanha.

Em 11 de novembro de 1918 foi assinado o armistício, convenção que suspendeu a guerra. Os tratados de paz assinados nos dois anos seguintes desenharam um novo mapa da Europa. No lugar dos Impérios desmoronados,

registra Hobsbawm,[5] as potências vitoriosas – Inglaterra, França, Itália e Estados Unidos – tenderam a apoiar o nascimento de *Estados-Nação* de povos de mesma língua e origem étnica, desde que se opusessem ao avanço da Revolução Bolchevique na Europa. A Rússia, ao assinar com a Alemanha, em 3 de março de 1918, o Tratado de Brest-Litovsk, que lhe permitiu sair da guerra, renunciou a partes de seu território, reconheceu a independência de outros, antes integrados ao Império Russo, e se comprometeu a pagar pesadas indenizações.

A Alemanha, segundo o consignado no Tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919, foi a grande vencida dessa guerra; além de perder territórios e ter suas colônias repartidas entre os vencedores, foi obrigada a aceitar a imposição de limitar seu exército e pagar reparações de guerra. Do primeiro conflito mundial sairiam fortalecidos dois países, Estados Unidos e Japão. A Europa não mais comandaria o mundo.

Palcos e personagens

A guerra, embora interessasse diretamente aos governos, foi de início acatada, sem protestos pela maioria das pessoas, com exceção dos militantes do movimento trabalhista e parte dos socialistas. Os socialistas apelaram, sem resultado, para o internacionalismo e para a paz, princípios abafados pelo alarde patriótico a que havia aderido parte do operariado.

Da mesma forma que o movimento operário, o movimento feminista internacional viu-se cindido pela guerra. Às mulheres coube renunciar temporariamente às suas lutas específicas, como a do direito de voto, e engrossar as fileiras da causa patriótica e comum.

Um forte sentimento nacionalista movia os combatentes. A *nação* delineara-se como uma entidade coletiva, por meio da qual se estabelecia a união entre homens, antes distintos por sua posição social.

---

[5] HOBSBAWM, op. cit., 1995, p.39.

A construção do sentimento nacionalista se fez lentamente, dos bancos escolares aos espetáculos de inspiração patriótica − paradas, desfiles, apresentações de bandas militares − e destes à propaganda conclamando ao alistamento, toda ela voltada à necessidade de defender a pátria da agressão do inimigo. A guerra, assim, era vista como justa, participar dela tinha o sentido de defesa dos valores próprios de uma nacionalidade e se apresentava como um dever de todo cidadão. Nacionalismo, patriotismo e alguns valores, como coragem e integridade moral, justificavam a intensa mobilização dos civis e o repúdio àqueles que se recusavam a participar da guerra.

Os soldados partiam portando orgulhosamente seus símbolos de nacionalidade − como o tambor, no caso dos alemães, e a calça vermelha, no dos franceses −, sob a aclamação e as lágrimas dos que ficavam. Nas duas frentes, a Oriental e a Ocidental, os combates foram violentos; porém, nesta última, situada nos territórios da França e da Bélgica invadidos pela Alemanha, o confronto foi mais cruel. Cortada de trincheiras sob as quais se movimentavam homens armados, ratos e insetos, essas terras absorveram o sangue de milhares de soldados mortos sob o fogo da artilharia e em razão de outras "armas" produzidas pela moderna tecnologia, como o gás venenoso, que inaugurou a guerra química. Tal recurso seria proibido pela Convenção de Genebra de 1925, mas, apesar disso, voltaria a ser utilizado inúmeras vezes, como, por exemplo, na Guerra do Vietnã, com o 'napalm' na década de 1960; e na Guerra Irã-Iraque, duas décadas depois.

O avião, recém-inventado, permitiu a prática dos bombardeios aéreos, enquanto os até então desconhecidos tanques − veículos blindados dotados de esteiras − assustavam por seu tamanho e capacidade de vencer terrenos acidentados. Nos mares, outro produto da tecnologia, os submarinos, interceptavam o transporte de soldados e a chegada de cargas, inclusive as de alimentos, aos países inimigos, penalizando dessa forma não apenas os exércitos, mas também as populações.

Fora dos *fronts*, a guerra era sustentada por outros batalhões. A intensa mobilização de homens para o confronto − mais de 8 milhões na França, 13 milhões na Alemanha e 7 milhões na Grã-Bretanha − exigiu que um número crescente de mulheres se tornasse: chefes de família; trabalhadoras agrícolas; operárias de fábricas de equipamentos e armamentos; auxiliares no Exército; e enfermeiras. Embora entre os historiadores haja divergência sobre o papel da guerra na emancipação feminina, não há dúvida que ela acabou por constituir uma oportunidade para a valorização do trabalho feminino e para chamar a atenção para a capacidade das mulheres, comenta Thébaud.[6] Colocadas diante de situações até então impensáveis, as mulheres tiveram a oportunidade de escapar dos limites da vida privada. Em contrapartida enfrentaram grande resistência ao seu novo papel, salários mais baixos que os dos homens, uma crescente vigilância sobre seu comportamento sexual, a criminalização do aborto e a expansão de campanhas de proteção à mãe e à criança, muitas vezes, carregadas de hostilidade à profissionalização da mulher, tida como causa de seu afastamento de uma função natural, a maternidade.

Não obstante as pressões contrárias − que incluíam atos simbólicos, como as cerimônias públicas de comemoração do Dia das Mães, data instituída em 1912, nos Estados Unidos −, após a Primeira Guerra Mundial, as mulheres tinham rompido com parte das limitações a elas impostas pela sociedade burguesa liberal. Longe dos espartilhos, trocados pelo sutiã, peça criada em 1910, passaram a usar vestidos soltos; cabelos curtos; a andar de bicicleta; a dirigir automóveis; a praticar esportes; e a movimentar sensualmente seus corpos ao som dos ritmos de novas danças. Passaram, também, a ter acesso a escolas antes vetadas, como, no caso da França, as de comércio e de engenharia, e a frequentar, em maior número, os bancos universitários.

---

[6]THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra. In: DUBY, G. & PERROT, M., dir. *História das mulheres*;o século XX. Porto: Afrontamento, 1995. p.53/60.

Os mortos foram contados aos milhões, mais de dez. A guerra acabou com a ilusão de ordem e tranquilidade preconizadas pelo liberalismo burguês. A partir de então, diante das crises do capitalismo e da expansão do bolchevismo, a continuidade da expansão da sociedade burguesa passou a ser a preocupação máxima das potências ocidentais, exigindo, no decorrer do século XX, constantes adaptações da ordem econômica, cultural e política.

Pão, Paz, Terra

De um conjunto amorfo até o século XIX, denominado *classes populares,* o desenvolvimento do capitalismo industrial faria surgir um grupo de características particulares, os trabalhadores fabris. Segundo as teorias socialistas, os proletários constituíam a força propulsora capaz de instaurar entre os homens uma nova sociedade, na qual, ao contrário do que ocorria nas sociedades capitalistas, não haveria exploração do trabalho e exclusão política e cultural.

Entre as modernas teorias socialistas – socialismo utópico, anarquismo e socialismo científico–, esta última aponta a revolução como a única forma possível de os trabalhadores conseguirem romper as estruturas de produção, sobre as quais se sustenta a economia capitalista, e obterem sua emancipação. É a *práxis* revolucionária da classe trabalhadora que constrói a ditadura do proletariado, isto é, a derrubada do Estado no lugar do qual se estabelece a autogestão dos trabalhadores e a sociedade comunista, sem classes.

Aos operários de todo o mundo caberia a luta contra o capital. Daí a importância da organização e do internacionalismo, uma vez que as condições de exploração enfrentadas os igualavam e os solidarizavam em uma luta comum. Por este princípio se estabeleceu a I Associação Internacional de Trabalhadores, em 1864. Os confrontos ideológicos relativos à teoria e à

condução da revolução proletária nela estariam presentes, assim como nas demais Internacionais organizadas posteriormente.

As formas de organização proletária foram objeto de debates intermináveis entre teóricos e militantes. Entre o último quartel do século XIX e o primeiro do XX, formaram-se partidos que buscariam conduzir a revolução socialista em diversos países.

Segundo Marx e Engels, criadores da teoria socialista, a revolução proletária teria lugar em países altamente industrializados, o que a história mostrou ter sido um engano. A primeira revolução socialista aconteceu na Rússia, país onde o capitalismo ainda não se desenvolvera plenamente, o proletariado era numericamente insignificante, a burguesia tinha pouca influência política e todos estavam submetidos a uma monarquia absolutista de direito divino, regime que, já em 1789, fora abolido do restante da Europa pela Revolução Francesa.

Apesar das reformas promovidas na segunda metade do século XIX − expansão das ferrovias, industrialização, abolição da servidão − a Rússia continuava a sendo um país de agricultores e os produtos da terra eram exportados em grande parte. Havia poucas fábricas, em geral fruto de investimentos externos e do Estado, frequentes períodos de fome, miséria e uma constante repressão aos partidos de esquerda, como o Partido Operário Social Democrata. Este, proscrito em 1898, se organizou no estrangeiro, de onde passou a difundir o ideal revolucionário socialista. Nesse sentido, teve papel destacado o *Iskra*, periódico sob a responsabilidade de Lenin, que liderou a Revolução Russa.

Entre os socialdemocratas havia diferentes visões sobre o desenvolvimento da revolução na Rússia. Enquanto a minoria, menchevique, pretendia realizar ações revolucionárias apenas quando o capitalismo se desenvolvesse plenamente no país, os bolcheviques − que depois formaram um partido independente −, liderados por Lenin, consideravam que a situação russa

já era revolucionária, faltando apenas um partido de representação operária e camponesa que conduzisse à conquista do poder. Por isso, resolveram apoiar a revolução democrata-burguesa que explodiu em 1905. Neste ano também se desenvolvia a guerra russo-japonesa, após a qual o Japão, apossando-se da Coreia e da Manchúria, tornou-se uma grande potência mundial, e a Rússia, debilitada, não suportou as pressões dos movimentos sociais.

Em meio a tiros disparados por soldados contra manifestantes desarmados, na capital, São Petersburgo, um motim de marinheiros do encouraçado *Potemkim*, em Odessa, e um levante da guarnição de Kronstadt, os democratas liberais exigiram do czar a criação do Parlamento, a Duma. Os operários, por sua vez, criavam sovietes, conselhos de representação por meio dos quais começaram a expressar sua força. Em outubro de 1905 foi promulgada uma Constituição, mas apenas em 1906 foi aberta a primeira *Duma*.

De 1906 a 1910, como pretendiam os camponeses, parte das terras russas foram divididas em pequenas propriedades, com o apoio dos bolcheviques, o que lhes valeu grande popularidade. Isso não significou a solução dos problemas políticos e sociais na Rússia. Eles se agravaram com a entrada do país na Grande Guerra e explodiram em 1917.

Em fevereiro de 1917, uma manifestação de operárias e a paralisação de uma metalúrgica resultaram em uma greve geral. Os grevistas dirigiram-se ao centro de São Petersburgo reivindicando pão, terra, menor jornada de trabalho e melhores salários. Lá receberam a adesão das tropas czaristas que, posteriormente, se amotinaram, e formaram junto com os trabalhadores o Comitê Executivo Provisório do Conselho Operário. O czar Nicolau II foi assim forçado a abdicar em favor de um Governo Provisório, republicano e liberal. Este governo que estava empenhado em prosseguir na guerra − o que causou forte reação popular e entre as tropas −, convocou uma Assembleia Constituinte, mas teve de aceitar o poder dos sovietes de operários e soldados de São

Petersburgo que, controlando as Forças Armadas, passaram a ter condições de disputar o poder político.

Em abril, Lenin voltou à Rússia, apresentou aos bolcheviques as *Teses de Abril*, difundiu o lema *"Todo o poder aos sovietes"* e conclamou os soldados, camponeses e operários a realizarem a revolução socialista. Acirrou-se a disputa entre os partidos, quer os de esquerda quer os de representantes da burguesia e dos proprietários de terra. A agitação política e a crescente organização dos operários e soldados, contudo, não foram suficientes para sustentar a tentativa de tomada do poder pelos bolcheviques em julho. Pouco depois, em setembro, eles compuseram um comando político − grupo de cinco membros, entre os quais Lenin, Trotsky e Stalin − responsável por orientar a Revolução de Outubro.

Em 25 de outubro, o Governo Provisório, exercido por Kerensky, não resistiu à sublevação dos soldados e operários de São Petersburgo, e o Conselho de Comissários do Povo, composto por representantes dos *sovietes*, instalou seu governo após a tomada do Palácio de Inverno pela multidão. John Reed, jornalista norte americano que acompanhou o desenvolvimento da Revolução e a descreveu no livro *Os dez dias que abalaram o mundo*, registra o espanto, a emoção e as incertezas que cercaram este momento sem precedentes na história. Imediatamente, os revolucionários iniciaram as negociações de trégua com a Alemanha e as medidas para a repartição de 150 milhões de hectares de terra que ainda se encontravam nas mãos dos grandes proprietários.

Os revolucionários enfrentaram, entre 1918 e 1920, uma guerra civil, consequência das tentativas da burguesia e dos proprietários de terra para restaurar a antiga situação. Esta reação interna contou com o apoio de forças internacionais, responsáveis pelo boicote econômico e pela presença de tropas contra-revolucionárias em território russo. Temia-se que a Revolução socialista alcançasse outros países europeus.

O nascente socialismo russo viu-se isolado, pois fracassara a esperada expansão mundial da revolução que, acreditava-se, se iniciaria em 1919, na Alemanha; em consequência, a Rússia tornou-se alvo único das pressões do capitalismo internacional, por meio do boicote econômico e da propaganda ideológica.

Quanto à prática das propostas marxistas, os bolcheviques encontraram obstáculos, tais como, o conservadorismo do campesinato; o reduzido operariado; e a forte presença militar no processo revolucionário. Estes, entre outros fatores, sobretudo após a morte de Lenin, em 1924, fizeram com que, ao contrário do previsto, crescesse o poder do Estado e do Partido Bolchevique, em detrimento do poder dos sovietes, originalmente imaginados como base da autogestão da sociedade socialista. Ao assumir o poder, Stalin traçou para a Rússia o caminho contrário à liberdade preconizada pelo socialismo, uma vez que coletivizou a economia e implantou um rigoroso controle ideológico sobre a sociedade.

Gerações conheceriam o marxismo reinterpretado pelos ideólogos do Estado soviético, e os partidos comunistas que se formaram em quase todos os países do mundo submeteram seu caminho revolucionário às conveniências da política externa stalinista. Não obstante, no decorrer de todo o século XX, o sonho da igualdade socialista seria perseguido por humanistas do mundo inteiro, muitos dos quais não hesitaram em perder suas vidas lutando por ele.

2

Construindo um Brasil moderno

A elite busca uma Nação

Em novembro de 1910, ao assumir o comando do país, Seu Dudu − apelido pelo qual ficou conhecido o presidente Hermes da Fonseca − trazia atrás de si a sombra da crise de representação que começava a envolver a República brasileira.

Embora a Campanha Civilista − como ficou conhecida a acirrada disputa pela presidência do País, envolvendo Hermes da Fonseca, candidato do líder político gaúcho Pinheiro Machado, e Rui Barbosa, apoiado pelo Partido Republicano Paulista − seja apresentada como uma oposição entre militares e civis, ela foi, de fato, a manifestação da oposição entre grupos políticos regionais.

A impossibilidade de acordo entre as oligarquias paulista e mineira em torno de um candidato veio a romper por um mandato, a costumeira eleição do candidato situacionista, que caracterizou essa fase da República.

O que esteve em jogo, desde os primeiros anos da República, não foram propostas políticas claramente diferenciadas, mas a possibilidade de oligarquias locais terem domínio sobre a máquina de governo federal, isto é, terem o domínio sobre determinados mecanismos que garantiam a manutenção do poder regional.

Tendo por base a autoridade dos proprietários de terra e a exclusão política que já caracterizava o Império, formara-se no Brasil uma intrincada malha de dependência sustentada na obediência e lealdade aos chefes políticos locais. O próprio sistema eleitoral permitia que o voto, então exercido em

aberto, fosse controlado pelos coronéis. Eles continuamente elegiam seus candidatos e dispunham também de correligionários mantidos por concessão de favores, como empregos públicos ou apoio eleitoral.

A cadeia de dependência estendia-se aos governos estaduais e federal. Conforme os interesses em jogo e o conjunto de forças, prevaleciam os particularismos que levavam a rompimentos até no interior de um mesmo partido. Os particularismos, favorecidos pelo federalismo, que garantia certa liberalidade aos estados, impediram a formação de partidos nacionais e deram ensejo, durante a presidência de Campos Sales (1898-1902), à formação da *política dos governadores*, compromisso que acabaria por consolidar os poderes oligárquicos, especialmente dos Estados mais fortes, em termos econômicos ou eleitorais, como São Paulo e Minas Gerais, sobre o conjunto do País.

Hermes da Fonseca enfrentou inúmeras dificuldades para governar, pois representava a oligarquia gaúcha e, por isso, não contava com o apoio das demais oligarquias que formavam a maioria na Câmara Federal. Ele governou, praticamente durante todo o mandato, com o País sob estado de sítio e realizou salvações, isto é, intervenções militares do governo federal em diversos estados, especialmente no Nordeste, como forma de dar sustentação às facções políticas locais que o apoiavam. Isso reforçou a concepção, já corrente entre os proprietários de terra, de que o exercício da política e a violência estavam intimamente relacionados. Sobre esse pensamento se assenta, ainda hoje, a profissão de matador e o uso de jagunços para eliminar opositores políticos.

Talvez a mais famosa das salvações, em que afloram as complexas tramas que sustentavam a política nacional, tenha acontecido no Ceará, tirando do poder o chefe máximo dos coronéis locais, Antônio Pinto Nogueira Accioly. Em outubro de 1911, este assinara com os demais chefes oligárquicos da região do Cariri, a mais próspera do Estado, um documento, o *Pacto dos Coronéis*, em que propunham cessar as hostilidades locais em favor da proteção mútua contra as oscilações da política federal. A reunião dessas lideranças foi promovida por

Cícero Romão Batista, o Padim Cícero, religioso estabelecido em Juazeiro, cidade que, sob sua influência, se tornaria a mais próspera do sertão cearense. Na figura de Padre Cícero, até hoje venerado como santo, fundem-se as qualidades de líder político − o que incontestavelmente ele foi, de 1907 até seu falecimento em 1934 − e de líder espiritual, conselheiro e milagreiro, aspecto este desenvolvido desde 1872, quando iniciou a "recuperação religiosa" da população de Juazeiro. Exercendo enorme ascendência sobre os fiéis, Padre Cícero não só lhes falava de Deus e dos evangelhos, como indicava-lhes em quem votar; conquistou assim o apoio dos Accioly, tornando-se prefeito de Juazeiro, em 1911, e elegendo Floro Bartolomeu para deputado federal, modo pelo qual se projetou na política nacional.

Em 1912, porém, Nogueira Accioly foi deposto da presidência do Estado, em favor de Marcos Rabelo, que contava com o apoio de parte dos grandes comerciantes cearenses. Rabelo, por sua vez, rompeu com Pinheiro Machado, o chefe do Partido Republicano Conservador, que sustentara a candidatura de Hermes da Fonseca, e exonerou Padre Cícero de seu cargo de prefeito. Floro Bartolomeu, com o apoio de Machado, preparou a reação a essa infidelidade, o que resultou em confrontos armados, na intervenção militar do governo federal no Ceará e no retorno dos Accioly à sua antiga posição.

A boa aceitação da candidatura de Rui Barbosa, especialmente, nas grandes cidades, deveu-se em parte a que ele fundamentasse no processo eleitoral sua crítica aos "vícios" do regime republicano brasileiro, que pretendia democratizar com a adoção do voto secreto. Mas, outro fator contribuiu para essa aceitação, o estabelecimento de uma relação entre sua candidatura, o "renascimento do povo na democracia" e o "renascimento de nossa nacionalidade", uma vez que o nacionalismo era um dos temas mobilizadores de diferentes setores da sociedade brasileira durante os anos de 1910.

A preocupação em instituir a Nação − isto é, fazer o Brasil parecer uma unidade territorial, política e cultural com a qual se identificassem todos os aqui

nascidos – se iniciou com a Independência. Uma de suas expressões foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual foi construída parte da imagem da Nação, centrada na criação de seu passado, a História Nacional. Os primeiros narradores do passado da Nação excluíram dele as contradições e a multiplicidade de interesses e de culturas presentes no País; assim, tomando o exemplo do passado, foi possível forjar uma unidade cultural e uma comunhão de interesses na verdade inexistentes.

Desde o final do século XIX, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e o desenvolvimento industrial e urbano colocariam em evidência as diferenças existentes no Brasil e seu atraso em relação aos países considerados "civilizados". Parte das elites políticas e dos intelectuais brasileiros passou, por isso, a acreditar que tudo precisava ser modificado e a Nação, reinstituída. O progresso e a civilização, pensavam, precisavam definitivamente deitar raízes no País, para que fossem superados a indolência e o analfabetismo, substituídos os hábitos herdados do passado rural por outros, urbanos, baseados na posição econômica dos indivíduos e para que os sertões despovoados fossem ocupados e prosperassem como o litoral. Além disso, começaram a perceber que havia uma grande distância entre o povo, as elites, o governo e os intelectuais, cabendo aproximá-los e modernizar as estruturas do Estado.

A percepção desses problemas, a influência do militarismo europeu, o impacto da Primeira Guerra Mundial, a presença maciça de imigrantes e os crescentes investimentos estrangeiros no País acabaram por configurar, durante a década de 1910, um campo de discussão sobre os caminhos para a reconstrução da nacionalidade.

Assim, em 1914, Alberto Torres[7] publicou *O problema nacional brasileiro* e, um ano depois, *A organização nacional*. Nestas obras chamava os intelectuais a

---

[7] TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*.// *A organização nacional*.[S.l.; s.e.], 1914/1915, respectivamente.

assumirem o papel de orientadores da política, organizadores do Brasil e forjadores da consciência nacional; apontava também a urgência de um regime constitucional que efetivasse a solução dos problemas da sociedade, como a educação. Torres chamava atenção para outros aspectos, como a adequação de instituições jurídicas e a aplicação produtiva do dinheiro público.[8]

Propagador de outra postura nacionalista, Olavo Bilac fez pregações cívicas por todo o País "contra a gravidade de nossa situação moral". Em 1916, ele instalou, no Rio de Janeiro, a Liga de Defesa Nacional, que teve enorme aceitação, especialmente entre os estudantes, e que se reproduziu em outros estados. A reconstituição nacional por ele pretendida se assentava na instrução e no serviço militar, pois este, além de necessário para que o Brasil resistisse à cobiça internacional, se assemelhava ao caminho para o "triunfo completo da democracia, do nivelamento das classes" e da obtenção "da ordem, da disciplina, da coesão" necessárias para despertar a "massa amorfa e triste da nossa multidão".

Desse modo, Bilac colocava em discussão outra questão polêmica, a do serviço militar obrigatório, que, embora instituído pela Constituição de 1891, ainda não se efetivara. Para ele, o combate ao analfabetismo deveria ser completado com o culto ao heroísmo e às tradições brasileiras, a serem difundidos por meio do ensino da história e da língua portuguesa, em particular nas escolas organizadas por estrangeiros, por serem estas baluartes da manutenção da cultura e da língua de origem das comunidades de imigrantes.

Em São Paulo, parte do pensamento nacionalista se articulou em torno do Centro Nacionalista, criado em 1915 por estudantes da Faculdade de Direito, entre os quais Júlio de Mesquita Filho, membro da família proprietária do jornal *O Estado de S. Paulo*,[9] órgão que deu ampla cobertura às campanhas Civilista e

---

[8] TORRES, op.cit., 1814/1915.

[9] *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1915.

de Olavo Bilac. O Centro foi o embrião da Liga Nacionalista Estadual, criada pelos acadêmicos de Direito no ano seguinte.

As propostas desta Liga, para o "reerguimento do caráter nacional" foram divulgadas nas páginas da *Revista do Brasil*,[10] periódico de propriedade da família Mesquita, que começou a circular em 1916, sob a direção de Monteiro Lobato. Lobato foi o criador do Jeca Tatu, personagem no qual sintetizou as condições da vida rural e os traços que, conforme acreditava, compunham a personalidade do caipira brasileiro.

Segundo alguns autores, a *Revista do Brasil* [11] teve importância não apenas por ser um espaço de debate das propostas nacionalistas, mas por anunciar o modernismo brasileiro que se firmaria em 1922, na Semana de Arte Moderna. Parte do ideário nacionalista da Liga seria incorporada, na década seguinte, pelo Partido Democrático que aglutinou parte da oposição liberal paulista.

O nacionalismo da fração da elite paulista representada na Liga condenava o regionalismo imperante no Brasil, pois, da mesma forma que os conflitos que então se verificavam − como o do Contestado, no sertão de Santa Catarina −, ele comprometia a unidade nacional. Em seu lugar, propunha uma ação solidária das classes dirigentes e intelectuais para a realização da obra de regeneração do povo brasileiro, em especial por meio da educação. Esta prepararia o advento de uma geração culta, enérgica e prática, plena de civismo e apta a construir um novo Brasil.

Para tanto, era de todo recomendável o combate ao analfabetismo, o estabelecimento do ensino profissional e da instrução militar obrigatória nas escolas secundárias e superiores, bem como a prática do escotismo nas escolas primárias. A ênfase no combate ao analfabetismo revestiu-se de marcante viés político, pois os analfabetos, segundo a primeira Constituição republicana, não

---

[10] *Revista do Brasil*, 1916.
[11] Idem.

tinham direito ao voto. Com isso, afirmava a Liga, "a vontade nacional se substitui pela vontade de uma minoria insignificante que fala, vota e determina". Além dos problemas das formas institucionais de representação política, o nacionalismo paulista preocupava-se com a organização da classe dominante, a "tutela econômica e o arrocho do capital estrangeiro".

A Liga Nacionalista atuou em São Paulo até 1924, desenvolvendo uma ação cívica e moralizadora, por meio de campanhas − como a contra o álcool e a de incentivo ao serviço militar obrigatório − e do ensino. Instalou escolas para educação de filhos de imigrantes, cuja presença na cidade era maciça, nas quais também se ensinavam noções elementares de educação cívica e política, e as Escolas Nacionalistas, cursos noturnos para alfabetização de operários, grande parte dos quais também imigrados. Dessa forma, procurava não apenas combater o analfabetismo, mas acelerar a aculturação dos imigrantes, cujos hábitos e laços com sua comunidade de origem eram vistos por muitos como um perigo para a integridade nacional.

As nuanças particulares desta versão nacionalista estavam relacionadas à posição dos paulistas na República. A importância da cafeicultura levaria São Paulo a ter, na Federação, um peso mais econômico que político − fato representado em uma imagem, então bastante divulgada, deste Estado como uma locomotiva que puxava vinte vagões vazios −, o que fazia a elite paulista almejar o controle dos mecanismos de decisão política do País.

A aspiração a exercer a liderança da Nação referenciava-se em um modelo, o bandeirante, símbolo da riqueza, do progresso e do arrojo de São Paulo, qualidades que se pretendia estender ao restante do País. Por ter promovido, durante o século XVII, a ocupação do território brasileiro, o bandeirante também simbolizava os elementos fundamentais para a existência da Nação, o território e a unidade. Dessa maneira, a história avalizava as pretensões hegemônicas dos paulistas. O bandeirante representava não apenas um modelo, mas um elo histórico entre São Paulo e o Brasil.

Outros grupos nacionalistas foram formados em torno de revistas, como *Brazílea*,[12] de tendência católica, fundada em 1917, que se opunha à hegemonia dos paulistas e defendia a civilização agrária; a *Propaganda Nativista*,[13] de 1919 e *Ação Social Nacionalista*,[14] que começou a circular em 1920. Esta, mais tarde deu origem ao Centro D. Vital e a uma outra revista de tendência católica, dirigida por Jackson de Figueiredo, *A Ordem.*[15] Todas compartilhavam as preocupações com a crescente "estrangeirização" do Brasil, contra a qual apregoavam um antídoto considerado eficaz, a educação escolar.

O ensino forma o cidadão

Segundo Nagle,[16] a partir de 1915, e mais acentuadamente durante a década de 1920, o nacionalismo sustentaria uma fase de entusiasmo pela educação, em especial, a Educação Primária, tida como principal fator de regeneração do homem, caminho que o conduziria a superar as dificuldades de sua condição social.

A insatisfatória participação dos poderes públicos na educação foi objeto de críticas e pressões que visavam ampliar o papel do Estado na área. Até meados da década de 1920, apenas alguns órgãos de caráter consultivo, como o Conselho Superior de Ensino, criado em 1911, ocupavam-se do assunto no âmbito federal; o mesmo acontecia nos estados, onde funcionavam apenas Inspetorias Gerais de Instrução Pública. Só na década de 1930, o governo republicano criaria um ministério especializado para a educação e a cultura, fato que não impediu a decretação, em 1918, do fechamento de escolas criadas por

---

[12] Revista com proposta nacionalista,1917.
[13] Idem,1919.
[14] Id.,1920.
[15] Id., 1920.
[16] NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (org.) *O Brasil Republicano*; sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1977. p. 259-92. (História Geral da Civilização Brasileira).

colônias de europeus no sul do País – como a Escolas Libertárias Livres, ligada aos anarquistas e fundada em 1912, por Florentino de Carvalho, no bairro operário do Brás, em São Paulo – e sua substituição por escolas nacionais.

As Escolas Modernas, como também foram conhecidas as escolas anarquistas, orientavam o ensino segundo a perspectiva que, acreditavam, libertaria o homem da escravidão à qual estava submetido no sistema capitalista, propondo-se, por isso, "a fazer da criança um homem livre". O objetivo era

> [...] liberar a criança do progressivo envenenamento moral que, por meio de um ensino baseado no misticismo e na bajulação política, lhe comunica hoje a escola religiosa ou do governo; provocar junto com o desenvolvimento da inteligência a formação do caráter, apoiando toda a concepção moral sobre a lei de solidariedade.[17]

Com relação aos professores, pretendia-se

> [...] fazer do mestre um vulgarizador de verdades adquiridas e livrá-lo das peias das congregações ou do Estado, para que sem medo e sem restrições lhe seja possível ensinar honestamente, não falseando a História e não escondendo as descobertas científicas. [18]

O problema representado pela expansão das ideias socialistas, bastante fortes entre os imigrantes, especialmente italianos e espanhóis, aliou-se ao fantasma da "desnacionalização da infância brasileira", levando à constituição

---

[17]DECCA, Maria A. G. De. *Indústria, trabalho e cotidiano*; Brasil - 1889 a 1930. São Paulo: Atual, 1991. p.62.
[18] DECCA, op. cit.,1991, p.62.

de um ensino no qual as crianças eram tuteladas e disciplinadas. As exigências impostas ao registro das escolas primárias particulares tornaram-se mais rigorosas, chegando a estabelecer detalhes tais como, um número obrigatório de aulas de Geografia, Português e História e o controle da nacionalidade dos professores das últimas duas disciplinas. A língua nacional só poderia ser ensinada por portugueses ou brasileiros, ao passo que, para ensinar o passado da Nação, exigia-se que os professores fossem brasileiros. Tais restrições baseavam-se na importância da língua e da história para a formação da identidade nacional, o que também marcou o sentido do ensino da História nas Escolas Primárias. Não por acaso, o *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*, de 1918,[19] reafirmava o papel da escola "num país novo e de população heterogênea, como o nosso", como lugar de fusão de "todas as nacionalidades, dando-nos um povo único, coeso, com as mesmas aspirações".

Como mostra Bittencourt, [20]o ensino da história nas Escolas Primárias foi voltado para a transformação das crianças, filhas de imigrantes e trabalhadores agrícolas e urbanos, em cidadãos trabalhadores brasileiros, por meio da transmissão de conhecimentos sobre a formação do povo brasileiro, a ação heróica dos grandes personagens da história pátria e o passado regional. Nessa tarefa, as comemorações cívicas tiveram papel de relevância, pois a participação comunitária, os rituais, os hinos e os signos tornavam presente o sentimento que, nas salas de aula, a narrativa de um passado longínquo tentava transformar em patriotismo.

O caráter disciplinador atribuído ao ensino primário era mais intenso no caso do ensino profissional, que atendia exclusivamente as chamadas "classes populares", cuja presença nas cidades aumentava em proporção maior que a do desenvolvimento industrial. A introdução do Decreto nº 7 566, de 1909, que

---

[19] *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*, de 1918

[20] BITTENCOURT, Circe M. F. *Pátria, Civilização e Trabalho*, o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Loyola, 1990.

criava em cada capital uma escola de aprendizes artífices, é bastante esclarecedor. Tratava-se "não só de habilitar" os filhos das "classes proletárias com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime".[21]

Nessa visão preconceituosa da classe operária, o trabalho era colocado como elemento de regeneração de costumes e, junto com o nacionalismo, compunha a base de uma estratégia de moralização dos futuros trabalhadores, moldando-os desde já para a disciplina da produção. Desse modo, preparava-se a formação de uma mentalidade, segundo a qual atender aos deveres de trabalho assemelhava-se a atender aos deveres para com a Nação. Esta, portanto, servia como um véu que ocultava as oposições de classe presentes nas relações de trabalho.

As escolas profissionais públicas eram, preferencialmente, instaladas em bairros operários, como o Brás, em São Paulo, que, em 1910, contava com um estabelecimento para meninos, que formava profissionais serralheiros, funileiros e marceneiros, e outro, para meninas, voltado ao ensino de profissões consideradas propriamente femininas, como passadeira, engomadeira, costureira e bordadeira.

Estabelecimentos particulares, como o Liceu Coração de Jesus e o Liceu de Artes e Ofícios, ambos em São Paulo, também ofereciam cursos profissionalizantes. No Coração de Jesus havia cursos de artes, inclusive música, de ofícios, que formava profissionais em artes gráficas, em fundição e artesanato de metais, e de comércio, que atendia ao ensino de escrituração mercantil, correspondência comercial e caligrafia. O Liceu de Artes e Ofícios oferecia cursos de geometria, desenho e desenho arquitetônico, artes plásticas e artes decorativas, além de outros, como tecnologia mecânica e eletrotécnica. Nesta

[21] NAGLE, op.cit., 1977, p.273.

escola de orientação acadêmica formaram-se inúmeros artistas plásticos e artesãos-artistas, cujas especialidades atendiam vários setores da construção civil, atividade que, acompanhando o crescimento da cidade, estava em plena expansão. O Liceu mantinha também oficinas que atendiam a encomendas de peças de serralheria, mobiliário e outros trabalhos de marcenaria de alta qualidade.

O ensino nas escolas profissionais procurava suprir a carência de mão de obra especializada para um mercado de trabalho urbano em acelerada ampliação e modernização. Tratava-se de encaminhar meninos e meninas pobres para exercerem em espaços diversos, um papel predeterminado, o de se tornarem competentes impulsionadores da produção, mantendo-os nos limites de sua origem social. Para eles, o espaço das fábricas ou oficinas; para elas, o dos ateliês de costura e bordado ou das casas de família.

A instrução básica dos filhos da elite era, em geral, desenvolvida em casa, por preceptores, pois os jardins de infância, então uma inovação recente no sistema de ensino brasileiro, ainda não ganhara credibilidade. Já alfabetizadas, passavam a frequentar a escola, em geral estabelecimentos particulares, religiosos ou laicos. Para os meninos, preferiam-se, respectivamente, os dos Salesianos, em Salvador, dos Beneditinos, no Rio de Janeiro e São Paulo; o Ginásio Nacional, no Rio; e o Colégio Gomes, em Porto Alegre. Em todos, o ensino perseguia a formação de um caráter firme, carregado de sentimento cívico e patriótico, para o desenvolvimento do qual, assim como nas escolas públicas, o ensino da história era tido como fundamental. As meninas iam para escolas de freiras, geralmente de origem francesa, como o Notre Dame de Sion ou o Des Oiseaux, em São Paulo, onde eram educadas para o casamento: aprendiam a tocar piano, a falar francês, regras de etiqueta, os trabalhos manuais e a economia doméstica.

Nesses colégios, assim como nas escolas públicas, a disciplina era rígida e os castigos faziam parte da pedagogia. Porém, algumas escolas de influência

americana dedicadas à educação da elite, instaladas nas principais cidades do País, desde o final do século XIX, como o Mackenzie College, em São Paulo, e o Colégio Anglo-Americano, no Rio de Janeiro, dedicavam-se a desenvolver a "educação moderna", abolindo a palmatória em favor de "métodos intuitivos e objetivos", que incluíam a prática de esportes para meninos e meninas. Além destas, outras inovações pedagógicas começaram a ser discutidas durante a década de 1910, como a Escola Nova, cujos métodos assentavam-se no desenvolvimento do conhecimento psicológico e postulavam para o aluno um papel ativo no processo de aprendizado. Tais idéias seriam bastante discutidas entre os educadores brasileiros na década seguinte, sem, contudo, atingirem as determinações curriculares voltadas para a formação do cidadão.

Em busca de um estilo

Durante a década de 1910, as elites políticas e intelectuais procuraram redesenhar a imagem da Nação, pois aquela que fora montada após a Independência não mais correspondia ao que podiam observar no cotidiano. Visto das grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, o País progredira, embora ainda se observassem inúmeros desequilíbrios, que as elites acreditavam que poderiam ser superados com a remodelação do povo, em especial por meio da instrução, da reforma da política e do Estado oligárquico e do direcionamento do progresso. A crença no progresso, tido como uma espécie de predestinação de todos os povos, faria do Brasil o País do futuro, pois levava as pessoas a pensarem que no amanhã seriam corrigidas as falhas do hoje.

A busca da imagem do novo Brasil e da solução para os problemas sociais suscitados pelo progresso acelerado e até mesmo compulsório, pois resultante apenas do interesse de poderosos segmentos sociais dentro e fora do País, se expressou de formas diversas, algumas das quais influenciadas pela

valorização de saberes científicos, que então se processavam em escala mundial, como instrumento de conhecimento das sociedades.

Os livros que divulgavam novas teorias sobre a sociedade e a ciência eram avidamente consumidos pela intelectualidade, o que se refletiu nas análises que ela fazia sobre os problemas do novo Brasil. Na literatura, que muitas vezes atingia o grande público via folhetins publicados nos jornais de grande circulação, obras como as de Euclides da Cunha e Lima Barreto expressavam o esforço para desvendar e denunciar a situação brasileira e valorizavam a cultura de segmentos sociais preteridos. Como explicita Sevcenko,[22] a literatura tornou-se uma vertente da militância nacionalista; tratava-se de conhecer a realidade, descobrir a ordem no caos presente e daí ajuizar o futuro, dimensão temporal em que também se inseria a definição de um tipo étnico representativo do brasileiro.

Em termos arquitetônicos, a tradução da nacionalidade seria buscada na criação de uma expressão estética peculiar, o neocolonial. Desenvolvida segundo modelos europeus, a arquitetura em moda nas grandes cidades desde a segunda metade do século XIX era a eclética, da qual são exemplos os edifícios da Avenida Central, no Rio de Janeiro, artéria aberta em 1904 com a derrubada de grande parte do casario colonial do centro, e os palacetes, arranha-céus e edifícios públicos de São Paulo, muitos dos quais construídos pelo escritório de Ramos de Azevedo.

O eclético, "soma de todos os estilos", segundo Fabris,[23] foi fruto da revolução industrial e do gosto pelo antigo, que conferia à nova elite social, a burguesia industrial, um *status* de hereditariedade que, por tradição, não possuía. No Brasil, ele se firmou a partir de meados do século passado. No caso

---

[22] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*; tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

[23] FABRIS, Annateresa. (org.) *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel /Edusp. 1987.

de São Paulo, foi favorecido pela riqueza decorrente da cafeicultura; pela rede ferroviária que possibilitou a difusão de materiais de construção importados, inclusive ornatos já moldados; e a presença de profissionais estrangeiros, em particular italianos, em todo o Estado.

Embora representasse parte dos anseios das elites brasileiras, por inserção no cosmopolitismo e na civilização modernos, o eclético, após ter sido vulgarizado pelo uso de ornatos e outros elementos em casas da classe média, passou a ser classificado de "mau gosto". Na década de 1920, em confronto com o barroco, então visto pelos intelectuais modernistas como portador de caráter nacional, a arquitetura eclética foi rejeitada pelos nacionalistas como algo "estranho a este ambiente", e permaneceu desvalorizado como representação de parte da cultura material brasileira até a década de 1980.

Mesmo antes disso, ao eclético fora contraposto o neocolonial, que, a partir do final da década de 1920, se confrontou com as manifestações da moderna arquitetura brasileira, cujo marco inicial foi uma residência, projeto de Gregori Warchavchik, construída em 1927, no bairro paulista de Vila Mariana.

O movimento neocolonial teve como marco o discurso *"Culto à Tradição"*, pronunciado pelo arquiteto português radicado no Brasil, Ricardo Severo, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1912. Seguiram-se artigos e conferências que tinham por finalidade difundir o estilo, inspirado nas características da arquitetura colonial brasileira, tida como expressão primeira da nacionalidade.

Em 1921, a revista *Fon-Fon*, periódico de grande penetração nos setores urbanos, noticiou:

> [...] cansados de copiar o que fazem os estrangeiros chegamos à conclusão que é necessário qualquer coisa de acordo com a história, a raça, a alma da nação [...] de acordo com o progresso e com a arquitetura colonial adaptada aos ares do

> Brasil por aqueles a quem devemos a força de nossa coesão nacional e o profundo sentimento de nossa personalidade como povo. [24]

Aparentemente, portanto, progresso e tradição caminhariam de mãos dadas, com a finalidade de promover um estilo arquitetônico representativo da "cultura brasileira", algo que, como hoje, soava amplo e difuso. Incentivado por um "defensor da causa da nacionalidade", José Mariano Filho, o neocolonial propiciou o estudo das manifestações arquitetônicas do período colonial, em especial na década de 1920, quando um grupo, do qual participou o arquiteto Lúcio Costa, realizou um levantamento minucioso da arquitetura das principais cidades mineiras do século XVIII, também considerada fonte da brasilidade para parte dos modernistas.

[24] Revista *Fon-Fon* de 1921.

3

Vários cenários, múltiplas vidas

A partir do século XIX, com o desenvolvimento fabril, as cidades passaram a ser o cenário privilegiado dos acontecimentos históricos. A diferença entre os perfis das classes sociais tornou-se mais visível do que nunca, expressando-se de maneiras diversas, inclusive na ocupação e na organização dos espaços urbanos e de moradia. Segmentada, como a própria sociedade, cada cidade da era industrial mostrava características particulares, mas todas se tornaram espaços de manifestações de massa e abrigaram diversas formas de resolver os desafios cotidianos, comportando diferentes culturas e múltiplas vidas.

No caso do Brasil, o desenvolvimento industrial foi mais recente e determinou a rápida transformação espacial de muitas das capitais de estado na década de 1910. O crescimento e a modernização urbana impunham-se como síntese e representação do progresso. A destruição de muitos dos marcos de referência cultural, em cidades como Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo − bem como a evasão de objetos de arte, em especial do século XVIII, devido à expansão do mercado internacional de antiguidades −, desnudou a "ação destruidora ou modificadora do tempo e dos homens", que constituiu, em um momento de busca de uma identidade nacional, uma séria ameaça à memória brasileira. Em razão disso, data de 1917 a primeira proposta de preservação de bens móveis, monumentos públicos e edifícios particulares de valor histórico, medida que o Estado tomaria a si somente em 1937, quando da criação do SPHAN, Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

As transformações não se restringiram ao espaço, mas, por força da presença da indústria, de um apreciável contingente de imigrantes e de um novo

tipo de trabalhador, o operário, afetaram diversos aspectos da vida. No conjunto, isso mostra que na década de 1910 vivia-se um novo momento da constituição da moderna cultura urbana no Brasil. As ruas se tornaram cenários de um espetáculo frequente, o da concentração de multidões a expor nos locais públicos as contradições presentes nos espaços privados, de trabalho, e as tensões resultantes da oposição de interesses entre os grupos sociais ou entre estes e os governos. No cenário da cidade misturaram-se novos personagens, mulheres, crianças e homens trabalhadores, estudantes, senhoras da sociedade e prostitutas, elevaram-se chaminés e prédios, circularam bondes elétricos, automóveis e sons, muitos sons – dos palacetes, das vilas operárias, dos cortiços, dos botequins, de instrumentos musicais, de cantos, de copos, dos motores, dos apitos, das máquinas, dos trens e de múltiplas vidas –, vozes que clamavam pela justeza de suas reivindicações.

Essas vozes, da mesma forma que os espaços, precisavam ser disciplinados para que, aos olhos da burguesia, a sociedade guardasse uma face de inteligibilidade. Tratava-se de elaborar, gradativamente, um conjunto de práticas disciplinares tão sutis quanto eficientes, que levassem os novos personagens a entender o lugar que lhes estava reservado na sociedade urbano-industrial que se desenvolvia no País.

Os argumentos justificadores da pretendida adequação, muitas vezes, foram buscados nas recentes teorias científicas. Isso não significa, porém, que a constituição da sociedade industrial, no Brasil, implicou a existência de um plano prévio ou de formas previamente definidas de dominação. Estas se estruturaram no quadro das tensões entre interesses opostos, da mesma forma que, durante o processo, também as classes sociais foram se definindo, configurando-se, portanto, na complexidade do fazer histórico.

A indústria

Às vésperas da Grande Guerra, após um longo período de estabilidade, os preços do café no mercado internacional caíram, provocando *déficit* na balança comercial, agravado no início do conflito pela natural retração dos negócios. Em 1915, o governo brasileiro emitiu papel moeda desvalorizando o mil-réis, o que veio a piorar as condições de vida dos trabalhadores, mas equilibrou a situação dos produtores e exportadores de café, favorecidos também pela compra do excedente da safra pelo governo de São Paulo e, pouco depois, pela forte geada de 1918, que afetou 40% das plantações do Estado. Em consequência, no ano seguinte, os preços e a exportação do café aumentaram vertiginosamente, inaugurando um curto período de euforia econômica, que incentivou a contínua expansão das plantações para o Oeste de São Paulo e para o Norte do Paraná.

Embora ainda predominantemente voltada para a agricultura, a atividade produtiva no Brasil, já continha um próspero setor industrial que em 1913 – segundo dados do Centro Industrial do Brasil – , atendia a maior parte da demanda do mercado urbano: cerca de 82% dos tecidos; 68% das bebidas; 43% dos produtos farmacêuticos; e quase 100% dos calçados. Ainda era grande, porém, o consumo de produtos estrangeiros, especialmente por setores sociais de grande poder aquisitivo, cujos hábitos eram pautados por padrões europeus, e porque a indústria brasileira concentrava-se na produção de bens de consumo não duráveis.

A eclosão da Guerra, segundo alguns economistas, favoreceu o desenvolvimento industrial no Brasil, não apenas pelas dificuldades impostas aos transportes marítimos, mas também pela concentração da indústria europeia no esforço de guerra. Disso se beneficiaram, especialmente, os setores de tecelagem, de produção de açúcar e de carnes industrializadas, para os quais se abriram alguns mercados de exportação e se ampliaram, com a urbanização,

os mercados internos. Alguns dos grupos empresariais, como o Votorantin e o Matarazzo, até o presente importantes no quadro da economia brasileira, afirmaram-se nesse período. Ao mesmo tempo, se assistia à aplicação de capitais estrangeiros no setor industrial, a exemplo do que já acontecia nos setores exportador, financeiro e de serviços públicos, desde o século XIX.

Desde a segunda metade do século XIX, o avanço capitalista trouxera para o Brasil capitais alemães, belgas, franceses e, acima de tudo, ingleses, aplicados diretamente ou por participação na implantação de estradas de ferro, companhias de navegação, organização de negócios de importação e exportação, agências de seguro e bancos, em empreendimentos relacionados ao desenvolvimento da infraestrutura das cidades − luz, água, esgotos, transporte urbano e comunicações −, que atravessavam um período acelerado de crescimento e urbanização, e na construção de portos, como os de Salvador e Vitória.

Na década de 1910, segundo Hardman e Leonardi,[25] aqui se instalaram 208 sociedades estrangeiras, o que mostra o grau de integração e a posição do Brasil no mercado capitalista internacional. Antes da Primeira Guerra Mundial, assinala Prado Jr,[26] grupos financeiros internacionais, como a Itabira Iron Ore Company, tinham adquirido consideráveis extensões de terras ricas em minério de ferro, no Estado de Minas Gerais, que só começariam a ser exploradas durante o conflito. A exploração do manganês começou nesta mesma época, com a Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da companhia norte-americana United States Steel Corporation, assim como a instalação de moinhos de trigo, grandes empresas frigoríficas, de capital norte-americano, como a Swift, Wilson e Anglo, no Rio Grande do Sul.

---

[25] HARDMAN. F. F. e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*; das origens aos anos 20. São Paulo: Global, 1982. p.70.

[26] PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970. p.269.

Os mais importantes centros industriais brasileiros situavam-se em regiões cujas atividades agrícolas, como a cafeicultura, já haviam propiciado um forte vínculo com o mercado internacional e criado estruturas comerciais, financeiras e de comunicação capazes de fazer circularem com rapidez mercadorias e capitais. A indústria atraiu enormes contingentes de mão de obra, tanto trabalhadores imigrantes como migrantes da área rural, que compuseram o proletariado, e propiciou o advento da sociedade urbana no Brasil. Segundo os Censos Industriais, em 1907, São Paulo contava com 15,9% do total de indústrias instaladas no Brasil; o Rio de Janeiro, com 7,6%; Pernambuco, com 7,4%; e o Centro-Oeste, com 0,9%. Doze anos depois, em 1919, São Paulo concentrava 31,5%; o Rio de Janeiro, 7,4%; Pernambuco, 6,8%; e o Centro-Oeste, 0,4% da atividade industrial do País.

Além da concentração regional de estabelecimentos, algumas poucas grandes indústrias concentravam um número significativo de trabalhadores. Em São Paulo, elas compreendiam 0,8% do conjunto e empregavam 31,5% do total de operários, enquanto, no restante do País, correspondiam a 0,7% e empregavam 21,9% da mão de obra. Somente 3,5% das indústrias instaladas tinham mais de 100 empregados, mas absorviam 69,7% da mão de obra do setor, indicando que o desenvolvimento industrial teve por base indústrias de importância econômica relativa e não apenas pequenos estabelecimentos cuja origem foi a atividade artesanal. Segundo a mesma fonte, o Censo Industrial de 1919, "a indústria brasileira já é uma força econômica, um elemento de riqueza nacional de que a própria nação não tinha uma ideia aproximada sequer".

Estes Censos, entretanto, incluíam empresas de especialidades e portes diferenciados, uma vez que o processo de industrialização foi complexo e diferente em cada uma das regiões brasileiras, verificando-se, em todas, uma gama de indústrias que ia das familiares aos grandes complexos quase auto-suficientes. Embora a maior parte das indústrias de peso nacional tivesse origem no capital acumulado em atividades agrícolas e comerciais de exportação, em

alguns estados, como o Rio Grande do Sul, as atividades industriais − como a produção de charque − nasceram da economia pecuária voltada para o mercado interno. Nas áreas de colônias de imigrantes, no mesmo estado, surgiram indústrias que aproveitavam as potencialidades locais − capital, produção e mercado −, como no caso da indústria vinícola e da Fundição Eberle, cujas atividades iniciaram em 1900, com uma pequena funilaria. Outros grupos industriais, como a Renner, empresa têxtil associada à Ritter, fabricante de cerveja, se iniciaram com capital proveniente de casas de comércio.

De qualquer modo, a indústria representou um fator de dinamização, uma vez que, em função dela se estruturariam relações de convivência social até então pouco experimentadas. Os novos agentes sociais − industriais e operários − polarizariam grande parte dos conflitos da sociedade na qual a tônica determinante seria o confronto, expresso não apenas no mundo do trabalho mas, para além dele, a cada momento da vida cotidiana.

Os novos personagens

Durante a década de 1910, especialmente após a Primeira Guerra Mundial, intensificou-se a diferenciação social iniciada, no século XIX, com a modernização da economia agroexportadora e a ampliação da máquina administrativa do Estado.

O processo de acelerada urbanização e industrialização − do qual fez parte uma maior divisão social do trabalho e emergiu uma sociedade mais complexa − conformou com mais rigor os perfis dos grupos sociais que anteriormente se delineavam.

A burguesia foi tecida em complicada trama, a partir das elites regionais agro-mercantis, cuja cultura se tornava cada vez mais urbana. Desse modo, parte da burguesia confundia-se com a elite agrária, correspondendo à feição moderna deste grupo social. São clássicos os exemplos das famílias Prado e Penteado, de São Paulo, ao mesmo tempo grandes cafeicultores e industriais,

com capitais investidos em bancos e negócios de importação/exportação, o que os vinculava ao modelo internacional de empreendedores capitalistas.

A concentração das atividades mostra que, apesar das mudanças ocorridas no país − ampliação do número de indústrias, modernização das atividades financeiras, crescente heterogeneidade da população −, o poder e a economia continuavam sob o domínio de um círculo limitado de famílias de expressão local, cujas relações internas se firmavam por casamentos e parentesco, maneira pela qual eram mantidos os laços de interesse e solidariedade, o domínio de postos chaves nas empresas e os melhores cargos nos governos e partidos.

Com poucas exceções, apenas os membros dos grupos de elite tornavam-se bacharéis, engenheiros ou médicos. Em meados da década de 1910, havia no Brasil 16 cursos de Direito, nos quais se formavam cerca de 400 bacharéis por ano; as faculdades eram isoladas e, só em 1920, criou-se a primeira universidade brasileira, no Rio de Janeiro, então capital da República. O acesso à educação superior, ao exercício da política e aos negócios era, praticamente, exclusividade dos homens, e brasileiros, pois a penetração de imigrantes na elite foi lenta,[27] embora alguns deles, como Matarazzo, Lundgren, Crespi e Gamba, tenham se tornado empresários fabris de importância.

Nesse período, manifestaram-se indícios de uma profunda transformação de mentalidade. Embora a Europa ainda fosse o modelo cultural seguido pelas elites brasileiras, já era perceptível a substituição, duas décadas depois total, do modelo de vida europeu pelo norte-americano, que então significava a praticidade e a agilidade exigidas pelos tempos modernos. Houve a valorização do conhecimento técnico e das profissões a ele relacionadas, como a de engenheiro. Paralelamente, deu-se a perda de espaço do *dandy* para o *sportsman*, figura americana de homem dinâmico, tanto responsável como

---

[27] LOVE, Joseph. *A Locomotiva* São Paulo na Federação Brasileira 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

descontraído, empresário e esportista; a língua inglesa começou a ser falada com maior frequência. A ideia de que o capitalismo dá oportunidades de enriquecimento rápido pelo trabalho, também, foi reforçada, sintetizando-se no *self-made man*, imagem mitológica da qual havia inúmeros exemplos nos Estados Unidos; e também no Brasil acreditava-se que alguns imigrantes tinham constituído fortunas por serem perseverantes e empreendedores.

As classes médias formavam um conjunto bastante heterogêneo e de grande mobilidade interna. Aos segmentos mais antigos − donos de pequeno comércio e de pequenas unidades fabris, artesãos −, o desenvolvimento urbano e do setor de serviços acrescentou novos componentes, relacionados ao trabalho não manual, tais como empregados em bancos, em escritórios, professores, profissionais liberais e funcionários públicos, cujo papel nas reivindicações políticas da época foi variado e ocasional, como, por exemplo, na Campanha Civilista. Nesta, as classes médias urbanas, especialmente em São Paulo, mostraram não ter um projeto político próprio, pois abraçaram causa favorável ao predomínio político de uma parte da elite local.

Havia entre as classes médias do País uma nítida diferenciação regional e interna, de acordo com o nível econômico, as relações com a elite e a possibilidade de influência política. As da região Sul eram compostas de pequenos donos de terra que abandonaram o campo, de imigrantes, de artesãos, de colonos e seus descendentes, muitos dos quais ascenderam socialmente, tornando-se profissionais liberais. As do Norte − funcionários públicos, empregados de indústria e comércio, donos de pequeno comércio − originaram-se das grandes famílias proprietárias rurais decadentes e dos pequenos agricultores que tinham perdido suas terras com a concentração da propriedade agrária, em função do desenvolvimento das usinas açucareiras na região.[28]

---

[28]PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes Médias Urbanas, formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris. (org.) *O Brasil Republicano*; sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1977. p. 7-38 (16-22). (História Geral da Civilização Brasileira).

Desde a década de 1870, a notável presença de imigrantes interferia na composição populacional e na dinâmica da sociedade brasileira, em especial, nos estados da região Sul: 56,1% dos imigrantes chegados ao Brasil entre 1901 e 1920, dirigiram-se para São Paulo. Vinham movidos por motivos diversos, mas, indistintamente, orientaram-se pelo desejo de reconstruir suas vidas. Mais que as condições materiais, reconstruir a vida representava criar novos referenciais afetivos e significados que pudessem redefinir suas identidades culturais. Isto, talvez, explique em parte, o fato de imigrantes de diferentes nacionalidades terem se integrado a um cotidiano, inicialmente desconhecido, transformando-o profundamente, tanto na área urbana quanto na rural.

As formas de contratação dos imigrantes para o trabalho agrícola variavam enormemente. Foi bastante comum, em São Paulo, a contratação de famílias inteiras, que passavam a residir na fazenda e adquiriam no armazém da fazenda os artigos que necessitavam para instalar-se. No primeiro ano de trabalho, os colonos recebiam adiantamentos para as primeiras compras, que, no ano seguinte, eram descontados dos rendimentos de sua colheita. Homens, mulheres e crianças trabalhavam na grande plantação e nas pequenas lavouras, que lhes permitiam cultivar entre os pés de café.

As relações entre fazendeiros e trabalhadores agrícolas imigrantes, porém, não raro foram tensas. Houve greves, como as de agosto de 1911, no Oeste Paulista, porém o conflito fundamental era a própria situação de imigração. Os fazendeiros nem sempre cumpriam todos compromissos, como o de concessão de terrenos para pequena lavoura ou mesmo o pagamento pelo trabalho − algumas vezes, devido à queda do preço do café − e, os imigrados tinham grandes expectativas por melhoria de vida e, muitas vezes, não a alcançavam no grau esperado. De qualquer modo, os imigrantes ocupariam lugar privilegiado no mercado de trabalho rural, pois eram preferidos em detrimento dos brasileiros, caboclos, mulatos e negros, que assim tenderam a permanecer como mão de obra temporária.

A condição dos trabalhadores rurais imigrados foi objeto de pronunciamentos oficiais de governos estrangeiros, em especial da Itália. Petrone[29] mostra que, a partir de meados da primeira década do século XX, diante da difícil situação do imigrante trabalhador rural assalariado, registram-se algumas iniciativas, em especial dos italianos, de criação de instituições de proteção, os Instituto di Patronato, em diversas cidades do Estado de São Paulo, enquanto os governos federal e estadual criaram órgãos e normas, consolidadas em 1913, para a viagem e a contratação da mão de obra de imigrantes pelos fazendeiros, procurando, assim, garantir um fluxo que era fundamental para a continuidade das atividades agroexportadoras do café.

Em 1911, foi criado em São Paulo o Departamento Estadual do Trabalho, que abarcou as agências governamentais antes existentes e, apesar do desenvolvimento fabril, inicialmente voltou-se apenas para a regulamentação do trabalho agrícola. Outro órgão, o Patronato Agrícola, tinha por finalidade verificar a aplicação das Leis regulamentadoras dos contratos de trabalho, promover e fiscalizar o funcionamento das cooperativas de imigrantes e trabalhadores agrícolas, para assistência médica, farmacêutica, educacional e, também, fornecer assistência jurídica gratuita aos colonos.

O governo de São Paulo promovia na Europa, em especial por meio de publicações, a divulgação da situação dos imigrantes aqui já instalados e as condições oferecidas aos novos, de modo a favorecer a continuidade da corrente imigratória europeia, em especial, a italiana. Na década de 1910, os espanhóis lideraram a lista de imigrados para o Brasil, com 181.657 pessoas, enquanto os italianos somaram 137.868, e os portugueses, 316.481. Entre 1915 e 1919, o Estado de São Paulo, que contava com uma população de cerca de quatro milhões de habitantes, recebeu aproximadamente 17.000 italianos, 21.000 portugueses, 27.000 espanhóis, 13.000 japoneses e 6.000 imigrantes de outras nacionalidades.

---

[29] PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: FAUSTO, Boris. (org.) *O Brasil Republicano*; sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro/ São Paulo, Difel, 1977. p.93-134.

A imigração japonesa para o Brasil começou em 1908, sendo orientada para as fazendas de café e para as colônias agrícolas no Vale do Ribeira, em São Paulo, onde se tornaram pequenos proprietários. Sua adaptação ao trabalho das grandes plantações cafeeiras foi difícil, e por esta razão houve períodos de interrupção do fluxo migratório, até meados da década de 1920, quando os japoneses começam a se estabelecer quase que exclusivamente em colônias agrícolas.

A criação de núcleos de colonos pelo governo de São Paulo, embora constituísse uma prática desde o final do século XIX, não foi a tônica da ocupação agrária do Estado, condicionada pela grande propriedade monocultora. Porém, em 1910 e 1911, imigrantes de nacionalidade variada foram atraídos para Nova Veneza, Visconde de Indaiatuba, Martinho Prado, Conde de Parnaíba e Boa Vista, núcleos bem localizados, em terras férteis. Estes, juntamente com empreendimentos particulares, loteamentos de antigas fazendas de café, com terras esgotadas, deram origem às pequenas propriedades agrícolas em São Paulo, grande parte das quais, em 1920, estava nas mãos de imigrantes estrangeiros, anota Petrone.[30]

Em outros estados do Brasil, como Minas Gerais, também foi adotada a política de núcleos coloniais, em que predominaram italianos e alemães. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, prevaleceram as colônias, forma encontrada para ocupar e garantir a integração das áreas despovoadas. Além das colônias italianas e alemãs já estabelecidas desde o Império, estes estados receberam, durante os primeiros anos do século, imigrantes de outras nacionalidades − russos, poloneses, húngaros, holandeses, romenos, ucranianos − trazidos por sociedades colonizadoras particulares; como pequenos proprietários, eles contavam apenas com seus recursos e enfrentaram condições difíceis de estabelecimento e produção.

---

[30] PETRONE, op.cit., 1977, p.120.

A mesma autora[31] indica que, em 1912, em quatro núcleos organizados em Itajaí, pela Sociedade Hanseática, empresa colonizadora alemã, havia 5.159 colonos, sendo cerca de 989 alemães, 199 austro-húngaros, 127 russos, 27 suíços, 15 de outras nacionalidades e 3.802 nascidos na Colônia ou procedentes de outras áreas do território brasileiro. Além deles, a leste de Santa Catarina, a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul propiciou o afluxo de colonos de procedência interna.

Embora mais comumente destinados ao trabalho agrícola, grande parte dos imigrantes acabou por formar a massa da mão de obra das cidades – comerciários, trabalhadores em construção civil e obras públicas, oficinas mecânicas, metalúrgicas, artesanais, indústrias caseiras e fábricas –, juntamente com outros, brasileiros, desde o final do século XIX recrutados em orfanatos ou oriundos das áreas rurais para trabalhar em estabelecimentos fabris.

De qualquer modo, ambos os vetores, brasileiro e imigrante, que compuseram o operariado brasileiro, provinham de setores sociais que, no decorrer da história, perderam ou não tinham alcançado possibilidades de trabalho independente. Os imigrantes, na maioria italianos, espanhóis e portugueses, em seus países de origem eram camponeses sem terras ou sem trabalho, ou trabalhadores urbanos desempregados. Apenas uma minoria imigrou com capital ou outras condições, como a especialização profissional, que facilitaria sua boa inserção na sociedade urbana brasileira. Em 1912, segundo estatísticas, no Estado de São Paulo, 80% dos operários têxteis eram estrangeiros e, entre eles, 65% de italianos.

A presença de imigrantes deixaria marcas profundas na formação da cultura proletária nas grandes cidades brasileiras, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Santos, e na configuração da cultura urbana em seu conjunto. A cidade de São Paulo, na década de 1910, segundo relatos de época, estava

[31] Idem,1977, p.127.

"italianizada", não apenas no que se refere ao espaço urbano, cujas edificações tinham a marca de arquitetos e construtores peninsulares, mas também quanto às artes e aos hábitos, ao sotaque e às formas de expressão verbal.

Estes últimos aspectos seriam registrados magnificamente nas páginas de *O Pirralho* (1911-1917), por Alexandre Marcondes Machado, sob o pseudônimo de Juó Bananeri, como exemplifica o poema intitulado "*O Dudu*", no qual o autor satiriza o governo de Hermes da Fonseca:

Faize quatro anno inzatamente
Che subi p'ra presidenti
A xirosa griatura,
Tuttos munno ariclamáro i prutestaro
ma nu fin tuttos cançáro
I subi u "garadura.

Cultura, culturas urbanas

Embora cada cidade seja única e seu desenvolvimento obedeça a razões particulares, o crescimento das maiores capitais brasileiras na década de 1910 esteve condicionado a uma mesma perspectiva, a de modernização. Os espaços em cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Manaus e Belém, apesar de serem diversos, refletiam a afirmação de grupos sociais emergentes que, por meio da monumentalidade das construções, moldadas nos exemplos da moderna arquitetura europeia, procuravam fixar sua presença na História.

Em todas essas cidades, ainda hoje, é possível encontrar edifícios particulares e públicos − como os teatros municipais de Manaus, de Belém, do Rio de Janeiro e São Paulo−, que testemunham aquela fase de acelerado progresso urbano.

Amplas avenidas e parques públicos − como o do Anhangabaú, em São Paulo, remodelado em 1911− eram valorizados espaços de encontro e recreação, onde estavam retratadas a estética e as novas posturas de saneamento urbano, que se contrapunham às dos núcleos históricos, com suas ruas antigas e estreitas e seu casario colonial, não raro destruídos em nome da higienização da cidade. Mas os preceitos de higiene urbana não impediram que, em 1918, ocorresse uma epidemia, a gripe espanhola, cuja origem foi atribuída às emanações dos corpos dos mortos insepultos da Primeira Guerra Mundial.

O medo espalhou-se entre os habitantes das cidades, faltavam alimentos e as vítimas da febre eram enterradas em valas comuns, sem caixões. O número de mortos foi elevado, em especial nas cidades cujo fluxo imigratório era grande, como São Paulo e Rio de Janeiro, alcançando cerca de 9.000 e 17.000 mortos, respectivamente.

Durante a década de 1910, ampliou-se a intervenção das inovações tecnológicas na vida cotidiana. Novidades como o avião e o cinema foram fontes de fantasias e aventuras, que a todos fascinava. As emoções ultrapassaram o âmbito do pessoal e privado, tornando-se componentes da vivência coletiva, uma vez que compartilhadas em espaços públicos, o que provavelmente influiu para a preservação da memória de inúmeros acontecimentos.

Memorialistas, como Jacob Penteado,[32] registraram o espanto e a comoção causadas pelas primeiras demonstrações de voo, como a realizada em 1910, no Hipódromo da Mooca, em São Paulo, pelo aviador italiano Ruggerone − que também transportava para passeios aéreos membros da alta sociedade paulistana, entre os quais a primeira mulher brasileira a voar, Renata Crespi − ou por seu compatriota, Bartolomeu Cattaneo. Este, após realizar um *looping-the-loop*, a acobracia aérea mais arrojada da época, em São Paulo, no ano de

[32] PENTEADO, Jacob. *Belenzinho 1910*; retrato de uma época. São Paulo: Martins, 1962.

1911, apresentou-se na cidade de Porto Alegre. Transpor o espaço aéreo era considerado um ato de ousadia e conferia aos aviadores a aura de heróis. Assim era visto Edu Chaves, o brasileiro que em 1912 transpôs a Serra do Mar, de São Paulo a Santos, e também cruzou o Vale do Paraíba entre São Paulo e Rio de Janeiro, com apenas um pouso para reabastecimento, em um monoplano de 50 cavalos. Em 1920, ele viajou do Rio de Janeiro a Buenos Aires, em um possante Oriole, avião de 150 cavalos, pertencente à Aviação da Força Pública.

Era também possível sentir-se "no ar" no bondinho, veículo que corria suspenso por cabos, em dois lances, inaugurados em 1912 e 1913, conduzindo ao Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, os que desejavam apreciar uma das mais lindas vistas do mundo. Fortes emoções, ainda, eram buscadas nas corridas de automóvel, nas competições de esportes aquáticos e nos jogos de futebol, esporte que se tornara profissional recentemente e para cuja prática, em 1912, o Fluminense inaugurou, na capital da República, um estádio de grandes proporções, com capacidade para abrigar dezoito mil pessoas!

Até por volta da década de 1950, porém, continuou sendo nos times de várzea que "o esporte das multidões" teve entre a pequena burguesia e os operários urbanos, um importante papel associativo e recreativo. Nos bairros populares, nas ruas e nos locais de trabalho, em especial nas fábricas, o futebol constituiu um núcleo organizador de atividades por meio das quais se tornava possível desenvolver o companheirismo, embora os times rivais disputassem não apenas na bola, mas também no murro e na paulada.

Embora o futebol fosse considerado uma atividade de lazer masculina, os clubes de várzea acabavam por congregar e solidarizar-se não apenas os jogadores, mas também suas famílias e outros associados, sendo frequentes as promoções, como bailes e *pic-nics*, com finalidades recreativa e de arrecadação de fundos, que também constituíam oportunidades para a convivência e para o estreitamento dos laços de vizinhança e solidariedade que caracterizavam a vida dos moradores dos bairros modestos nas grandes cidades.

O automóvel e os *bonds* elétricos foram consagrados como veículos de transporte urbano, enquanto a expansão da imprensa, os discos e a produção cinematográfica denunciavam que a cultura brasileira começava a se configurar como cultura de massas. Isso pode ser observado no enorme sucesso alcançado pelos ritmos populares, especialmente os de raízes negras, cuja penetração, até então, se restringia a pequenos círculos. Um exemplo clássico foi o samba *Pelo telefone*, gravado em 1917, pela Casa Edson do Rio de Janeiro, em que o autor, Donga, criticava a corrupção policial da época.

As manifestações da cultura de massa podem, também, ser detectadas na produção do cinema nacional, como a realizada no estúdio Guanabara Filmes, no Rio de Janeiro, sobre temas policiais, de guerra, romances nacionais – a exemplo de *Lucíola,* de José de Alencar – e fatos políticos, como a *Revolta da Chibata*, de 1910, este censurado. Além dos estúdios, a fascinação do registro de imagens em movimento atraía sonhadores aventureiros como Silvino Santos, português fixado no Brasil, cineasta pioneiro que registrou a Amazônia em longas e curtas metragens, incluindo vistas aéreas. Santos revelava seus filmes em laboratórios improvisados na selva, nos ocos das árvores, demonstrando não apenas sua inventividade, mas a força mobilizadora do cinema.

Nesta importante fase da formação da cultura urbana no Brasil, a cultura de massas começava a interferir nas manifestações particulares, regionais e de classe, a dos negros e dos operários, que tenderam a perder parte de suas características.

Alguns fazeres culturais específicos, como o dos operários, sofreram constante interferência decorrente das aspirações de ordenação higiênica dos espaços urbanos e das ações que tinham em vista moldá-los como um grupo cuja identidade estivesse voltada para a disciplina da produção. Concentrados nos bairros que se desenvolveram em torno de ferrovias, em geral localizados nas áreas mais baixas da cidade, muitas vezes próximos dos rios, os trabalhadores industriais viviam em modestas habitações, unifamiliares ou

coletivas, os cortiços, e eram vistos como um conjunto social que precisava ser educado para a convivência "civilizada" das modernas cidades. Rago[33] mostra que, no discurso dos higienistas, dos industriais e mesmo na literatura, a representação da classe operária, e dos pobres em geral, estava relacionada a características consideradas negativas pela cultura burguesa, vinculando-se à sujeira, aos fortes odores, à falta de controle dos instintos e da sexualidade, justificando a ação pretensamente apenas pedagógica ou assistencial, mas plena de intenções disciplinadoras do recente mercado de mão de obra livre exigido pela indústria.

Um artigo não assinado, publicado em 3 de abril de 1913, no *Fanfulla*, é bastante esclarecedor quanto às condições de vida nos cortiços paulistanos do bairro do Brás e aos preconceitos que cercavam seus moradores.

> [...] os cortiços não são raros entre nós e regurgitam de habitantes, especialmente agora que a capital não tem casas suficientes para abrigar a população pobre e o proletariado. Antigamente o aluguel das pequenas habitações era baixo. Agora já não. Os aluguéis aumentaram quase o dobro e os cortiços têm, como sempre, a mesma população heterogênea, sem a mais leve noção de respeito, sem a mínima idéia de moral, sem qualquer intuição do que seja a sociedade. Operários de diversos ofícios, muitos sem profissão definida, chefes de família, alguns sem emprego, sempre gente pobre ou miserável que nos cortiços vive uma vida privada de qualquer comodidade, no meio de imundície, constantemente em sobressalto.
>
> [...] No quintal estreito e comprido, uma multidão de crianças brancas, pretas mulatas,[...]

---

[33] RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*; a utopia da cidade disciplinar Brasil (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.175.

> Saímos. O fedor que sentíamos nos produzia náuseas. Tivemos quase que um enjôo igual ao do mar. No quintal o grupo de meninos, mais numeroso ainda, gritava formando círculo em volta do cão moribundo que uivava lamentosamente.
>
> No grupo de meninos não passava nem um vislumbre de piedade. Nem a agonia daquele pobre animal tocava a sensibilidade de seu coração infantil.
>
> Saímos com a impressão daquela crueldade precoce. Tristes, deplorando o futuro daqueles pequenos seres que ninguém educa, que ninguém ensina a respeitar a dor, que não tem a menor noção de caridade humana.
>
> A multidão que nasce e cresce nos cortiços tem tais sentimentos.

Devido às precárias condições de acomodação e higiene das habitações populares – e outros locais frequentados pelos trabalhadores, como os botequins –, médicos e higienistas consideravam que esses espaços eram focos das epidemias e deviam ser eliminados. Os pobres, cujos hábitos higiênicos eram questionados, eram vistos com desconfiança, pois simbolizavam uma ameaça à saúde e à segurança, uma vez que, acreditava-se, havia entre eles uma potencial tendência para o crime.

Embora Pasteur já tivesse mostrado que a transmissão das doenças ocorre por contágio direto, por meio de bacilos ou micróbios, ainda se acreditava que elas se originavam da respiração, das emanações corporais e de detritos em decomposição. Daí a importância atribuída, desde o século XIX, aos espaços públicos amplos, nos quais o ar circulava e se renovava com rapidez, permitindo assim o controle da contaminação. Mais do que outras, de classe média, as casas operárias eram inspecionadas pelo poder público e seus moradores eram compelidos por multas, a cumprirem as normas higiênicas estabelecidas nos Códigos Sanitários, instrumentos que, também, determinavam as regras de construção de edificações, de forma a garantir a salubridade dos ambientes.

A preocupação com as condições da saúde pública despertou a discussão em torno do problema da moradia operária. Em 1917, ao falar em um congresso médico sobre a situação da tuberculose em São Paulo, o Dr. Clemente Ferreira afirmou que

> [...] a questão das casas econômicas, dos alojamentos baratos e higiênicos para as classes proletárias continua preocupando a atenção dos Poderes Públicos, sem que se tenha por ora conseguido resolver satisfatoriamente tão angustioso problemas sanitário".[34]

De fato, a partir de 1910, o patronato passou a oferecer aos operários alguma assistência social, como moradia, escola, creche e recreação esportiva. Tais ações, porém, implicaram a extensão do controle que os industriais exerciam sobre a vida de seus trabalhadores, especialmente no caso das vilas operárias. Nelas, em nome do legítimo direito de bem morar, com condições de higiene, acomodação e conforto, os trabalhadores e suas famílias eram submetidos a regras disciplinares que afetavam o livre exercício de seus hábitos cotidianos, entre os quais a vivência comunitária, cada vez mais reduzida em favor da vida familiar, reclusa entre as paredes das unidades de moradia e submetida ao controle moral imposto por regras de conduta pública.

Uma das mais bem-sucedidas iniciativas de criação de vilas operárias deveu-se ao industrial Jorge Street, que também foi presidente do Centro Industrial do Brasil, entidade criada em 1904. Considerado um homem de visão para seu tempo, sua oposição ao Código do Trabalho − projeto de Maurício de Lacerda apresentado à Câmara, em 1917, estabelecendo a jornada de 8 horas e a proibição

[34] RAGO, op. cit.,1985, p.172.

do trabalho de menores de 14 anos – é, à primeira vista, incompreensível. Porém, quando se examinam mais de perto as regras de funcionamento da Vila Maria Zélia, em São Paulo, e as exigências que recaíam sobre os trabalhadores, sua posição parece absolutamente coerente. Para Street, não estava em jogo o direito dos operários, mas sua estabilização na fábrica e a adequação de suas vidas e, portanto, de sua cultura, às exigências da produção.

Situada no bairro do Belenzinho, a fábrica de tecidos Maria Zélia tinha uma vila com cerca de duzentas casas, armazém, farmácia, sala de cirurgia, creche, escola, igreja, salão de festas, coreto e campo de futebol. O próprio Street, em 1916, registrou suas motivações:

> Quis dar ao operário (...) a possibilidade de não sair do âmbito da pequena cidade que fiz construir à margem do rio, nem para a mais elementar necessidade da vida (...). Consegui, assim, proporcionando, também, aos operários distração gratuita dentro do estabelecimento, evitar que freqüentem bares, botequins e outros lugares de vício, afastando-os especialmente do álcool e do jogo.[35]

A fábrica seria vendida para Nicolau Scarpa na década seguinte. Continuaria, porém, a vigilância sobre os trabalhadores, exercida, segundo a imprensa operária da época, não apenas por meio de rígidas regras de comportamento, mas também da dominação ideológica, que incluía pregações religiosas sobre os benefícios da disciplina, do trabalho, do aproveitamento do tempo e sobre a ação deletéria do ócio e da preguiça. A vila era cercada, e isso, além de isolar os moradores, possibilitava o controle das visitas; todos deviam recolher-se às 9 horas da noite, a bebida era proibida, a recreação programada – inclusive fanfarra e o time de futebol patrocinados pela fábrica. Situação

[35] RAGO,op.cit.,1985, p.178.

semelhante registrava-se em inúmeras outras fábricas, como a Fábrica de Tecidos Santa Rosália, em Sorocaba, a Votorantin, próxima a Sorocaba, na Companhia Agro Fabril Mercantil, em Alagoas − onde o lendário Delmiro Gouveia implantou a Vila da Pedra − e na Fábrica Cedro e Cachoeira, na Bahia, que incluía, entre as proibições impostas aos moradores, a realização de reuniões, batuques e jogos em suas casas e, nas ruas, bebedeiras e algazarras.

Fora das vilas operárias, porém, eram desenvolvidas atividades que caracterizavam uma cultura própria, orientada pela solidariedade e pelo companheirismo, marcada pela proteção mútua e pela defesa dos direitos e da liberdade de classe. Associações de auxílio mútuo, mantidas com contribuições mensais dos associados, contrapunham-se às Caixas organizadas pelas grandes empresas e sustentadas com descontos compulsórios ou multas de trabalho aplicadas aos operários. As associações forneciam apoio farmacêutico e médico, garantiam auxílios em caso de enfermidade, desemprego, invalidez e morte. Algumas vezes também organizavam cursos noturnos de alfabetização, mantinham bibliotecas − que contavam com obras como *Os Maias*, de Eça de Queiroz, *Poesias*, de Gonçalves Dias, *Várias histórias*, de Machado de Assis e *Curso de literatura brasileira*, de Mello Moraes Filho − e participavam ativamente de campanhas públicas, como a de apoio às famílias atingidas pela gripe espanhola e a da Grande Comissão de Socorros Públicos, organizada em função da Primeira Guerra Mundial. Outras associações limitavam-se à assistência de saúde, tendo nascido delas vários dos maiores hospitais hoje existentes nas capitais brasileiras.

Entre as atividades recreativas e educativas, eram muito difundidos o teatro amador e as bandas musicais, como a Lyra da Lapa, fundada em 1881 por trabalhadores italianos em São Paulo. Nesta cidade, parte representativa das atividades comunitárias dos operários era organizada por militantes anarquistas e socialistas italianos, espanhóis, portugueses e brasileiros, também responsáveis pela publicação de jornais, muito deles impressos em italiano, que

constituíram importantes instrumentos de comunicação e formação da consciência operária; era comum realizarem reuniões periódicas nas quais eles eram lidos para os analfabetos.

Associações culturais e outras semelhantes eram frequentes nos bairros operários, assim como as atividades recreativas − passeios a jardins públicos, convescotes − e comemorativas, como o 1º de Maio, que constituíam oportunidades de laser e politização. Além de jogos, apresentações musicais, poesia e bailes, tais encontros comportavam palestras, comícios e encenações teatrais. As peças, em geral, tinham um conteúdo sociopolítico e eram instrumentos de propaganda de grande eficácia, pois sua aceitação junto ao público era imensa.

Parte significativa da cultura operária brasileira foi se constituindo mediante pequenas atitudes e decisões de resistência a sutis mecanismos de dominação. Desse tipo de resistência, pouco permaneceu na memória operária; boa parte foi subtraída, não apenas por sua característica difusa e pelas dificuldades naturais de registro, mas também porque a memória é um instrumento de poder. Permiti-la significaria permitir que a classe trabalhadora conhecesse a si mesma, dominasse com maior propriedade suas possibilidades e sua força, o que não estava entre as perspectivas daqueles que, na década de 1910 e seguintes, precisavam garantir a disciplina do trabalho.

A condição feminina

Durante a década de 1910, embora a mulher no Brasil tenha se tornado uma personagem mais presente na vida pública, os preconceitos e exigências morais que sobre ela recaíam não foram abrandados.

Contando com veículos especializados de informação− como a *Revista Feminina,* publicação dirigida por duas mulheres, que começou a circular em São Paulo, em 1914, tratando de assuntos diversos, como os direitos da mulher, seu

acesso ao voto e debates sobre acontecimentos contemporâneos como a Grande Guerra − ou frequentando o cinema, pelo qual se difundia um novo modelo de comportamento, as mulheres romperam os limites do lar, adotaram hábitos urbanos, ampliaram seu campo de trabalho, cortaram os cabelos, subiram a barra das saias e foram perdendo a vergonha de exibir sua feminilidade.

Algumas chegaram aos bancos das faculdades ou pleitearam carreiras masculinas, como a diplomática e jornalística, mas continuavam prisioneiras de um discurso que as representava como frágeis e, utilizando argumentos pretensamente científicos, como o de sua inferioridade genética em relação ao homem, procuravam contê-las nos limites do lar e do papel de mãe de família. As oportunidades profissionais para as mulheres eram limitadas: no caso da elite, pela própria educação voltada para a vida doméstica e, entre as camadas médias e pobres, às funções consideradas femininas, como professora, costureira, bordadeira, enfermeira, funcionária de escritório, comerciária, telefonista e operária, todas em cargos distantes de postos de chefia ou decisão.

Tratava-se de limitar a mulher como forma de garantia da ordem e da moral burguesas na sociedade industrial. Entretanto, certas atitudes das lideranças operárias, em geral exercida por homens − mesmo os anarquistas, que propunham formas alternativas de organização familiar, afetiva e educacional −, reforçavam a tendência burguesa de confinar as mulheres ao papel de esteio moral da família e à submissão ao homem dentro e fora do lar.

Rago[36] registra que, nos jornais e nas falas de líderes operários, as mulheres eram representadas da mesma forma que os homens, como vítimas do capitalismo; porém, frágeis e menos combativas que eles. Além disso, eram vistas como presa fácil dos conquistadores baratos que povoavam as fábricas.

[36] RAGO, op. cit.,1985.

Em contrapartida, delas dependia o nascimento de homens novos, que comporiam a sociedade futura, livre de misérias e injustiças, o que justificava a proteção que se pretendia lhes oferecer. Ao mesmo tempo em que a imprensa operária as incentivava a se sindicalizarem e lutarem, defendia o preenchimento dos postos de trabalho pelos homens e apontava a casa como o lugar das mulheres. Mesmo reconhecendo a necessidade do trabalho feminino para a subsistência da família, a fábrica, espaço de trabalho, aparecia no discurso operário como um lugar de perdição feminina, pois, ali, submetida a um superior hierárquico, a mulher estava à mercê de assédios sexuais e de um vocabulário indecente.

É interessante observar a semelhança entre os discursos burguês e operário expressa em dois documentos de 1919, citados por Rago.[37]O primeiro é a fala de um operário da indústria têxtil do Rio de Janeiro, ao discutir a substituição do trabalhador masculino pelo feminino, então em curso naquele ramo de atividade:

> [...] nós não devemos ensinar (o trabalho) a essas mulheres que amanhã nos virão a substituir, mas devemos fazer-lhes compreender que o seu lugar é em casa, a tratar e educar seus filhos [...] oxalá que elas saibam compreender seu papel de educadoras daqueles que amanhã serão os nossos substitutos na luta pelo pão e na conquista do bem-estar da humanidade, pois assim demonstrarão à sociedade serem as verdadeiras rainhas do lar. [...] melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar.

O outro, reflete o nível dos debates na Câmara Federal, quando da elaboração da legislação social, momento em que, em defesa da moral da família, vários parlamentares se colocaram contra o trabalho infantil e feminino:

---

[37] RAGO, op. cit., 1985, p.68-69.

> Somos todos concordes em considerar que o trabalho é o aviltamento e a escravidão da mulher, porque é o fim da solidariedade conjugal, da família. O verdadeiro reino da mulher é o lar. Se ela o abandona, se ela não sabe aí servir ao homem e aos filhos, acabou-se o seu poder, foi-se a sua influência.

Evidencia-se a existência de uma matriz imaginária única para a composição da figura feminina. Rago[38] observa que o discurso normativo sobre a mulher encontrava um forte esteio no discurso médico, que sustentava ser a procriação uma "vocação natural" da mulher; assim sendo, quem não queria ter filhos colocava-se contra a natureza e a Nação, pois deixava de oferecer-lhe os cidadãos do futuro. Ao pensamento científico, continua a mesma autora, deve-se, também, a definição de traços inatos das personalidades de meninos e meninas, o que justificava os rumos diversos da educação à qual eram submetidos, e a condenação do desejo sexual feminino, também reforçado pela Igreja. A mulher, mesmo casada, devia manter-se casta, voltando sua energia sexual apenas para a procriação, ao contrário do homem, para o qual a satisfação dos desejos sexuais era tida como legítima em si, mesmo quando realizada fora do lar. Se da mulher mãe se exigia a renúncia ao desejo e ao prazer sexual em favor do bem e da moralidade, diante do que se acreditava ser característica biológica masculina, tolerava-se a mulher prostituta como um mal inevitável, desde que reclusa no recôndito dos prostíbulos, controlada pela ação policial e sanitária, de modo a proteger a moralidade e a saúde das famílias.

Nas primeiras décadas do século XX, a psiquiatria viria a fornecer argumentos irrefutáveis para a normatização dos papéis sociais. Entendida como um distúrbio de comportamento, a loucura passaria a se configurar como

---

[38] RAGO, op. cit., 1985.

um perigo e, por isso, era necessário providenciar o isolamento de homens e mulheres, muitas vezes vítimas das condições adversas de trabalho e vida na cidade, mas também transgressores das normas do trabalho, da moral, da ordem social ou da família. Em um estudo sobre o Hospício do Juquery, em São Paulo, Cunha[39] indica que os internos, indigentes e pensionistas, provinham majoritariamente das áreas urbanas e que seu número cresceu nas primeiras décadas do século.

No Juquery se misturavam operários, profissionais de diversas especialidades, indigentes, mendigos, contraventores e criminosos. Da amálgama não escapavam filhos da elite paulistana, os estroinas que malversavam a fortuna familiar, os homossexuais, e muito menos as mulheres, entre as quais aquelas que, em nome de sua liberdade, ousavam viver sozinhas e optavam por não se casar e não ter filhos.

Frequentemente "esquecidas" no hospício pela família, quando expressavam com insistência o desejo de sair, tinham sua correspondência interceptada pelos médicos. Reproduzindo o que era parte da estrutura social, no Juquery, as mulheres internas sofriam restrições ainda mais rígidas do que as impostas aos homens: não podiam andar nuas e eram constantemente vigiadas, de modo a preservar seu "natural recato". No estágio final de tratamento, quando a terapêutica era o trabalho e quebra do confinamento, lhes era vedada a liberdade de locomoção e, em vez dos trabalhos agrícolas, a céu aberto, eram determinadas tarefas que as mantinham entre quatro paredes, como bordar, tecer, costurar, cozinhar e outras, sempre de caráter doméstico.

Embora pressionadas e, até certo ponto, introjetando a imagem de fragilidade que pretendiam impor-lhes, as mulheres resistiram e desmentiram a identidade que lhes era atribuída. Muitas, anônimas, na ausência dos maridos, tornaram-se chefes de família; outras foram pioneiras em atividades

---

[39] CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo*. Juquery, a história de um asilo. São Paulo: Paz e Terra, 1988

consideradas masculinas − como a repórter Eugênia Brandão e a diplomata Maria José Rebelo − ou participaram ativamente dos movimentos sociais na década de 1910 e seguintes, como demonstram os exemplos de Teresina Carini, ativista socialista e feminista, e Ernestina Lésina, que em 1910 publicou um jornal em São Paulo, *Anima Vita*, dirigido ao público feminino e em defesa da regulamentação do trabalho da mulher.

A participação feminina não se restringiu às mulheres operárias, mas em casos como o do direito ao voto e ao trabalho, estendeu-se a segmentos da classe média e mesmo da elite. Em 1910, a professora Deolinda Dalho fundou o Partido Feminino Republicano, cuja bandeira de reivindicação era o acesso irrestrito de brasileiros, independentemente do sexo, aos cargos públicos, e sete anos depois, no Rio de Janeiro, cerca de cem mulheres sufragistas organizaram uma passeata em favor do direito de voto.

4

Os bravos feiticeiros[40]

Justiça é uma antiga palavra, que saiu de inúmeras bocas durante a década de 1910. Representando situações diversas, ela simbolizou a luta pela igualdade de direitos pleiteada por grupos sociais desfavorecidos, da cidade ou do campo. Estes trabalhadores, bravos feiticeiros, sonharam transformar o mundo em um reino onde o homem pudesse exercer plenamente sua liberdade.

Eram intensas as tensões sociais nesse novo momento de expansão do capitalismo e da sociedade urbano-industrial no Brasil. Rompiam-se relações sociais consagradas pela tradição, a modernização dos transportes e da comunicação diminuía o isolamento das diversas regiões e enormes áreas do sertão passaram a ser integradas ao conjunto da economia nacional, que continuava baseada na agricultura de exportação, apesar do desenvolvimento industrial.

A acelerada reestruturação da sociedade, demonstrada pela emergência de novos personagens sociais forjara uma complexidade não absorvida pelo sistema de representação política e pelas elites.

A maioria da população brasileira convivia com o desrespeito aos direitos civis e à liberdade de expressão, com a inexistência de leis de regulamentação do trabalho e com a concentração da propriedade da terra. Ao mesmo tempo, os poderes locais começavam a ser abalados com a valorização da representação eleitoral, ainda que apenas formal, implantada pela República.

---

[40] O título foi inspirado em uma composição de João Bosco e Aldir Blanc, "O mestre-sala dos mares", na qual homenageam João Cândido, líder da Revolta da Chibata, de 1910, narrando o acontecimento em forma de samba-enredo. Gravação de João Bosco, LP RCA nº 1030112, *Caça à raposa*, 1975.

O acirramento das disputas entre as elites regionais mostrava a busca de uma acomodação entre o exercício do poder nos âmbitos local e nacional, gerando uma tensão da qual o coronel era figura paradigmática, em cujas mãos estavam depositados interesses, nem sempre coincidentes, de sua clientela e da política estadual e federal.

As elites brasileiras, moldadas por uma cultura política, em que o autoritarismo fundira-se ao paternalismo, avessas às razões do outro que lhes fazia oposição, tiveram uma convivência difícil com os movimentos sociais, vistos como manifestações de mentalidades menos esclarecidas ou como produto da irracionalidade. Elas posicionaram-se de modo a manter a exclusividade de seus privilégios de cidadãos contra os que consideravam não sê-lo, cedendo apenas quando não fazê-lo implicasse enormes riscos à ordem social, em nome da qual também justificavam medidas repressivas e de exceção.

Na perspectiva de parte das elites, aquela em graus e formas diversas mais integrada às relações capitalistas contemporâneas, cabia ao restante da sociedade acomodar-se à feição moderna e civilizada que pretendiam imprimir à nação. Nesse sentido, equiparavam os movimentos sociais urbanos, de inspiração socialista, e os rurais, como o cangaço, e outros ainda, messiânicos. A intenção de colocar o Brasil no plano internacional das grandes nações, implicou disciplinar comportamentos sociais considerados estranhos ou perigosos por meio da violência ou de mecanismos sutis de adaptação, entre os quais a destruição de culturas e memórias particulares, como as dos índios e dos trabalhadores urbanos e rurais. Estes, na década de 1910, reagiam à transformação de suas formas de vida por imposição do avanço capitalista ou à negação de seus direitos sociais pela racionalidade positivista das elites.

Século do progresso[41]

O positivismo, corrente filosófica que se estruturou com Augusto Comte, na França, insere-se no conjunto do pensamento liberal e cientificista do século XIX e penetrou nos órgãos administrativos e nos ambientes culturais do Brasil a partir das três últimas décadas do século passado. Baseados no conhecimento científico, que denominavam "positivo", e no método das ciências naturais − observação e experimentação −, os positivistas buscavam as leis do progresso social, e sobre esta idéia fundamentavam outra, a do planejamento social. Visto como uma forma de emancipação, o positivismo formou a mentalidade de grande parte dos homens influentes do período. A síntese do pensamento social dos positivistas, "Ordem e Progresso", está inscrita na bandeira da República brasileira, consagrando o princípio de um pensamento que acreditava que cada coisa tinha seu lugar e deveria estar ordenada de forma a preparar o progresso, que só poderia de ser alcançado com base no conhecimento científico.

A ciência ocupou, por isso, um lugar de destaque na administração do Brasil republicano e foi vista como uma garantia do desenvolvimento capitalista e como um porto seguro para resolução das grandes questões da sociedade brasileira. O poder público assumiu, assim, a criação de boa parte das estruturas necessárias tanto ao conhecimento e à integração do território nacional quanto ao desenvolvimento científico do País, nos momentos em que as relações capitalistas que se impunham com grande rapidez e se beneficiariam dessas estruturas.

Desde a década de 1870, ainda sob o Império, até a de 1920, foram inúmeras as iniciativas no sentido de atender ao planejamento racional e ao progresso da nação. O estabelecimento das Escolas Politécnicas no Rio de Janeiro e em São Paulo voltaram-se ao desenvolvimento do saber científico e técnico em importantes áreas da engenharia, como a de portos, ferrovias, saneamento e

[41] Título de um samba composto em 1934, por Noel Rosa.

concreto armado, nos quais se baseou parte ao desenvolvimento urbano e da construção das vias de comunicação ferroviária e rodoviária do Brasil. Além disso, algumas Cadeiras destas Escolas, como a de Mecânica Aplicada e a de Ciências dos Materiais, apoiaram o crescimento industrial. Na área da agricultura, destacaram-se a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, o Instituto Agronômico de Campinas e o Instituto Biológico, em São Paulo.

Importante papel para o conhecimento das potencialidades da Nação foi desempenhado pelas Comissões Geográficas e Geológicas do Império e de São Paulo, às quais se deve a exploração, o reconhecimento dos recursos naturais e o mapeamento de inúmeras regiões ainda não exploradas.

O caso da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, CGG, criada em 1886, explicita a problemática de desenvolvimento então enfrentada no país. Um relatório do Presidente de Província João Alfredo Corrêa de Oliveira apontava algumas dificuldades para se estabelecer um plano geral que atendesse ao desenvolvimento da província. Entre elas, a "ausência de informações exatas e minuciosas sobre a geografia, relevo do solo, vias de comunicação, estrutura geológica, riqueza mineral e caráter de diversas qualidades de terra". A carência de tais informações também dificultava a "iniciativa particular para dilatar o campo das explorações industriais e agrícolas" e a "solução dos problemas de colonização".[42] Tratava-se, portanto, de aliar o conhecimento científico do território paulista às exigências da expansão econômica.

Com o advento da República, a CGG, por alguns anos, veio a se dedicar ao estudo das várzeas em torno da capital paulista, cuja ocupação se impunha em função da expansão urbana e populacional da cidade, e aos estudos metereológicos e botânicos. Destes últimos resultou a criação de um serviço florestal e do Horto Botânico na Serra da Cantareira, cujo objetivo era

---

[42] FIGUEIRÔA, Silvia F. DE M. *Um século de pesquisas em geociências*. São Paulo: SAA/ Instituto Geológico, 1985.

racionalizar a utilização dos recursos naturais, pois sua utilização já impunha preocupações com seu manejo. Com o Horto, pretendia-se não apenas conservar as florestas, mas dar continuidade aos estudos de espécies vegetais de interesse para a medicina, a agricultura, a indústria e para fins ornamentais.

A partir de 1905, em razão da política agrícola do estado, que estavam incluía a fixação de colonos na região Oeste, o incentivo à pequena propriedade e à expansão da cultura cafeeira recomeçaram as expedições de exploração do território, a realização de estudos e de cartas geográficas. Estas atividades se prolongaram até 1921 e prepararam o processo de modernização e o avanço capitalista em diversas regiões.

Os Índios

Com o início da colonização, no século XV, os indígenas brasileiros passaram a enfrentar as pressões dos povos que se consideravam detentores exclusivos da civilização e pretendiam lhes impor sua própria forma de vida enquanto se apoderavam de suas terras. Aos olhos da cultura europeia, os aborígenes eram selvagens e perigosos.

A partir das primeiras décadas deste século esta idéia passaria a ser constantemente alimentada por outra, a do índio como empecilho ao progresso. Gustavo Edwall, botânico das expedições realizadas aos rios do Peixe e Feio pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, assim classificou os índios da região:

> [...] inimigo perfidioso, sanguinário e vingatório, o coroado selvagem, finalmente terá de aceitar a civilização, emigrar ou sucumbir e o sertão, o admirável sertão, abriar-se-á, sem

> condições, aos inteligentes e valentes pioneiros da cultura e da humanidade.[43]

Nesse período, as políticas públicas de colonização, a expansão das atividades agrícolas destinadas ao mercado internacional, tais como o cultivo do cacau e do café, e a extração de produtos nativos, como a borracha, impulsionaram em diversas regiões do país, a ocupação de áreas até então inexploradas. A fixação de colonos − muitas vezes, como no caso de São Paulo, imigrantes que conseguiram um pequeno capital para a compra de terras não valorizadas −, de grandes propriedades ou a construção de ferrovias inauguraram um novo momento da relação entre o índio e o mundo dos brancos. Os primeiros procuraram defender seus territórios e, em conseqüência, passaram a sofrer ataques armados, promovidos por particulares, e as ações de proteção do poder público, resultando de ambos a destruição de tribos inteiras. Embora adaptados segundo diferentes estratégias, esses procedimentos prolongam-se até o presente, tendo como alvo o que restou das nações indígenas, em especial as que habitam a Amazônia.

No início do século, apontam Azanha e Valadão,[44] os conflitos em áreas pioneiras de Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Acre e São Paulo e a ação destruidora dos "brugueiros", matadores profissionais de índios contratados pelas companhias imobiliárias, passaram a ocupar grande espaço na imprensa, exigindo o posicionamento do poder público. Os debates sobre a "questão indígena", segundo os mesmos autores, envolveram intelectuais e políticos e tiveram o objetivo de resolver três problemas cuja discussão datava do Império: abrir as terras do interior à colonização, e com isso pôr fim às disputas; exterminar a selvageria, civilizando os índios bravios; integrar os povos indígenas à nação brasileira.

---

[43] FIGUEIRÔA, op. cit.,1985, p.26.

Em 1910, por iniciativa de um grupo de intelectuais e militares positivistas, foi criado, junto ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILTN, conhecido apenas como SPI, cujas atribuições eram civilizar os índios e integrar à nação mulatos, caboclos e caipiras, enfim, os trabalhadores que viviam dispersos pelo sertão. Pretendia-se assim fazer frente ao crescente número de colonos estrangeiros que ocupavam as terras brasileiras.

Para dirigir o Serviço foi escolhido o general Cândido Mariano da Silva Rondon, homem de grande experiência no trato com o sertão e com os índios. Ele fora pioneiro em um outro trabalho, iniciado em 1904, de extensão de linhas telegráficas entre o Sul e o Norte do país, com o qual o poder público pretendia promover a integração nacional.

Como que completando a ação iniciada pela Comissão Geográfica e Geológica, Rondon e seus homens desenvolveram as ações do SPI segundo três linhas fundamentais, a "pacificação" das tribos hostis, de modo a permitir o estabelecimento de frentes pioneiras; o estabelecimento das "reservas indígenas", terras demarcadas onde os índios seriam alocados e o "ensino" de técnicas civilizadas de agricultura, noções de higiene e sanitarismo, ofícios mecânicos e as primeiras letras.[45] Por considerar seu trabalho como missão, Rondon e seus funcionários acabaram por salvar os índios da morte nas guerras com os que pretendiam ocupar suas terras. Mas procuraram torná-los trabalhadores brasileiros, moldados à ordem social branca por meio da educação, promovendo ainda a integração territorial. Por meio dessas ações, se acreditava, contribuíam para o progresso do Brasil.

---

[44] VALADÃO, Virgínia Marcos & AZANHA, Marcos. *Senhores destas terras*; os povos indígenas no Brasil, da colônia aos nossos dias. São Paulo: Atual, 1991.p.45.

[45] AZANHA E VALADÃO , op. cit., 1991. p.47.

Os rios de leite

A Revolta de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, ocorreu na Bahia, entre 1893 e 1897, e, talvez seja o mais conhecido dentre os movimentos messiânicos que, a partir de meados do século XIX, ocorreram em vários pontos do país.

Embora cada um deles constitua um movimento particular, intimamente relacionado à história das regiões envolvidas, têm algumas características comuns: seus participantes acreditavam na iminência do fim do mundo, ao que se seguiria na terra o reino da felicidade e da bonança; ao grupo de fiéis cabia, por meio de práticas religiosas e sob o comando de um chefe carismático, encarnação do Messias, construir o milênio, uma era de fraternidade.

Segundo Gallo[46]o messianismo é um antigo traço da cultura popular, por meio do qual se manifestam a religiosidade e a imaginação de certos grupos sociais. Nele revela-se um imaginário parcialmente constituído pela leitura do *Apocalipse* de São João e de *Carlos Magno e os doze pares de França*. No escrito bíblico é narrado o fim do mundo e a vinda do Messias. Este instalaria uma sociedade justa, resultante de uma guerra precedida pela fome e pela peste, na qual o "inimigo" seria vencido para que se instalasse um mundo onde os bons seriam recompensados, das injustiças antes sofridas, com o deleite e a felicidade. O relato sobre Carlos Magno, rei franco defensor do cristianismo, fala de suas batalhas para formar o Sacro Império Romano, do qual foi coroado Imperador pelo Papa Leão III, no ano de 800.

Entre 1912 e 1916, desenvolveu-se, na região do Contestado, sul do Paraná, próximo ao limite com Santa Catarina, um movimento messiânico que teve forte repercussão. Na época, a Guerra do Contestado foi classificada de fanatismo e seus participantes, de "ingênuos, desocupados ou criminosos por índole".[47]

---

[46] GALLO, Ivone C. D'Ávila. *O Contestado*; o sonho do milênio igualitário. 1992. Dissertação(Mestrado) - IFCH, Unicamp,Campinas,SP, 1992.
[47] GALLO, op. cit., 1992. p.8.

A região do Contestado, cerca de 48 mil quilômetros quadrados, era disputada por Santa Catarina e Paraná. Desde meados do século passado, recebera levas de população que fugiam da violência dos conflitos Federalista e dos Farrapos, no Rio Grande do Sul. A vida local se tornou mais tensa devido ao conflito entre os coronéis, grandes proprietários locais, à modernização de algumas atividades já existentes, a agroindústria do mate e a extração de madeira, à construção da Estrada de Ferro São Paulo- Rio Grande, iniciada em 1900, e à ação da Southern Brazil Lumber and Colonization, empresa de colonização subsidiária da Brasil Railway Company, proprietária da ferrovia.

O governo promovia o confisco de terras para doá-las para a construção da ferrovia, para a implantação das fazendas e serrarias da Lumber e para a venda de propriedades a colonos alemães e poloneses. Com isso foram desalojadas centenas de famílias de posseiros e arruinados os pequenos madeireiros que passaram a percorrer a região em busca de trabalho. A eles juntaram-se cerca de oito mil homens que ficaram desempregados com o fim da construção da estrada de ferro, em 1908.

As condições de vida e de trabalho se agravaram e, simultaneamente, eram destruídas as relações há muito estabelecidas entre os grupos sociais locais. Seguindo a tradição dos coronéis, a Lumber, por exemplo, mantinha guardas armadas particulares e controlava a vida dos trabalhadores em suas fazendas e serrarias, submetendo-os a castigos físicos e à prisão, em caso de desobediência às normas da empresa.

Um edital fixado em um armazém da cidade de Calmon, escrito em português arrevesado pelo fiscal e inspetor de quarteirão, Nicola Codagnoni, de nacionalidade italiana, nos dá a idéia do regime ao qual estavam submetidos os trabalhadores, mesmo fora de seus locais de trabalho. O documento avisava aos moradores da Fazenda da Lumbros (sic) que ficavam

> [...] proibitos de carregaros espingarda e facó nas cinturas e de [...] beberos cachaça quando estiveros presente estrangeros bé vestidos do porto. Os cabuks (caboclos) que desresperatos estos será ponhados prá fora da fazenda e metidos nos cadeios...[48]

Nesse clima de autoritarismo e violência, crescia o sentimento de desproteção, uma vez que prevaleciam leis particulares, e as autoridades públicas, dos políticos aos magistrados, estavam comprometidas com os grandes investidores capitalistas. Assim, a pregação messiânica teve espaço propício ao seu desenvolvimento.

Os 'quadros santos'

A presença de "monges" na região do Contestado era comum. Dentre eles, no final do século XIX, destacou-se João Maria, que pregava, dava conselhos, fazia profecias e, segundo os caboclos, realizava milagres. Morto no início deste século, foi substituído, em 1911, por José Maria, que se dizia seu irmão e herdeiro espiritual, falava em justiça e contava histórias da Bíblia e de Carlos Magno, dizendo-se eleito por Deus para construir a "monarquia celeste" na Terra.

Sintetizando a igualdade social no lema "quem tem mói e quem não tem, mói também", que expressa o direito de todos moerem grãos, isto é terem o que comer, o Monge, após uma festa de Bom Jesus, permaneceu em Taquaraçu com cerca de setecentos caboclos que rezavam, respeitosamente ouviam a história de Carlos Magno e acabaram por constituir os "pares de França", guerreiros a cavalo, grupo militar de elite, similar àquele que, na Idade Média, acompanhara o imperador. Os "pares" se destacavam entre os membros da "Confraria de São Sebastião", santo cuja devoção especial se relaciona ao sebastianismo, a crença na volta de Don Sebastião − infante português que desapareceu ao enfrentar os mouros − para instalar o paraíso na Terra.

---

[48] *Nosso século*, Abril, v.2, p.17.

A permanência do grupo foi favorecida por um coronel da oposição local e denunciada às autoridades do estado de Santa Catarina por outro, da situação, como "uma ameaça monárquica à integridade da República", aproveitando o fato de os fiéis dizerem estar em busca de uma "monarquia celeste", defenderem a propriedade comum das terras, não pagarem impostos, não aceitarem a prática do comércio e o trabalho assalariado. José Maria e seus seguidores, ao saberem de um ataque planejado pela polícia local, deixaram Taquaraçu rumo aos campos de Irani, próximo à cidade de Palmas.

Contando com a proteção de alguns coronéis da oposição, José Maria e seus seguidores estabeleceram-se em Irani. A vida comunitária começou a ganhar forma. A aldeia foi cercada e dividida em três setores, o masculino, o feminino e o infantil. Ela ficou sob o comando do "rei", um fazendeiro amigo, Manuel Alves de Assunção Rocha, do Monge, dos "pares de França", das "virgens" − espécie de transmissoras da vontade celestial aos fiéis − e de diversos comandantes encarregados da gerir a reza, o acampamento e outros setores de atividades do grupo. Além deles havia o "Ministério", composto por encarregados das finanças, da guerra e da agricultura.

A vida nos arraiais, ditada por rígidos princípios morais, era ordeira e festiva, plena de rituais, como os de adesão ao "quadro santo" ou os de entrada no grupo dos "pares de França". Os trabalhos diários, as funções administrativas e as cerimônias religiosas eram divididos pelos critérios de sexo e competência. As determinações do Monge tinham poder de lei e eram obedecidas à risca; não obstante, era adotado o castigo público dos desobedientes. A população se reunia duas vezes por dia para rezar o terço, cerimônia que terminava com um sermão ou com a leitura de *Carlos Magno e os doze pares de França*.

Queiroz[49] observa que nem todos os crentes foram morar nos redutos religiosos, os "quadros santos", embora apoiassem a causa. Os moradores eram,

---

[49] QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

na maioria, pequenos agricultores, muitos deles sem terra, em geral analfabetos; havia também alguns magistrados, militares e proprietários. Todos os adeptos tinham fé no Monge e acreditavam na Guerra Santa, que prenunciava o milênio de felicidade, embora os motivos aparentes de sua adesão ao movimento fossem diversos: gratidão por uma cura alcançada, laços de compadrio, atração pela forma de vida nos redutos, perseguições políticas, vinganças e injustiças.

Seguindo a inspiração medieval, José Maria deu a todos os caboclos títulos nobiliárquicos de duque, conde e marquês e desenvolveu o treinamento militar por meio de antigas festas populares que representavam a luta entre os mouros e os cristãos, como a das cavalhadas.

A estabilidade do agrupamento levou ao aumento das ameaças de repressão, bastante incentivadas pelos proprietários locais, que também colocaram à disposição das autoridades suas guardas particulares. Denunciando a presença de "fanáticos" e o desleixo do poder público estadual pela região, a Lumber apelou para o governo federal: "(...) vimos diante do chefe da nação protestar (...),responsabilizando a União pelos prejuízos que possamos sofrer naquela zona,(...)".[50] A "guerra santa" se prolongaria por quatro anos, entre 1912 e 1916.

Entretanto, os discursos de José Maria, embora carregados de misticismo, mostravam uma lúcida compreensão das condições de vida dos setores mais pobres da população local e, de uma forma geral, da estrutura de poder no País:

> Vocês se acodem comigo para conseguir a cura de suas doenças, uma idéia, um conselho para seus padecimentos. As autoridades não fazem nada e não querem que ninguém faça. (...) Eles têm cobiça por terras, por gente, por amigos e por compadres.

[50] *Nosso Século*, Abril v.2, p.18.

Os mandões estão trazendo gente lá de fora e dão tudo aos estrangeiros. (...) aprontem-se que vai haver guerra feia" [51]

A Guerra Feia

As terras de Irani localizavam-se no Paraná, na área de litígio com Santa Catarina e sua ocupação pelos seguidores do Monge foi considerada como invasão pelas autoridades paranaenses. O confronto, gradativamente ganhou proporções de guerra a partir do envio de uma tropa de quatrocentos homens e da intimação para que José Maria prestasse depoimentos à polícia. Diante de sua recusa, o acampamento foi invadido por homens armados de metralhadoras, que lutaram contra caboclos a cavalo, liderados pelos "pares de França" com seus estandartes e pelo Monge, montado em um cavalo branco. A morte dos comandantes dos dois grupos pôs fim ao embate, tendo início, entre os crentes, uma fase de espera pela volta de José Maria. Com ele viria o milênio de bem-aventurança que a própria guerra anunciava.

Atendendo às visões de uma das "virgens", Teodora, os fiéis regressaram a Taquaruçu, onde, já com cerca de três mil habitantes, o agrupamento passou a ser chefiado por um menino, Joaquim, tido como porta-voz de José Maria. Em dezembro de 1913, Joaquim liderou a resistência ao ataque das tropas legais ao acampamento, vencendo-as e profetizando a futura destruição de Taquaraçu.

A partir daí, formou-se um novo acampamento em Caraguatá; o antigo sofreu um novo ataque, em fevereiro de 1914, quando foi invadido por cerca de quatrocentos homens, apoiados por cavalaria e artilharia. A violência do embate levou um advogado, Diocleciano Mártir, a solicitar *habeas corpus* para os rebeldes, que foi negado. Em Caraguatá, Maria Rosa, uma das "virgens", com 16 anos, assumiu o comando militar de um grupo de cerca de cinco mil caboclos, e os redutos religiosos Santa Maria, Tamanduá e outros menores, se

[51] *Nosso Século*, Abril v.2, p.21

expandiram por uma área de aproximadamente 25 mil quilômetros no Contestado, pelos quais também se espalhou a guerra.

A partir de agosto de 1914, os "quadros santos" começaram a sucumbir, embora muitas vezes causassem sérias baixas entre os soldados, pois lutavam escondidos nas matas, tornando-se inimigos invisíveis. Em dezembro de 1915, as lutas tiveram fim, após várias batalhas em que os religiosos, com poucas armas, enfrentaram sete mil homens, comandados por um general do Exército brasileiro, Setembrino de Carvalho, apoiados por aviões, pela primeira vez usados no Brasil para fins militares. A prisão do último chefe do grupo, Adeodato, em janeiro de 1916, marcou o fim da "campanha" do Contestado.

No total, durante os anos de luta, aproximadamente vinte mil homens tinham morrido; com cada um deles, foi-se um pedaço do sonho dos seguidores de José Maria, o desejo de paz e de possuir uma terrinha para plantar feijão, milho e manter a criação. Os rios de leite por eles desejados transformaram-se em rios de sangue.

A memória desses fatos permaneceria viva entre os moradores da região por muito tempo e se manifesta, ainda hoje, no culto à figura de João Maria, registrada em uma foto do final do século passado que, com frequência, é colocada entre as estampas de santos nos pequenos altares domésticos das casas da região.

Os participantes do Contestado foram, em sua época, considerados fanáticos e perigosos, rótulos que acabaram por impedir, durante muito tempo, que eles emergissem na história como indivíduos que procuravam alternativas para o mundo agressivo e excludente em que viviam, por meio de uma manifestação específica de religiosidade.

Até mesmo os poucos jornais operários que comentaram os acontecimentos do Contestado, aponta Gallo,[52] sustentaram a idéia de fanatismo e ignorância dos participantes. O jornal *A Lanterna*, de 14 de fevereiro de 1914, assim se expressou:

> (...) uma multidão de rudes filhos das terras onde a cultura não chega, de seres faltos de qualquer instrução e escravizados aos mais grosseiros sentimentos religiosos, cheios de brutal fanatismo - levantou-se em armas, arrastada por infames exploradores da sua dolorosa estupidez para lutar em favor de princípios religiosos não compreendidos.[53]

Desejamos paz e amor

Na noite de 22 de novembro de 1910 a tranquilidade do Marechal Hermes da Fonseca foi abalada por um tiro de canhão disparado pelo 'Minas Gerais' que, com o 'São Paulo', compunha o que havia de mais moderno na Marinha brasileira. Ambos os encouraçados tinham sido recém-adquiridos nos estaleiros da Inglaterra e, naquele momento, junto com outras unidades, estavam atracados na baía de Guanabara.

Poucos dias antes, no 'Minas Gerais', uma vez mais os marinheiros tinham assistido uma cena pública de castigo. Marcelino Rodrigues Menezes recebera 250 chibatadas, isto é, açoites com uma corda grossa, molhada, que podia conter pequenas agulhas. Sua falta fora ferir levemente um companheiro que o denunciara aos oficiais por trazer duas garrafas de cachaça para bordo.

Este e outros castigos corporais tinham sido muito praticados nas marinhas de diversos países, mas, na década de 1910, ainda eram mantidos na Marinha brasileira. Embora não fossem exclusivos dela, pois também eram aplicados no Exército, eles eram característicos da rígida disciplina existente na

---

[52] GALLO, op. cit., 1992.
[53] GALLO, op. cit., 1992, p.18.

Marinha. Nesta arma, a hierarquia mais humilde provinha dos setores pobres da população; cerca de 80% do total de marinheiros era de negros e mulatos. A oficialidade, ao contrário, era formada por membros das grandes famílias proprietárias de terra, o que fazia com que prevalecesse na instituição uma mentalidade aristocrática e racista.

A própria situação de treinamento na Inglaterra, exigida na compra de encouraçados, que funcionavam com tecnologia moderna, até então desconhecida na Armada brasileira, possibilitou a convivência dos marinheiros com colegas de outras nacionalidades, mais politizados, que forneceu parâmetros de comparação com a situação que enfrentavam em seu próprio país. Depois da Campanha Civilista, o Brasil atravessava um período de desvalorização dos militares e, além disso, os marinheiros brasileiros tinham, como exemplo, a revolta dos marinheiros de um encouraçado russo, o Potemkin, ocorrida em 1905, no mar Báltico, fato de grande importância no desenrolar da primeira fase da revolução acontecida naquele país.

A tensão fazia parte do cotidiano dos navios da Marinha brasileira. Por vias pacíficas, os marinheiros tinham solicitado inúmeras vezes às autoridades a suspensão dos castigos, sem serem ouvidos. Começam, então, a articular uma revolta, que teria um Comando Geral, formado por marinheiros do 'Bahia', do 'São Paulo,' do 'Deodoro' e do' Minas Gerais'. Durante a viagem do *scout* Bahia a Montevidéu, no segundo semestre de 1910, muitos marinheiros foram castigados. Isso é indicativo da inquietação reinante, expressa também por uma carta assinada por um certo "Mão Negra" e deixada no camarote do comandante:

> Venho por meio destas linhas pedir não maltratar a guarnição deste navio, que tanto se esforça para trazê-lo limpo. Aqui

> ninguém é salteador, nem ladrão. Desejamos Paz e Amor. Ninguém é escravo de oficiais e chega de Chibata. Cuidado.[54]

O "Mão Negra" foi depois identificado como Francisco Dias Martins, marinheiro que veio a tomar parte ativa na Revolta da Chibata. De volta ao Rio de Janeiro, ele passaria a ter contato constante com os articuladores do movimento, em uma casa alugada especialmente para a realização de reuniões. A revolta encontrou o momento propício à sua deflagração após o castigo imposto a Marcelino, dia 22 de novembro, às 22 horas, assim que soasse o toque de recolher.

Segundo o líder da Revolta da Chibata, João Cândido, "naquela noite o clarim não pediria silêncio e sim combate".[55] Os marinheiros, dominaram os oficiais dos dois encouraçados, 'Minas Gerais' e 'São Paulo', e assumiram o comando. O 'Bahia' e o 'Deodoro' também aderiram, enquanto no cruzador 'República' a tripulação abandonou o navio para juntar-se à do 'São Paulo' e, no 'Benjamim Constant', os oficiais foram convidados a irem para terra. Sob a ameaça de bombardear o Rio de Janeiro, caso não fossem atendidos, os rebeldes divulgaram suas reivindicações: fim dos castigos corporais, melhores condições de trabalho, aumento do soldo e anistia.

Com a cidade em pânico e com seus melhores navios nas mãos dos revoltosos, tornava-se difícil para o governo enfrentar a situação por meio da reação armada; preferiu dialogar pela voz do deputado Carlos Carvalho, comandante reformado da Marinha, que gozava de certa simpatia junto aos marinheiros, por ter defendido a necessidade de melhoria de seus salários, e da confiança do chefe de seu partido, Pinheiro Machado.

O projeto de anistia dos marinheiros foi apresentado ao Senado por Rui Barbosa, da oposição. Este reconhecia a impossibilidade de o governo reagir com armas, procurava salvar "os interesses da legalidade e do regime", voltando o mais

---

[54] MAESTRI FILHO, Mário. *1910, a Revolta dos Marinheiros*. São Paulo: Global, 1982. p.29.
[55] MAESTRI FILHO, op. cit.,1982, p.33.

rápido possível à situação de ordem. Pinheiro Machado posicionou-se contrariamente, pois acreditava que conceder anistia quando os revoltados ainda tinham armas nas mãos contrariava a ordem e os princípios de autoridade. Ambos, porém, temiam a destruição de navios, o bombardeio da capital da República e uma possível extensão da revolta a outros segmentos da população.

A anistia foi concedida no prazo limite, ainda com os navios revoltados em alto-mar. Paralelamente, as autoridades políticas e da Marinha preparavam um ataque, suspenso após ter sido denunciado aos marinheiros. No dia 25 de novembro, só após a publicação do decreto de anistia, foram retiradas as bandeiras vermelhas que tremulavam nos mastros das naves revoltadas.

Os ânimos contra os marujos estavam, porém, acirrados. Pouco depois, uma nova rebelião eclodiu entre os fuzileiros navais da Ilha das Cobras. Esmagado, o levante serviu de pretexto para a suspensão das garantias antes conseguidas pelos marinheiros. Enquanto cerca de 1.300 marinheiros eram expulsos de sua Arma sem qualquer indenização, apenas com uma passagem de volta para seus estados de origem, o navio 'Satélite' contribuía para a "limpeza" do Rio de Janeiro, partindo para a Amazônia lotado, levando cerca de trezentos marginais, cinquenta mulheres, o mesmo número de praças do Exército e 105 marinheiros. Nove deles foram fuzilados em alto-mar; as demais pessoas foram abandonados nas margens do rio Amazonas.

Mais de quinhentos homens foram presos e torturados. Os líderes foram para os cárceres do Quartel General da Marinha, onde permaneceram por muitos dias, em uma solitária cuja chave ficou de posse do comandante da unidade. Diariamente eram jogados, dentro da cela, baldes de água com cal; com a evaporação, ela virava um pó fino, que penetrava nos pulmões dos condenados e corroía seus corpos. Dos dezoito presos em uma mesma solitária, apenas dois sobreviveram. Um deles foi João Cândido, o "mestre-sala dos mares", grande líder negro da Revolta, que por muitos anos trabalharia como

estivador no cais da Praça 15, no Rio de Janeiro, morrendo em 1969, com quase 90 anos. Para ele, restaram apenas “por monumento as pedras pisadas do cais”.

5

Uma gente valorosa

Embora os dados estatísticos sejam contraditórios, é possível verificar que no final da década de 1910 os imigrantes europeus compunham a maior parte da classe operária brasileira, concentrada em São Paulo e no Rio de Janeiro. O constante fluxo imigratório garantia o suprimento de trabalhadores para as atividades urbanas e agrícolas, estas predominantes. No Brasil, em 1920, a população economicamente ativa somava 9.566.840 pessoas, das quais 66,7% trabalhava na área rural como autônomos, colonos ou agregados.[56]

Assim como no campo, havia entre os trabalhadores fabris uma grande porcentagem de mulheres e crianças. Em São Paulo, em 1912, o Departamento Estadual do Trabalho inspecionou as indústrias têxteis: verificou-se que nesse ramo os menores constituíam 50% da mão de obra empregada na fiação e 30%, na tecelagem. Esses pequenos trabalhadores eram encarregados de tarefas inadequadas para sua idade, enfrentavam longas jornadas e, frequentemente, lidavam com máquinas perigosas, decorrendo desses fatores os constantes acidentes de trabalho. Algumas fábricas, como a Tecelagem Mariângela, dos Matarazzo, possuía máquinas de tamanho reduzido, adaptadas para o trabalho dos cerca de 612 menores lá empregados, correspondentes a aproximadamente 32% do total de seus operários.

A porcentagem de mulheres trabalhando nas indústrias de São Paulo, segundo o Censo de 1919, também era grande, cerca de 33,7%. Os níveis salariais eram, em geral, baixos, mas as mulheres, assim como os menores, recebiam salários inferiores aos dos homens. Em São Paulo, explica

---

[56] SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. São Paulo: Campinas, Atual/Unicamp, 1988, p.57.

Pinheiros,[57] os salários dos homens adultos eram inferiores aos pagos nos estados do Norte, do Sul e no Distrito Federal, em parte devido à grande quantidade de trabalhadores disponíveis. Isso porque, além do grande fluxo imigratório, sempre que caíam os preços do café, a queda dos salários no setor agrário exportador, provocava o aumento da oferta de mão de obra, possibilitando à indústria operar com baixos investimentos em pessoal. Além disso, o salário menor de mulheres e crianças, ao mesmo tempo em que diminuía o mercado de trabalho para os homens, servia para rebaixar a média salarial. Na indústria têxtil paulista, as mulheres recebiam 19% a menos do que os homens, enquanto, no Distrito Federal, 23%, e no Rio Grande do Sul e no Nordeste, 42%.

O operariado estava disperso por quase todos os estados e, com exceção de São Paulo e Rio de Janeiro, dedicava-se à produção industrial limitada pelas necessidades e matérias-primas locais. Havia serrarias e carpintarias no Paraná, salinas no Rio Grande do Norte e lacticínios em Minas Gerais; havia ainda pequenas fundições na Amazônia. Fábricas de tecidos, de bebidas, de cigarros, de velas e curtumes estavam instaladas por todo o Brasil.

A Primeira Guerra Mundial contribuiu para o agravamento da situação salarial e das condições de vida, em especial dos trabalhadores urbanos. Os preços dos produtos importados elevaram-se devido à escassez e às dificuldades de transporte, enquanto os nacionais tanto substituíram os importados como passaram a ser exportados, para atender à demanda externa, o que fez com que se tornassem mais raros e caros. O custo de vida, entre 1914 e 1919, subiu 48% enquanto os salários nas indústrias foram elevados em apenas 23%.

Um duro cotidiano

O relatório das inspeções feitas em 1912, por funcionários do Departamento Estadual de Trabalho, em cerca de trinta fábricas de tecidos em São

[57] PINHEIRO, op. cit., 1977, p.148.

Paulo, uma em Santos e outra em São Bernardo do Campo, fornece um quadro minucioso do cotidiano dos trabalhadores nesse importante setor de produção.

É provável que nos demais setores industriais as condições fossem semelhantes, o que permite considerar que o descrito nesse documento pudesse estender-se a todos os trabalhadores fabris da década de 1910, embora, em cada fábrica, a disciplina fosse estabelecida por um diferente e rigoroso regulamento particular. Os regulamentos previam, entre outros aspectos, a distribuição do pessoal de modo a mantê-lo diante das máquinas, o comportamento perante as chefias, as proibições referentes à livre circulação e o controle das ausências, inclusive, as idas ao banheiro. Eram comuns as multas para trabalhadores adultos, castigos físicos para aprendizes e crianças, e a abolição do repouso semanal, além de outras formas de coerção, tais como, diferenciação salarial e organização de listas dos trabalhadores mais recalcitrantes.

O relatório informa que parte das fábricas têxteis já estava instalada em edifícios adequados, embora em muitos continuasse havendo a falta de ventilação, de iluminação, de vestiários, em especial para as operárias, e acidentes devidos à disposição de correias e transmissões nos pequenos espaços das áreas de produção. Em caso de acidente, o trabalhador não contava com um sistema de seguros; eram poucas as fábricas que davam assistência médico-hospitalar ou pagavam os dias parados.

A jornada de trabalho era longa, chegando a 12 horas diárias, em 1912. Começava, em geral, às cinco e meia da manhã, era interrompida por cerca de uma hora e meia para o almoço, às onze horas - em alguns estabelecimentos também por quinze minutos à tarde, para um café - e prosseguia até as dezoito horas. Havia apenas um descanso semanal, no domingo, e durante boa parte do ano, em especial nas seções de fiação, o tempo de trabalho era prolongado com horas extras.

O pagamento do salário se realizava no segundo sábado de cada mês e correspondia ao período já trabalhado. Grande parte do dinheiro fora então gasto com a compra de alimentos, para o que era comum o uso de "cadernetas",

nas quais os donos de armazéns registravam o gasto "fiado". As despesas eram saldadas logo após o pai de família receber o seu pagamento.

Em razão dos baixos salários, a dieta alimentar era pouco diversificada e, muitas vezes, em quantidade insuficiente. Estes fatores somados às condições inadequadas de trabalho, de moradia e à precariedade ou inexistência de saneamento básico nos bairros operários, acarretavam um alto índice de mortalidade infantil, doenças profissionais, de tuberculose e outras doença infecto-contagiosas entre os trabalhadores. Sem contar com um serviço público de saúde, eles eram atendidos pelas sociedades de auxílio mútuo que criavam, por hospitais organizados para atender as comunidades imigradas, por caixas organizadas nas empresas ou por instituições de caridade.

Segundo o Departamento Estadual do Trabalho, em 1916, o ordenado médio de um operário não passava de 100$000 por mês. Em 1913, o aluguel de um cômodo de 6 a 9 metros quadrados custava cerca de 50$000, enquanto o quilo de carne bovina custava cerca de 1$000 e o de pão, 400 réis.

Em 1914, com a eclosão do conflito mundial, a crise econômica intensificou-se, causando desemprego em massa e agravamento das más condições de vida. As autoridades paulistanas criaram então a feira-livre, modalidade de comércio ambulante, em que os produtos podiam ser mais baratos porque chegavam diretamente do produtor ao consumidor. Em agosto desse ano calculava-se que estivessem sem trabalho, em São Paulo, cerca de dez mil trabalhadores; porém, já no 1º de maio, as entidades operárias tinham promovido a comemoração do Dia do Trabalho com protestos contra o aumento do custo de vida e do desemprego, além de formularem propostas para contorná-los naquela emergência. A gravidade da situação mobilizou outros setores sociais e gerou a constituição de um Comitê de Socorros Públicos às famílias dos desempregados, iniciativa dos órgãos de impressa que contou com o apoio de parte do clero e das autoridades.

Habitar com conforto mínimo era privilégio dos poucos trabalhadores que moravam em vilas operárias ou que, por circunstâncias particulares, podiam pagar prestações mensais de modestas casas construídas por empresas privadas, para as quais a carência de moradias populares passou a ser uma forma lucrativa de emprego de capital. Comprando terrenos de baixo custo, em geral em áreas afastadas do centro, onde construíam casas e sobrados populares, essas companhias foram responsáveis por parte da expansão urbana das principais cidades brasileiras. Porém, a maioria dos trabalhadores continuaria a morar em mocambos, como no Recife; em cortiços ou porões, como no Rio de Janeiro e São Paulo; ou em casas modestas, alugadas, muitas delas situadas em pequenas vilas, alinhadas em fundos de terrenos e com uma entrada comum.

A especulação imobiliária aumentou cada vez mais a distância entre os locais de trabalho e de moradia. Enquanto as cidades se expandiam e os negócios imobiliários se tornavam lucrativos, eram destinadas aos trabalhadores as áreas mal localizadas e carentes de melhorias urbanas, em geral nas proximidades de várzeas e, portanto, sujeitos a enchentes, como os paulistanos bairros operários da Lapa, Bom Retiro, Brás, Mooca ou Vila Maria.

Se não está satisfeito...

Desde o início do século os trabalhadores fabris vinham se tornando visíveis. Isso se intensificou especialmente entre 1917 e 1920, um dos momentos de ascensão do movimento operário, uma vez que as relações criadas pela industrialização se diferenciavam das costumeiras, estruturadas no passado recente, caracterizado pelo artesanato e pelas oficinas.

Personagens centrais das transformações que vinham ocorrendo na sociedade brasileira, os trabalhadores urbanos, em especial os operários, chamavam a atenção por serem portadores de uma cultura particular e de reivindicações que há muito agitavam os grandes centros urbanos europeus e

norte-americanos. Eram protagonistas de uma das principais discussões da década de 1910, a "questão social", e suas reivindicações eram vistas como subversão, e, por isso, as greves e outros movimentos de resistência sofreram constante repressão, dos patrões e da polícia.

Baseado na correspondência de Pereira Ignácio e Companhia, Fausto[58] dá um exemplo do comportamento de parte considerável dos grandes industriais brasileiros diante das reivindicações de seus operários. Pereira Ignácio foi dono, entre outras fábricas, da Votorantin, próxima a Sorocaba, onde implantou uma moderna vila operária. Diante de uma greve ocorrida no ano de 1919, em suas empresas de São Paulo e São Bernardo, ele ordenou o fechamento das fábricas até que fossem expurgados os "maus elementos, malfeitores e desordeiros envolvidos no motim", rapidamente presos graças à proximidade entre o industrial e o chefe de polícia.

Pereira Ignácio conseguiu também que se fechasse a União e Trabalho de São Bernardo do Campo e que os seus dirigentes fossem presos, sob a acusação de que naquela entidade operária "se projetavam horríveis atentados, de caráter francamente anarquista". Por fim o industrial entregou à polícia a lista dos operários que despedira, assinalando os que considerava mais perigosos.

Do ponto de vista dos empresários, era preciso impor a obediência à racionalidade da produção e ao trabalho, que apregoavam ser o alicerce da riqueza da nação, argumento que encontrava eco entre a maioria dos políticos. Diante de tais forças soberanas, a promulgação de leis trabalhistas só ocorreria com o aumento da pressão do movimento operário.

Fausto[59] considera que os trabalhadores não eram vistos apenas como subversivos, porque fora do meio operário havia outras posturas que, até certo ponto, visavam integrá-los ao conjunto da sociedade por meio da outorga de

---

[58]FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social* (1890-1920). Rio de Janeiro: Difel, 1976. p.221.
[59] FAUSTO, op. cit., 1976, p.221.

direitos. Dá como exemplo, a disputa ocorrida em 1910 entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa.

Hermes, em um discurso no qual se referiu aos operários, considerou não haver no país "os grandes abalos produzidos pela luta entre o braço e o capital" e após admitir as difíceis condições de vida dos trabalhadores, pronunciou-se de modo paternalista sobre os direitos trabalhistas: "Colaboradora do bem geral, a classe dos proletários merece benévola atenção do poder público, sem preterição dos interesses industriais e do capital que lhes proporciona trabalho.[60] Rui, por seu lado, revelou o elitismo que o aproximara das oligarquias paulistas, ignorando completamente a "questão social".

Tão ideológicas quanto circunstanciais, as posturas das elites se transformariam ao sabor de interesses imediatos, tornando-se, na maioria das vezes, apenas retórica. Rodrigues Alves, responsável por inúmeras iniciativas de repressão ao movimento operário, durante sua segunda candidatura à presidência da República, para o período iniciado em 1918, admitiu a necessidade de aperfeiçoamento da legislação trabalhista e, simultaneamente, prometia ficar a meio caminho entre as concessões e a intransigência para com o proletariado.

Com a morte de Rodrigues Alves, antes mesmo da posse, se reabriu o processo eleitoral e Rui Barbosa, novamente candidato, talvez também sob a influência de leis trabalhistas internacionais promulgadas pela Conferência de Paris, formulou um imenso programa de reformas cujo centro era uma proposta de legislação trabalhista: jornada de 8 horas; limitação de horas extras; salários iguais para funções iguais, independente do sexo; regulamentação do trabalho do menor e proteção para a trabalhadora gestante. Opondo-se aos parlamentares, muitos dos quais acreditavam que o estado não devia legislar

[60] Idem, op.cit.,1976, p.218.

sobre a área trabalhista, Rui denunciou as manobras do Congresso para sustar as leis de interesse dos trabalhadores que ali tramitavam, criticou as limitações das leis sobre acidentes de trabalho recentemente aprovadas e o fato de não atenderem aos trabalhadores rurais.

Em 1918, ainda sob o impacto de greves, Jorge Street, então diretor do Centro Industrial do Brasil, entidade de representação dos empresários paulistas e cariocas, propôs-se a negociar com a União dos Operários em Fábricas de Tecidos. Como essa atitude significava reconhecer o direito de organização operária, a enorme tensão entre capital e trabalho e a legitimidade das reivindicações coletivas, grande parte dos empresários retirou-se da entidade e criou, no Rio de Janeiro, o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão. Street, então, manifestou uma forma moderna de ver os conflitos entre capital e trabalho, respondendo aos seus pares:

> A associação, nós bem o sabemos, dá ao operariado coesão e meios de pedir, e de exigir, se necessário for, resistindo por longo tempo, pois a associação solidariza os operários da mesma indústria. Assim, nós patrões perdemos as vantagens de tratar 'só com nossos operários', isolados e fracos, e vamos ser obrigados a tratar com a associação, pelo menos tão forte como nós.[61]

Sob a pressão do movimento operário, o Estado, por sua vez, passou a atuar no sentido de transformar a imagem negativa da fábrica, em geral associada a lugares infectos e a prisão. Em 1912, o Departamento Estadual do Trabalho, DET, criado um ano antes com o objetivo de estudar as condições de trabalho no estado de São Paulo, começou a inspecionar as fábricas e a exigir o cumprimento das normas estabelecidas pelo Serviço Sanitário, também criado em 1911, relativas às condições de higiene e segurança do trabalho.

---

[61] Idem , op. cit., p.222.

Este movimento ia ao encontro de um moderno conceito de organização dos locais de trabalho, o taylorismo, que só se firmaria no Brasil, nas duas décadas seguintes. No dizer do pioneiro da "administração científica" no Brasil, Roberto Simonsen, que a utilizou em um de seus empreendimentos empresariais, a Companhia Construtora de Santos, com o objetivo de promover "a cooperação cordial entre patrões e operários", o taylorismo deveria ser aplicado de modo a que se evitasse "a todo transe que sejam trazidas para o nosso Brasil as lutas de classe, as organizações artificiais.[62]

A lei, ora a lei...

Durante as décadas de 1910 e 1920, os operários conseguiram impor aos políticos e empresários a aceitação gradativa de algumas leis de proteção ao trabalho. Apenas em 1943, elas viriam a constituir um corpo jurídico compacto, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que em grande parte rege até hoje as relações entre empregado e empregador e normatiza o funcionamento das instituições de representação dos trabalhadores. O estabelecimento da CLT em um momento de autoritarismo e centralização política e do refluxo do movimento operário, foi realizado sob o comando do Estado, e isso acabou por influir na forma das ações reivindicatórias dos operários, pois o arbítrio das questões trabalhistas e a existência dos sindicatos passou a ser subordinada ao poder público.

Nas primeiras décadas do século, inúmeros projetos de lei visando regulamentar as condições de trabalho tinham tramitado no Parlamento sem serem aprovados e sendo até considerados subversivos e imorais. Em 1917, o deputado Maurício de Lacerda apresentou à Câmara dois projetos em que tratava da regulamentação do trabalho e da criação do Departamento Nacional de Trabalho – órgão que incluiria um Conselho de Trabalhadores cujos

[62] RAGO, op. cit.,1985, p.40.

participantes deveriam ser aprovados pelo próprio Departamento –, com poderes de fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista e conduzir conflitos e negociações coletivas de trabalho.

Fausto[63] registra que um projeto substitutivo ao de Lacerda – conhecido como Código do Trabalho – foi apresentado à Câmara pela Comissão de Constituição e Justiça, tornando-se alvo de intensas discussões no Congresso, nos meios operários e patronais. A União Geral dos Trabalhadores, de tendência anarquista, embora reafirmasse a urgência de leis sociais, recusou-se a apoiar o Código. Por seu lado, Centro Industrial do Brasil começou a pressionar a Comissão, que apresentou um novo substitutivo segundo o qual a jornada de trabalho seria de 10 horas, inclusive para os maiores de 16 anos, sendo, porém, prorrogável e paga segundo os regulamentos de cada empresa ou acertos prévios.

Embora houvesse notáveis divergências de opinião entre os parlamentares, as discussões foram polarizadas entre representantes gaúchos e paulistas. Enquanto estes acreditavam era preciso regular as relações trabalhistas mesmo sem haver consenso quanto à intensidade e às formas de alcançar este objetivo, os primeiros, há anos contrários à adoção de leis sociais, argumentaram que os operários deveriam ser incorporados à sociedade por meio de processos educativos, considerados também eficazes para conter abusos patronais.

Além disso, os políticos do Rio Grande do Sul consideravam que o movimento operário não constituía perigo à ordem social, mas que os benefícios concedidos aos trabalhadores urbanos poderiam romper a passividade dos trabalhadores rurais, ignorantes e analfabetos. Portanto, a questão social era complexa, e as medidas a ela atinentes subordinavam-se também a interesses estranhos ao seu campo particular. Diante do impasse, em novembro de 1918,

[63] FAUSTO, op.cit., 1976, p.228-233.

foi aprovada a proposta de formação de uma Comissão Especial de Legislação Social, com a função de reestudar todas as leis propostas.

Até 1925, pouca coisa tinha sido resolvida e a "lei operária" ainda era discutida. Em janeiro de 1919, foi aprovada uma lei que, embora aceitando o princípio de risco profissional, estabeleceu restrições à indenização; em março do mesmo ano, a regulamentação do Código Sanitário proibiu o trabalho de menores de 14 anos e o trabalho noturno de mulheres.

Outros aspectos, sobre os quais já tramitavam projetos de lei, como a estabilidade de emprego, permaneceram esquecidos até a década de 1930. Entretanto, já em abril de 1919, a Conferência de Paris, na qual Epitácio Pessoa foi representante do Brasil, incluíra entre seus princípios a igualdade de salários para homens e mulheres, o repouso semanal, a jornada de 8 horas, a semana de 48 horas, a proibição de trabalhadores menores de 14 anos e a permissão de emprego entre os 14 e os 18 apenas para serviços leves.

Se a aprovação de leis reguladoras da relação entre capital e trabalho foi morosa, a adoção de medidas repressivas aos trabalhadores foi uma constante desde o final do século XIX, como mostra o Código Penal de 1890, segundo o qual era considerado crime a convocação de operários à greve. Não apenas as ações, mas os líderes, especialmente os estrangeiros, foram vítimas de ameaças legais que, a partir de 1907, chegavam à expulsão do país. As controvérsias sobre essa lei de expulsão foram resolvidas em outras, posteriores, como a aprovada em janeiro de 1913, que estabeleceu como direito do Poder Executivo expulsar os estrangeiros considerados nocivos à ordem social, independentemente de seu tempo que residência no país e sem que lhes fosse dado o direito de recorrer da decisão.

Seguiu-se, ao movimento grevista de 1917, o fechamento de inúmeras associações operárias, a invasão de sindicatos e de tipografias onde eram impressos os jornais operários e a proibição das manifestações de rua. Além das ações policiais, pronunciamentos públicos de autoridades, artigos na imprensa e outras formas de propaganda ideológica tentavam fazer crer que não havia luta

de classes no Brasil; diziam que o confronto era forjado por imigrantes agitadores. Segundo o jornal *O Paiz*, o brasileiro era um trabalhador "disciplinado e de boa índole", mas estava sendo alvo "da ação deletéria de alguns estrangeiros". Também em 1917, outro matutino de grande circulação no Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã*, embora reconhecesse a pouca atenção dos poderes públicos para com os trabalhadores, fazia uma afirmação paternalista: alguns estrangeiros vinham abusando da "boa fé do nosso proletariado".

A transformação da multidão de trabalhadores em um grupo social que percebia seus direitos e os reivindicava inquietava não apenas os industriais mas também outros segmentos da sociedade urbana, especialmente os setores médios, bastante sensíveis à argumentação sobre origem externa do movimento operário. Criava-se, assim, um clima propício ao xenofobismo e ao fortalecimento do nacionalismo vigente na época. Os nacionalistas não apoiavam as ações dos trabalhadores e, em geral, omitiam-se diante das medidas repressivas contra o operariado.

Tal campanha visava especialmente os anarquistas, que ocupavam um lugar de destaque entre as correntes do movimento operário. Além das medidas repressivas adotadas em vários estados brasileiros, propunha-se um pacto, com outros países - Argentina, Uruguai e Paraguai -, de não aceitação de pessoas consideradas "perturbadoras da ordem pública".[64]

A opinião pública estava preparada para aceitar as repressão, que se intensificou no final da década de 1910, quando, não sem protestos e greves de solidariedade, foram expulsos do Brasil grandes líderes operários, intelectuais e jornalistas, como Oreste Ristori; Gigi Damiani; Sílvio Antonelli; Antonio Fernandes; Everardo Dias; e Joaquim de Moraes. Os líderes e ativistas brasileiros foram presos ilegalmente, sem comunicação às autoridades judiciárias e, após um período, eram soltos em lugares ermos e distantes, como Amazônia ou Mato Grosso.

---

[64] FAUSTO, op. cit., 1976, p.228-239.

Os organizadores

Até a década de 1920, o movimento operário brasileiro organizou-se sob a ação de diversas correntes de pensamento. As principais foram a anarquista e a socialista, ambas incluídas no campo das teorias socialistas modernas, nascidas durante o século XIX sob o impacto do desenvolvimento do capitalismo.

Por vezes, elas se confrontariam com outras que não contestavam os princípios da formação social vigente e até mesmo aceitavam a colaboração de classes, como a corrente sindicalista católica, que defendia sindicatos por corporações, de cunho marcadamente assistencialista. A Corporação Operária Cristã de Pernambuco, por exemplo, oferecia a seus associados, jardim de infância, escola primária e cooperativa de consumo.

Os socialistas e anarquistas, também, se confrontaram com tentativas de assimilação do nascente movimento operário pelo próprio governo, como a de 1911, sob os auspícios do presidente Hermes da Fonseca. Além de construir uma vila operária− Marechal Hermes− em 1911, ele promoveu no mesmo ano a criação da Liga do Operariado do Distrito Federal e, no ano seguinte, a realização do Quarto Congresso Operário, dirigido por seu filho, Mário Hermes da Fonseca. Ao Congresso, denominado de "amarelo" pelas correntes de esquerda, compareceram representações de vários estados brasileiros, inclusive associações fantasma, criadas para ampliar uma pretensa representatividade diante dos trabalhadores.

Um dos pontos da pauta do Congresso foi a criação de um partido político operário, item que também agitava as discussões dos anarquistas e socialistas a respeito da continuidade da organização dos operários.

Do ponto de vista teórico, o anarquismo, embora abrigando muitas variações, pretendia substituir a autoridade de Estado − que identificava como o poder dos mais fortes, proprietários, contra os mais fracos, trabalhadores −, pela cooperação entre indivíduos livres. Para eles, isso implicava a supressão do

capitalismo mediante ação direta, uma vez que as transformações sociais só seriam possíveis sem a presença de órgãos coercitivos, e isso os fazia repelir a organização de partidos. Diferentemente dos socialistas, os anarquistas, não obstante tivessem entre si diferentes visões sobre as transformações da sociedade, não concebiam a revolução como obra do proletariado apenas, mas de todos os explorados, os "deserdados da fortuna".

O anarcocoletivismo preconizava a coletivização dos meios de produção, acreditava na autogestão e nos sindicatos como instrumentos de transformação social; os anarcocomunistas sustentavam que a distribuição de bens sociais deveria basear-se na necessidade e não no trabalho, e isso implicava a abolição do salário como forma de desigualdade.

O anarco-sindicalismo, postura predominante entre os anarquistas militantes no Brasil, desenvolveu-se sob a influência do sindicalismo francês e via o sindicato − e não o partido −, como um organismo de luta cuja tática fundamental era a greve geral; além disso, o sindicato era também considerado o núcleo fundamental da sociedade futura, organizada por meio de entidades de representação confederadas.

Os anarquistas, também conhecidos como libertários, conceberam o sindicato como instrumento de conquista de direitos e de solidarização da classe trabalhadora em torno de seus interesses econômicos. Por privilegiarem questões econômicas, os anarquistas recusavam-se a adotar "táticas políticas", embora a luta dos trabalhadores fosse política, pois implicava a obtenção de direitos, de um lugar na sociedade.

Para os anarco-sindicalistas, o sindicato era um órgão de luta, aberto aos trabalhadores de todas as tendências. Diferentemente das associações mutualistas, ele não deveria desempenhar funções de assistência. Além disso, por considerarem o dinheiro uma fonte de corrupção, os anarquistas entendiam que os sindicatos não deviam manter fundos permanentes; por ocasião de

greves e outras campanhas, incentivavam a solidariedade sob a forma de o apoio mútuo entre os trabalhadores.

A ação direta constituía a pedra de toque da concepção organizatória dos anarquistas e orientava o desenvolvimento de greves, paralisações, boicotes e sabotagens, como a destruição de máquinas. Avessos ao centralismo, à burocratização e ao autoritarismo, concebiam sindicatos cuja organização interna e relações com organismos mais amplos, como federações e confederações afins, não distinguiam base e direção.

Os jornais tinham papel de destaque entre os anarquistas, como instrumentos de formação e propaganda. De publicação intermitente, seus nomes erram extremamente sugestivos e, também, registravam as condições cotidianas de vida dos trabalhadores; em São Paulo; entre outros, circulavam na década de 1910: *La Battaglia*; *Amigo do Povo; Terra Livre; Lanterna;* e *A Plebe*. No Rio de Janeiro: *Novo Rumo; Na Barricada;* e *A Guerra Social*.

O socialismo das primeiras décadas do século, explica Fausto,[65] foi marcado pelo evolucionismo. Um dos seus expoentes, Antonio Piccarolo, professor italiano radicado no Brasil desde os primeiros anos do século XX, mesclou as idéias de Spencer às de Marx e Engels. Acreditava que, na sociedade brasileira, se repetiriam as fases históricas ocorridas na Europa. Assim, no Brasil, o feudalismo sucederia o escravismo e, no início do século, a burguesia ainda não estabelecera seu domínio político sobre a sociedade. Seu conceito de *modo de produção*, linear e evolutivo, foi divulgado em seu livro *O socialismo no Brasil* e teve muita influência na vulgarização da ideologia marxista entre os brasileiros.

Para os socialistas, colocava-se diretamente a luta política, compreendendo um programa democrático mínimo e um partido que pressionasse o Estado para a obtenção dos direitos de cidadania. Em São Paulo, suas atividades se

[65] FAUSTO, op. cit., 1976, p.99.

desenvolveram, principalmente, por meio da Liga Democrática Italiana e o jornal *Avanti*, dirigido desde 1900 por Alceste de Ambrys.

Em termos de organizações operárias, os socialistas admitiam as associações mutualistas e cooperativistas, como as de socorro mútuo, bastante disseminadas entre os operários até a década de 1930, por entendê-las como formas de melhorar o padrão de vida e a solidariedade entre grupos com interesses comuns. Não obstante, pretendiam que elas não se confundissem com os sindicatos e, por isso, que funcionassem separadamente deles.

No início do século, esta corrente conduziu algumas greves e, em 1902, realizou o Segundo Congresso Socialista, no qual foi aprovado o programa de um partido socialista cuja organização não se concretizou. O programa, segundo Fausto,[66] refletia o Manifesto Comunista, porém não escondia tendências reformistas, também presentes no movimento socialista europeu. Pertencentes à classe média intelectualizada, os líderes socialistas tiveram pouca penetração no movimento dos trabalhadores em geral, com exceção dos gráficos, com os quais criaram a União dos Trabalhadores Gráficos, em 1904. Em alguns estados, os socialistas constituíram partidos, como no Ceará, onde editavam o jornal *Ceará Socialista*.

Os anarquistas, ao contrário, tiveram grande penetração entre a massa, pois eram trabalhadores manuais, autodidatas e participantes empenhados e ativos na organização de entidades operárias, constituindo a maior parte de sua vanguarda.

Ambas as correntes de pensamento, a anarquista e a socialista, trabalharam lado a lado. Em 1906, os anarquistas firmaram sua influência organizando o Primeiro Congresso Operário, no Rio de Janeiro, e criando em São Paulo a Federação Operária, que contou, inicialmente, com três sindicatos.

---

[66] FAUSTO, op. cit., 1976, p.100.

Este número que cresceu à medida que outros foram sendo instituídos, sob o impulso da Lei de 1907, que permitia a organização de sindicatos por profissão. No interior do Estado, sua propaganda atingiu também a zona rural, onde não foram raras as greves, como a de maio de 1912, na Fazenda Iracema, em Ribeirão Preto.

Em 1913, os anarquistas reabriram a Confederação Operária Brasileira, órgão constituído em 1908 e similar a uma central sindical, e realizaram o Segundo Congresso Operário que, também, se configurou como uma resposta ao Congresso "amarelo" oficialista, organizado por Hermes da Fonseca. Contando com delegados de quase todos os estados brasileiros, o Segundo Congresso reafirmou os princípios já expostos no Primeiro, em especial a aceitação do sindicato de resistência como forma de organização dos trabalhadores. Os temas discutidos durante o encontro foram além das questões sobre a organização dos trabalhadores da cidade e do campo e sobre condições de trabalho, estendendo-se aos problemas relativos à educação operária; ao alcoolismo; à imigração; e à propaganda antimilitarista.

Em termos regionais, sua influência foi grande em São Paulo, onde veio a dominar Federação Operária, reconstituída em 1917. No Rio de Janeiro, porém, embora com boa penetração entre os trabalhadores da construção civil, metalúrgicos, têxteis e sapateiros, os anarquistas dominaram apenas a União Geral dos Trabalhadores, que reunia dezesseis sindicatos– entidade que continuava a Federação Operária, fechada em 1917, e que mais tarde se tornaria Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. Outras associações do mesmo porte dividiam com os anarquistas o comando do movimento operário no Rio de Janeiro: a Federação dos Condutores de Veículos e a Federação Marítima, fundada em 1916, congregando doze sindicatos, grande parte dos quais "amarelos", isto é, que conciliavam com o Estado.

Em Recife, importante polo irradiador do movimento operário no Nordeste, foi fundada, em 1914, sob influência anarquista, a Federação

Operária. Os anarquistas foram também atuantes no Ceará e em Manaus, onde editavam o jornal *A Lucta Social*.

Morrer de bala ou morrer de fome?

Aos ferroviários, gráficos e portuários, categorias profissionais responsáveis por grande parte das greves no final do século XIX, juntaram-se, na década de 1910, outros trabalhadores urbanos, como os condutores de bondes, os pedreiros e os operários fabris.

A maior parte dos movimentos grevistas veio a se desenvolver nas grandes cidades, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo, onde houve conflitos e enfrentamentos com as tropas militares que procuravam dispersar piquetes e prender as lideranças, cujos locais de reuniões preparatórias eram, com frequência, invadidos. Tratava-se de conter, mesmo que à força, as manifestações de descontentamento e as reivindicações por direitos sociais de uma parte significativa da população, aquela que sofria mais diretamente a exploração do trabalho e os efeitos do encarecimento do custo de vida. Não obstante, apenas na cidade de São Paulo, no período de 1910 a 1914, entre outras paralisações, fizeram greves os trabalhadores da Light, os pedreiros e outros operários de construção, os sapateiros, os trabalhadores em malharias e na indústria têxtil, somando centenas de greves. Suas reivindicações eram relativas à jornada de trabalho e ao salário; houve movimentos que chegaram a durar 50 dias.

A maior greve da década, e talvez uma das mais importantes da história do proletariado brasileiro, foi a de 1917, em São Paulo. Este movimento, que aos poucos assumiu características de greve geral, veio a permanecer na memória da sociedade como um momento de intensa mobilização de massas, em que se patentearam as possibilidades das entidades livres de organização dos trabalhadores. Essa greve não foi fruto de um plano estabelecido, mas da

conjunção de fatores diversos, entre os quais a repercussão da revolução Russa, o agravamento da "questão social" e o esforço de organização das lideranças operárias, que incluiu a formação de centros aglutinadores, as Ligas Operárias, nos principais bairros fabris da cidade. Até seu fechamento, em 9 de julho de 1917, a Liga Operária da Mooca coordenou os contatos que organizaram a paralisação no Cotonifício Crespi, de onde a greve se alastraria. Do ponto de vista histórico, a greve de 1917 inaugurou um período de ascensão do movimento operário sob a liderança dos anarquistas, que se prolongaria até 1920.[67]

A inquietação resultante dos anos de depressão econômica, de desemprego e carestia emergiu com força no setor têxtil paulista. Em junho de 1917, os cerca de dois mil trabalhadores do Cotonifício Crespi, localizado em São Paulo, na Mooca, resistiram à ordem patronal de prolongamento do serviço noturno com a exigência de aumento salarial de 15% a 20 %. Diante da negativa dos patrões, uma seção da fábrica, com cerca de 400 trabalhadores declarou-se em greve e ampliou suas reivindicações: mudanças no regime interno; regulamentação do trabalho de menores e mulheres; abolição das multas e da contribuição *pró-pátria*.

Esta contribuição tinha um antecedente. Em 1901, os operários italianos de uma fábrica de chapéus tinham sido obrigados a contribuir para o funeral do rei Humberto. Em 1917, a disposição de apoiar a Itália envolvida na Grande Guerra, geraria polêmicas na imensa colônia italiana radicada em São Paulo, cujos membros mais politizados eram contrários ao conflito. Em um panfleto datado de 1915, a Confederação Operária Brasileira conclamava os trabalhadores a lutarem contra a guerra e a favor da revolução. O espírito patriótico, porém, se sobreporia ao internacionalismo defendido pelo pensamento de esquerda de diversos matizes, e as listas de contribuições

[67] A descrição e análise da greve de 1917 teve por base a obra *Trabalho urbano e conflito social* (1890-1920), de FAUSTO, Boris, 1976.

passaram a encher páginas dos jornais italianos em São Paulo. Entre os operários, a contribuição passou a ser descontada compulsoriamente, gerando imenso descontentamento. Recusando-se a negociar, Crespi paralisou a fábrica para pressionar os operários a voltarem ao trabalho, enquanto, em outra indústria, a Estamparia Ipiranga, de Nami Jafet, cerca de 1.600 operários iniciaram uma greve, com reivindicações semelhantes e que foram aceitas pelo proprietário. Isso levou à suspensão do movimento e ao reforço da solidariedade desses trabalhadores aos da Crespi que, em meio a prisões, continuavam a promover passeatas e comícios nos bairros operários e no centro da cidade, pois, embora tivessem iniciado as negociações com o proprietário, este se mantinha irredutível quanto a aceitar a volta dos líderes da greve ao trabalho.

No início de julho, constitui-se, por iniciativa de associações e grupos operários, o Comitê de Defesa Proletária, inicialmente formado para prestar solidariedade aos grevistas e suas famílias, que fez contatos com a Confederação Operária Brasileira e com associações operárias do interior de São Paulo e dos outros estados. Ao mesmo tempo, a onda grevista atingiu a fábrica de bebidas Antarctica, situada na Mooca, onde havia mil operários que reivindicavam aumento salarial, fixação da jornada em 9 horas e fim das suspensões como forma de punição por pequenas faltas. Estas punições eram bastante comuns no inverno, quando era preciso reduzir a produção, devido à queda da demanda de bebidas no mercado. Outras unidades fabris, como a Fiação e Tecelagem São Simão, a Fábrica de Tecidos Penteado, a Estamparia Matarazzo, a Companhia de Fósforos Fiat Lux e a Fábrica de Parafusos Santa Rosa, também, aderiram à greve.

A esta altura, os choques com a Força Pública já eram frequentes. Os piquetes com cartazes de incentivo ao boicote aos produtos Crespi dirigiu-se à fábrica Mariângela, de propriedade de Francisco Matarazzo, no Brás, para chamar seus operários à greve. A violência começou a se manifestar mais

fortemente; no trajeto foi destruída uma carroça da Antártica e, na porta da Mariângela, a presença de um delegado de polícia e de um representante do secretário de Justiça provocaram gritos e vaias. Com o consentimento de Altino Arantes, presidente do estado, uma tropa de trinta cavalariços e cinquenta soldados armados de rifles avançou sobre a massa. Em meio a patas de cavalo, pedras e tiros houve feridos de ambos os lados e um morto, o sapateiro anarquista Antonio Martinez, que veio a falecer no dia seguinte. O movimento então começou a se configurar como greve geral, atingindo inicialmente cerca de 15.000 trabalhadores e 35 estabelecimentos fabris.

Entre 12 e 15 de julho ela se tornaria total, alcançando de 25 a 45 mil pessoas. Os bondes pararam, por iniciativa dos empregados e da própria Light, que pretendia proteger seus veículos dos ataques. Um grande número de ferroviários e gráficos aderiram à paralisação. Durante a greve, foi notável a participação das mulheres.

A cidade se tornou um palco de guerra; as manifestações não seguiam um plano estratégico, eram espontâneas, mais fruto de descontentamentos acumulados do que de um planejamento insurrecional. Aconteceram assaltos aos armazéns do Moinho Santista, às carroças do Moinho Gamba, às padarias e também a uma feira-livre, o que indica a carência alimentar das classes populares, devida também aos açambarcadores, que desviavam mercadorias para a rendosa exportação e estocavam gêneros para conseguir melhor preço de venda, Meninos quebraram lampiões de gás, deixando as ruas às escuras e tomavam de assalto os bondes, obrigando os motorneiros a transportá-los para onde quisessem. Sucederam-se tiroteios entre populares e polícia, na Praça da Sé, na Avenida Paulista − onde um grupo tentou assaltar a casa do secretário da Justiça, e foi repelido por soldados que guardavam a residência −, mas, sobretudo no Brás, bairro cheio de fábricas e moradias operárias. No Largo da Concórdia e na Estação do Norte, em 12 de julho, um tiroteio deixou inúmeros feridos.

O governo, porém, não perdeu o controle da situação, pois convocou tropas do interior do estado e contou com o apoio do governo federal, que determinou a partida de dois navios da Marinha para o porto de Santos e tratou de convencer os industriais sobre a necessidade de atenderem algumas reivindicações, de modo a facilitar o fim da greve. Grandes empresas, como a Moinhos Gamba, a Matarazzo e a Companhia Mecânica Importadora mostraram-se dispostas a conceder 20% de aumento, cifra que não chegava a cobrir o salário real de 1913.

A grande imprensa assumiu posições diversas diante da greve. O *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista, inicialmente, deteve-se na análise das condições de vida que teriam gerado a parede; à medida que esta cresceu, passou a responsabilizar os anarquistas pela violência dos acontecimentos e sugeriu a existência de uma conspiração subversiva. *O Estado de S. Paulo*, matutino liberal, representante da "oligarquia ilustrada" e das camadas médias tradicionais de São Paulo, seria inicialmente simpático aos grevistas, mas, com o alastramento da greve, passou a criticar os excessos e "os indivíduos que procuram manter no espírito dos operários uma permanente aversão contra as autoridades". Para esta folha, era preciso impedir que o extremismo se alastrasse descontroladamente e solucionar o problema "maior da atualidade em todo o mundo: resolver da melhor maneira possível a questão social". O *Combate*, embora expressando a posição liberal mais extrema e ironizando a aparente ignorância das autoridades quanto as condições de vida dos trabalhadores, aproximava-se de *O Estado* ao perceber a greve como parte dos problemas da sociedade contemporânea que merecia a atenção das autoridades.[68]

O Comitê de Defesa Proletária, composto por líderes sindicais e de associações populares, anarquistas e socialistas, procurou congregar os trabalhadores em torno de um programa de reivindicações que compreendia

[68] FAUSTO, op. cit., 1976, p.211.

aumento proporcional de salários, proibição do trabalho de menores de 14 anos, abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de 18 anos, garantia de trabalho permanente, jornada de 8 horas, com pagamento de 50% por horas extras e semana inglesa. Reivindicavam ainda o direito de associação, a libertação dos grevistas presos e a garantia de emprego aos grevistas. Quanto aos interesses das classes populares em geral, exigia-se a redução do preço dos gêneros de primeira necessidade, providências do governo para evitar a falsificação e adulteração de alimentos e a redução dos aluguéis em 50%. Este programa, elaborado na clandestinidade pelos membros do Comitê, seria ratificado pela grande massa, pois as autoridades permitiram a realização de uma reunião no Hipódromo da Mooca.

Diante da negativa do Comitê de Defesa Proletária de dialogar com os patrões, foi criado um Comitê de Jornalistas, cujo papel foi de intermediação das negociações entre trabalhadores e industriais. Esses reiteraram a oferta inicial, após inúmeras discussões aceita pelos operários, em 15 de julho, desde que acompanhada de garantias de respeito aos seus direitos, de libertação dos presos e de implementação das medidas anticarestia. As negociações envolveram as palavras do Presidente do estado, do Prefeito de São Paulo e dos industriais, individualmente, entre os quais Francisco Matarazzo, Pinotti Gamba, Rodolfo Crespi, Jorge Street, Alexandre Siciliano.

No dia 16 de julho foram realizados três comícios, no Largo da Concórdia, no Brás, na Lapa e no Ipiranga. Neles compareceram de cinco a oito mil pessoas que, atentas aos oradores representantes de diferentes correntes anarquistas e socialistas, como Edgard Leuenroth e Candeias Duarte, aceitaram as condições de negociação. Nos dois últimos bairros, ao final do encontro, os trabalhadores entoaram a "*Internacional*".

Aos poucos, a normalidade foi retomada na capital, embora em algumas localidades do interior a greve crescesse. Aí a repressão foi brutal, a

ponto de representantes da imprensa campineira telegrafarem ao secretário da Justiça manifestando a

> [...]indignação do povo desta cidade ante a selvageria injustificável, praticada ontem por policiais contra civis inermes, ocasionando mortes e ferimentos em adultos e crianças estranhos ao movimento grevista, sem prévio aviso e sem emprego de recursos pacíficos.[69]

Também em Sorocaba e Jundiaí houve abusos, enquanto em Santos, os dirigentes operários foram presos em suas próprias casas.

No Rio de Janeiro, o movimento grevista iniciou com a paralisação de cinco operários marceneiros em solidariedade à greve de São Paulo, estendendo-se para outras seis unidades fabris. Este fato levou a Federação Operária local a organizar uma pauta de reivindicações que incluía o estabelecimento de um salário mínimo e a abolição do sistema de empreitada e do trabalho de menores. Em poucos dias, embora contra o parecer dos estivadores, entre os quais era grande a influência do trabalhismo reformista, cerca de setenta mil operários estavam em greve. Metalúrgicos, alfaiates, entregadores de pão, tecelões, sapateiros e outras categorias reivindicavam aumento de salários, abolição dos castigos corporais, a criação de escolas para as crianças e fixação de jornadas de trabalho mais curtas.

Os choques com a polícia carioca também foram violentos; grupos de grevistas percorriam as ruas do centro carregando bandeiras vermelhas, gritando *slogans* anticapitalistas e realizando assaltos e depredações. A Federação Operária e o Centro Cosmopolita foram fechados. A imprensa liberal, representada pelo *Correio da Manhã*, alertava as autoridades para que

---

[69] BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1977.p.89.

"abandonassem as preocupações subalternas (...) e procurassem ir ao encontro do povo, aquilhoado pela fome".[70]

Do final de julho ao início de agosto foram celebrados acordos entre as categorias de trabalhadores e os industriais. Os operários das fábricas de tecidos, setor em que se concentrava a maioria dos operários cariocas, estabeleceram com o Centro Industrial do Brasil, acordo em que as partes firmavam o limite de 56 horas de trabalho semanal, o aumento de 10% nos vencimentos e o compromisso de não haver dispensas por participação na greve. Os demais problemas, como a jornada de 8 horas, o trabalho de menores e a assistência aos acidentes de trabalho foram confiados às decisões parlamentares.[71]

E a história continua...

Acabada a greve em São Paulo, várias empresas negaram o aumento salarial prometido, enquanto a contínua elevação do custo de vida corroia os aumentos concedidos e o governo investia contra a organização e as lideranças operárias.

Em setembro de 1917, simultaneamente à criação do Comissariado Geral da Alimentação Pública, encarregado de proceder tabelamentos de preços, o governo se apressou a decretar a deportação de vinte líderes estrangeiros e a iniciar a divulgação de acusações contra sua reputação moral. Dulles[72] relata que Gigi Damiani foi acusado de cometer um "atentado à honra de um menor"; contra o sapateiro polonês Antônio Nalepinski levantou-se a suspeita de viver da exploração de sua mulher brasileira, enquanto a José Sarmento Marques imputavam a autoria de "um crime infame", em Portugal, sua terra de origem. Sem esperar pelo término do julgamento, alguns desses

---

[70] FOSTER DULLES, J. W. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p.58
[71] FOSTER DULLES, op. cit., 1977, p.59.
[72] Idem, 1977, p.60.

"estrangeiros" foram embarcados no Curvello, cuja tripulação, como contou um dos deportados, Florentino de Carvalho, bem como os soldados dos portos em que o navio atracava, foram informados que os prisioneiros eram bandidos, cáftens, inimigos do Brasil e anarquistas estrangeiros.

Na mesma ocasião, Edgard Leuenroth, respeitado militante operário brasileiro, foi preso e acusado de ser o autor intelectual da greve de 1917. A imprensa operária também não seria poupada, como comprovou a invasão do jornal *A Plebe,* dirigido pelo mesmo Edgar.

Entre o final de 1917 e o final de 1919, haviam sido deportados 23 líderes operários do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Santos; entre eles, Everardo Dias, espanhol naturalizado brasileiro, há 33 anos residente no país, ex-chefe da revisão de *O Estado de S. Paulo* e durante quinze anos responsável pela publicação de *O Livre Pensador*.

A "guerra" aos anarquistas se prolongou com acusações de terrorismo; em outubro de 1919, a polícia afirmou que havia militantes preparando bombas em uma casa no Brás, quando a explosão de uma delas causou a morte de quatro pessoas. *A Plebe* levantou dúvidas quanto à veracidade das acusações e levantou a suspeita de tratar-se de uma ação de agentes provocadores. Poucos dias depois, a polícia localizou "um arsenal" em uma casa no Belénzinho, em cuja formação estariam envolvidos os mesmos militantes mortos na casa do Brás. Provavelmente criados, tais fatos foram amplamente divulgados pela grande imprensa, que cuidava de alertar a população sobre o "perigo anarquista" e serviram para pressionar o Supremo Tribunal, que então julgava o *habeas-corpus* impetrado pelos advogados de Everardo Dias.

A declaração de guerra do Brasil à Alemanha, em outubro de 1917, após do torpedeamento de quatro navios brasileiros, aguçou o espírito patriótico, antes já manifesto, obrigando jornais e companhias alemãs a fecharem. Em nome da pátria, muitos operários em greve voltaram às fábricas, alguns sindicatos incentivaram a arrecadação de fundos para os Aliados, enquanto a

Igreja se colocou ao lado do governo, quanto à participação no conflito, e da Sociedade Nacional de Agricultura, quanto ao incentivo à produção de cereais para a exportação.

Embora o movimento operário viesse a refluir sob a pressão do patriotismo, do estado de sítio decretado logo após a declaração de guerra e das ações policiais, recebeu um novo alento com a vitória da Revolução Russa. Em geral, a grande imprensa procurava deturpar ou omitir as notícias, sobre este movimento, que chagavam com algum atraso ao país por telegramas de agências noticiosas, como a Havas. Mas nos jornais operários, militantes como Astrojildo Pereira elogiavam os feitos e as vitórias dos revolucionários russos, divulgando no meio operário brasileiro a primeira experiência vitoriosa de tomada de poder pelos trabalhadores.

As greves prosseguiriam, constituindo, do ponto de vista histórico, momentos privilegiados da formação da classe operária, assumindo as reivindicações de seus direitos, construía a si mesma e um lugar próprio nas relações de poder na sociedade; não obstante, continuava a colocar-se a questão do avanço político da organização dos trabalhadores e a escolha de formas eficientes de mobilização.

Uma experiência de organização, por comissões de fábrica, realizada pelos trabalhadores italianos que em 1917, tomaram diversas fábricas em Turim, seria cara aos militantes anarquistas, porque representava a independência da classe operária e a possibilidade de controle da produção por aqueles que a realizavam. Rago[73] observa que a discussão dessa experiência e a viabilidade das comissões de fábrica como forma de organização dos trabalhadores brasileiros se prolongou por quatro anos, entre 1918 e 1922.

A experiência italiana, apesar de pouco divulgada pela imprensa operária, foi adotada temporariamente em algumas fábricas têxteis de São Paulo

[73] RAGO, op. cit.,1985.

Em vários números do jornal *A Plebe* de 1919, há notícias de algumas iniciativas de organização operária nos locais de trabalho: os trabalhadores da fábrica Jaffet, do Cotonifício Crespi, da fábrica de seda Ítalo-Brasileira e da Labor reivindicar o reconhecimento das comissões e da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, ao que parece destinada a coordenar o trabalho das comissões. Em 1918, ao reconhecer a importância de entidades de representação da classe operária, Jorge Street se mostrou intransigente quanto à ação dos delegados de fábrica e exigiria que cessasse sua ingerência.

As greves, porém, continuaram a ser o meio de manifestação privilegiado. Em agosto de 1918, os trabalhadores marítimos da Companhia Cantareira e Viação Fluminense, responsável pelo funcionamento das barcas que ligavam o Rio de Janeiro a Niterói, e também dos bondes dessa cidade, entraram em greve para obtenção de aumento salarial semelhante ao concedido para seus colegas trabalhadores no transporte terrestre. O movimento recebeu a solidariedade dos trabalhadores das oficinas da Leopoldina Railway, de propriedade da mesma companhia, e dos motorneiros e condutores dos bondes da Cantareira. A adesão de outras categorias profissionais compôs uma multidão, que percorreu as ruas protestando contra os baixos salários; assustados, os comerciantes fechavam seus negócios enquanto os sabres saíam das cinturas dos policiais.

Um conflito de graves conseqüências teve lugar na noite de 7 de agosto. Entre os muitos atingidos pelos disparos da polícia estadual e do Exército, houve dois mortos, o soldado Nestor Pereira da Silva, e o civil José Oliveira do Amaral; posteriormente, morreria mais um soldado, Antônio Lara França, gravemente ferido. No dia subsequente aos enterros, ainda sem conquistar suas reivindicações, os operários voltaram ao trabalho, enquanto a polícia, apoiada por parte da imprensa, continuou a considerar o movimento como obra de agitadores. Alguns anarquistas seriam responsabilizados e presos; entre eles,

João da Costa Pimenta, operário gráfico e um dos melhores ativistas libertários da década.

No início de maio de 1919, após uma brilhante comemoração do Dia do Trabalho, irrompeu na Mariângela, indústria têxtil dos Matarazzo em São Paulo, um movimento grevista provocado pela dispensa de um operário que discutira com o chefe. Aderiram ao movimento trabalhadores de outras fábricas localizadas no mesmo bairro, o Brás, no Cambuci, em Osasco, Bom Retiro, Mooca e São Bernardo - cidade onde seria morto, durante as manifestações, o operário têxtil Constantino Castellar. Repetiram-se as principais reivindicações das greves anteriores, uma vez que a "questão social" não recebera a devida atenção das autoridades.

Sob a coordenação do Conselho Geral dos Operários, constituído por representantes de todas as fábricas da cidade a greve prosseguiu, apesar da violência da repressão policial. Em 7 de maio, reuniram-se os operários e industriais, na sede da Associação Comercial. Durante o encontro falou Jorge Street, representando o patronato; mais uma vez ficou expressa a posição circunstancial e paternalista que, segundo Fausto,[74] caracterizava este empresário. No biênio 1918/1919, ele defendeu a autonomia sindical para, pouco depois, quando os anarquistas conquistaram os sindicatos têxteis do Rio de Janeiro, apoiar a formação de sindicatos católicos sob inspiração patronal.

Por ocasião do encontro, Jorge Street proclamou que os industriais aceitavam de bom grado os princípios proclamados na Conferência de Paris, em especial a jornada de 8 horas, o descanso semanal sem redução do salário, a proibição do trabalho de menores de 14 anos e do trabalho noturno da mulher. Essas antigas reivindicações, segundo ele, em breve se tornariam lei, pois para isso os empresários contavam também com o interesse dos governos estadual e federal.

---

[74] FAUSTO, op. cit., 1976.

Em um comunicado divulgado pouco depois, o Conselho Geral dos Operários informou que muitas categorias tinham conquistado uma parte das melhorias que constavam do memorial de reivindicações, embora os grandes industriais fossem os que mais resistiam em concedê-las. No mesmo documento, foi denunciada a contínua violência policial contra os grevistas. Uma comissão de operários paulistas em visita a jornais do Rio de Janeiro, explicitou o jogo duplo dos políticos, ao denunciar que Altino Arantes, presidente do estado, ao mesmo tempo que telegrafava à bancada paulista no Congresso solicitando-lhe esforços para transformar em lei as recomendações da Conferência de Paz, nada fazia para impedir que a polícia paulista, em absoluto desrespeito à liberdade de reunião, dissolvesse comícios operários a pata de cavalo e invadisse organizações, como a Liga Operária do Brás, e as casas de militantes. A comissão de operários declarou ter telegrafado à Federação Geral do Trabalho, na França, denunciando os fatos como desrespeito às decisões da conferência internacional.[75]

A tenacidade dos trabalhadores fez com que, aos poucos, até o final de maio de 1919 fossem realizados acordos para a adoção da jornada de trabalho de 8 horas, em cada empresa cujos operários tinham participado da greve. A negociação dos acordos foi difícil, pois o patronato tendia a reduzir também os salários, mantendo-os proporcionais ao tempo de trabalho. A Federação Operária de São Paulo fez constantes alertas sobre as formas de o empresariado burlar sub-repticiamente essa conquista operária. A entidade também organizou uma campanha para a libertação dos presos e ainda ameaçou com uma paralisação geral de 24 horas. No Rio de Janeiro, a jornada de 8 horas também foi conquistada por meio de greves realizadas entre maio e julho de 1919.

---

[75] BEIGUELMAN, op. cit., 1977.

Nesse mesmo período, enquanto no Rio e em São Paulo acontecia uma série de greves parciais e uma forte repressão ameaçava a organização dos trabalhadores e suas lideranças, no Rio Grande do Sul, na Bahia e em Pernambuco eclodiram inesperadas greves gerais, que também reivindicavam a jornada de 8 horas sem a redução de salários.

Ao iniciar a década de 1920, os anarquistas viriam a perder a liderança do movimento, embora começassem a rever sua postura ante o problema da organização dos trabalhadores, entre outras razões, porque, após a Revolução Russa, o projeto de construção de um mundo mais igualitário passou a firmar-se na existência de partidos condutores da classe operária.

Nesta matéria, os anarquistas não tinham ido além de uma tímida tentativa, a formação do efêmero Partido Comunista Libertário, em 1919. Sua ação, porém, proporcionara aos trabalhadores uma experiência preciosa de organização e ação que, por momentos, tornou esses personagens emergentes da industrialização e da urbanização do Brasil, senhores de seu próprio destino.

Cronologia

1905

- A burguesia russa, com a adesão do proletariado, exige do czar a convocação do
  parlamento.
- Revolta do encouraçado Potenkim, da Marinha russa.

1906

- Convênio de Taubaté, compromisso entre Rio de Janeiro, São Paulo e MinasGerais para a valorização café.
- Primeiro Congresso Operário Brasileiro.
- Santos Dumont voa com o 14-Bis.

1907

- Greve geral em São Paulo.
- A Amazônia é ligada ao Rio de Janeiro pelo telégrafo.

1908

- Início da imigração japonesa para o Brasil; o navio Kasato Maru chega em Santos.
- Fundação da Confederação Operária Brasileira.
- Fundação da Associação Brasileira de Imprensa - ABI.

1909

- Governo de Nilo Peçanha (6/1909 -11/1910) substitui o de Afonso Pena que faleceu antes do fim do mandato.
- Desenvolvimento da Campanha Civilista, Albuquerque Lins apóia Rui Barbosa para a presidência da República, em oposição a Hermes da Fonseca, candidato da oligarquia gaúcha.

1910

- Governo de Hermes da Fonseca (11/1910 - 11/1914).
- Criação do Serviço de Proteção ao Índio, SPI, sob a direção do Marechal Cândido Rondon.

- Revolta da Chibata, sob comando do marinheiro João Cândido.

1911

- Início da política salvacionista de Hermes da Fonseca; interferência nos estados de Pernambuco, Bahia, Ceará e Alagoas, até março de 1912.
- Greves em todo o país, por aumento de salários e redução da jornada de trabalho.

1912

- Início da Campanha do Contestado, que durou até abril de 1916.
- Realização do Terceiro Congresso Operário Brasileiro, iniciativa governista.

1913

- Segundo Congresso Operário, iniciativa dos operários anarquistas

1914

- Governo de Wenceslau Brás (11/1914 - 11/1918)
- Assassinato do arquiduque Francisco, em Sarajevo marca o início da Primeira Guerra Mundial que durou até março de 1918.

1915

- Lei de emergência: com a gravidade da crise econômica-financeira, o governo emite dinheiro.

1916

Fim da Guerra do Contestado.

1917

- Greves operárias culminam com uma greve geral em São Paulo.
- Leolinda Castro organiza no Rio de Janeiro uma passeata pelo direito de voto feminino.
- Revolta dos soldados e marinheiros russos; o czar é deposto e se forma um governo provisório.
- Brasil declara guerra à Alemanha depois de ter navios da Marinha torpedeados.
- Na Rússia, os bolcheviques alcançam o poder.

1918

- Governo Delfim Moreira (1/1918 - 7/ 1919), vice de Rodrigues Alves, presidente eleito, assume por doença deste.
- Gripe espanhola causa milhares de mortes em todo o país.
- Berta Lutz começa a pregar a libertação da mulher.
- rmistício põe fim à Grande Guerra.

1919

- Governo Epitácio Pessoa (7/ 1919 - 11/1922)
- Início da Conferência de Paz, em Versailles. Assinado em junho, o Tratado de
- Versailles estabeleceu a paz com a Alemanha e foi seguido de outros, referentes
  aos demais países beligerantes até agosto de 1920.

1920

- Maria Lacerda de Moura inicia a luta pela libertação da mulher.
- Criação da Universidade do Rio de Janeiro

Glossário

Anarquismo: uma das correntes socialistas modernas que critica o Estado liberal e o individualismo burguês. Seu principal teórico foi o russo Bakunin , sobre o qual foi grande a influência de Proudhon. [76]

Doutrina Monroe: em 1822, o presidente dos Estados Unidos, James Monroe, reafirmou a disposição norte-americana de não participar dos conflitos europeus, e, simultaneamente, opôs a qualquer intervenção européia, em especial da Santa Aliança, no sentido de recolonizar as nações recém-independentes da América. Tal posição está sintetizada na frase: "A América é para os americanos".

Estado: conjunto de poderes políticos de uma nação.

Federalismo*:* forma pela qual se organizou a República no Brasil; consiste na autonomia dos estados para elaborar suas constituições, eleger seus governadores e ter suas próprias forças militares. O chefe da Federação é o presidente da República.

Ideológicos: referente à ideologia, elaboração intelectual, explicação sobre algum aspecto da vida, incorporada pelo senso comum.[77]

Imaginário**:** de um indivíduo, da sociedade; é produzido pela ideologia, por meio da imaginação, que recolhe as imagens do modo pelo qual vivemos as relações sociais e as transforma em um conjunto de idéias que funcionam como representações da realidade e como regras e normas de conduta e comportamento.[78]

Modo de produção*:* conceito marxista que significa a forma assumida, em um determinado momento histórico, pela sociedade, quanto à propriedade dos meios de produção (condições e instrumentos de trabalho), à relação com as forças produtivas (trabalho) e à divisão social do trabalho.[79]

---

[76] CHAUI, *Convite à filosofia,* 1995.
[77] CHAUI, op. Cit. 1995.
[78] CHAUI, *Convite à filosofia,* 1995.
[79] CHAUI, op. cit. 1995.

***Nacionalismo**:* forma de consciência de grupo que implica coesão, senso de comunidade e identidade entre o indivíduo e o Estado. Ideologia que justifica o Estado- Nação.

Oligarquia: grupo de pessoas ligadas ao mesmo partido, classe ou família que dirige os negócios públicos.

Práxis: segundo os marxistas, é a ação sócio-política e histórica de um indivíduo ou de uma sociedade.[1]

Revolução: ato político que transforma estruturas sociais e desvenda a organização da sociedade e do Estado.[80]

Socialismo científico: teoria socialista moderna, elaborada por Marx e Engels, segundo a qual as relações econômicas baseadas na propriedade privada dos meios de produção sustentam a exploração e a desigualdade verificadas no capitalismo.

***Socialismo utópico*:** corrente socialista moderna que, por ver a classe trabalhadora como despossuída, imagina uma nova sociedade, na qual não haverá propriedade privada, lucro capitalista e desiguladade social.[81]

---

[80] CHAUI, op. cit., 1995.
[81] CHAUI, op. cit. 1995.

Para saber mais

BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

A autora analisa notícias de jornal relativas às condições de vida, de trabalho e às reivindicações operárias publicadas do final do século XIX até 1920.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, Civilização e Trabalho*, o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Loyola, 1990.

Excelente estudo sobre o ensino de História, desvendando-a como importante elemento da formação cívica e da adequação do indivíduo à sociedade.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

Livro de leitura e consulta, fornece elementos fundamentais para a compreensão da filosofia, da ética, do conhecimento e da história, em linguagem acessível.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo*. Juquery, a história de um asilo. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

Resultado de minucioso trabalho de pesquisa realizado nos arquivos do Hospital do Juqueri, em Franco da Rocha, este trabalho desvenda formas sutis de a sociedade controlar e reprimir comportamentos, e o autoritarismo do saber médico.

DECCA, Maria Auxiliadora. Guzzo. De. *Indústria, trabalho e cotidiano*; Brasil - 1889 a 1930. São Paulo: Atual, 1991.

Contendo farta documentação, este trabalho analisa as condições de vida do operariado brasileiro.

_____. *A vida fora das fábricas*; cotidiano operário em São Paulo 1920-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

A autora realiza detalhado estudo sobre as condições de vida dos operários paulistas.

FABRIS, Annateresa. (org.) *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel /Edusp. 1987.

Livro que reúne trabalhos de diversos autores, constituindo material de grande importância para a informação e discussão de importantes aspectos do desenvolvimento da arquitetura no Brasil entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras dó XX.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social* (1890-1920). Rio de Janeiro: Difel, 1976.

O autor analisa a atuação dos anarquistas no desenvolvimento da organização do operariado no Brasil.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda DE Mendonça. *Um século de pesquisas em geociências*. São Paulo: SAA/ Instituto Geológico, 1985.

Baseada em pesquisa realizada nos arquivos do Instituto Geológico, a autora traça a história desta instituição, fornecendo ao leitor um quadro dos aspectos políticos e do pensamento que condicionaram o desenvolvimento de uma parte do conhecimento científico em São Paulo.

FOSTER DULLES, John W. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

Este trabalho, caracteriza uma fase de interesse dos pesquisadores americanos sobre a sociedade brasileira; bastante documentado, oferece preciosas informações sobre a atuação das correntes anarquistas e comunistas até 1935.

GALLO, Ivone C. D'Ávila. *O Contestado*; o sonho do milênio igualitário. 1992. Dissertação(Mestrado) - IFCH, Unicamp,Campinas,SP, 1992.

Minucioso trabalho, baseado em documentos orais e escritos que oferece nova interpretação deste movimento social.

HALL, Michel e **PINHEIRO,** Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil* - 1889-1930. São Paulo: Brasiliense, 1981. v. 2.

Os autores reuniram, em dois volumes, documentos referentes ao movimento operário, às condições de vida e trabalho da classe operária e suas relações com o patronato e com o Estado.

HARDMAN. Francisco Foot e **LEONARDI,** Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*; das origens aos anos 20. São Paulo: Global, 1982.

Reunindo ampla pesquisa, os autores fornecem elementos variados para o conhecimento da formação do Brasil contemporâneo.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos.* O breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

O autor, um dos mais importantes historiadores ingleses da atualidade, analisa o desenvolvimento deste século, enfatizando aspectos referentes à conjuntura internacional.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *A primeira guerra mundial;* o confronto de imperialismos. São Paulo: Atual, 1992.

Bastante informativo, este trabalho analisa em linguagem clara aspectos políticos e cotidianos da Primeira Guerra, dando voz aos protagonistas dos fatos, por meio de documentos históricos inéditos.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Presença de Alberto Torres*; sua vida e pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Trata-se de uma biografia, obra clássica, bastante documentada, deste importante pensador e político brasileiro, por meio da qual é possível reconstituir parte das discussões que pontuaram as primeiras décadas do século.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva* São Paulo na Federação Brasileira 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Estudo que fornece elementos fundamentais para a compreensão das posturas da elite paulista e das relações políticas entre São Paulo e o restante da nação.

MAESTRI FILHO, Mário. *1910, a Revolta dos Marinheiros*. São Paulo: Global, 1982.

Trata-se de um bom trabalho, voltado para o grande público; nele, a revolta da Chibata é analisada no contexto da sociedade brasileira da época.

MARABINI, Jean. *A Rússia Durante a Revolução de Outubro*. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1989.

Utilizando um enredo e personagens, o autor narra a vida cotidiana nos dias cruciais da Revolução Russa, de modo preciso e bem humorado.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: **FAUSTO,** Boris. (org.) *O Brasil Republicano*; sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1977. p. 259-92. (História Geral da Civilização Brasileira).

Parte de um volume que estuda diversos aspectos históricos do primeiro período republicano no Brasil, este trabalho fornece elementos de análise e informação sobre a estruturação e o sentido das medidas governamentais relativas à escola.

PENTEADO, Jacob. *Belenzinho 1910*; retrato de uma época. São Paulo: Martins, 1962.

Delicioso livro de memórias, transporta o leitor para ocotidiano de um bairro operário paulista nas primeiras décadas do século.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In**: FAUSTO**, Boris. (org.) *O Brasil Republicano*; sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro/ São Paulo, Difel, 1977. p.93-134. (História Geral da Civilização Brasileira)

Minucioso estudo sobre a imigração e as relações do imigrante com a conformação da sociedade brasileira.

PINHEIRO, Paulo Sérgio.Classes Médias Urbanas, formação, natureza, intervenção na vida política. In: **FAUSTO**, Boris. (org.) *O Brasil Republicano*; sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1977. p.7-38. (História Geral da Civilização Brasileira).

Importante estudo sobre um tema ainda nao bem abordado pelas ciências sociais, o papel das classes médias no Brasil.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: **FAUSTO,** Boris. (org.) *O Brasil Republicano*; sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1977. p.137-78. (História Geral da Civilização Brasileira).

Este trabalho aborda um tema de grande importância, oferecendo dados e análises sobre a formação do proletariado e sua situação diante do desenvolvimento industrial.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

Publicado pela primeira vez em 1945, este é um clássico estudo historiográfico brasileiro, um dos inauguradores da interpretação materialista da história no país.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

Trata-se de um trabalho pioneiro e que já se tornou clássico sobre os conflitos messiânicos brasileiros.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*; a utopia da cidade disciplinar Brasil (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra,1985.

O livro trata da disciplinarização da vida urbana no Brasil, no período entre 1890 e 1930, e da posição dos anarquistas em relação a questões como a família, a mulher e a infância.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*; tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

O autor desvenda através do discurso literário de Lima Barreto, as formas de vida de setores urbanos esquecidos pela história.

SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. São Paulo: Campinas, Atual/Unicamp, 1988.

Livro em linguagem acessível, resgata conceitos e referencia o desenvolvimento da Revolução Industrial e do desenvolvimento da classe operária brasileira.

THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra. In: DUBY, G. & PERROT, M., dir. *História das mulheres*; o século XX. Porto: Afrontamento, 1995.

Este volume faz parte de uma série organizada por dois importantes historiadores franceses da atualidade, abordando aspectos diversos da vida feminina, do trabalho à sexualidade.

TORRES Alberto. *O problema nacional brasileiro.// A organização nacional* [S.l. ; s.e.], 1914 // 1915, respectivamente.

Nestas obras, com um intervalo de um ano nas publicações, o autor chamava os intelectuais a assumirem.a política e a organização do País.

VALADÃO, Virgínia Marcos **& AZANHA,** Marcos. *Senhores destas terras*; os povos indígenas no Brasil, da colônia aos nossos dias. São Paulo: Atual, 1991.

Os autores fornecem um panorama das ações do poder público relativas à questão indígena no Brasil, acompanhada de importantes documentos.

MEM

MEMÓRIAS

MEMOR